

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALINE CARVALHO PORTO

**AS CONFERÊNCIAS CÍVICAS E O LIVRO DE LEITURA *TERRA GAÚCHA*: AS
ASPIRAÇÕES NACIONALISTAS DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916)**

Porto Alegre
2015

ALINE CARVALHO PORTO

**AS CONFERÊNCIAS CÍVICAS E O LIVRO DE LEITURA *TERRA GAÚCHA*: AS
ASPIRAÇÕES NACIONALISTAS DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Maria Chittó Gauer

Porto Alegre

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P853c Porto, Aline Carvalho

As Conferências Cívicas e o livro de leitura Terra Gaúcha: as aspirações nacionalistas de João Simões Lopes Neto (1865-1916) / Aline Carvalho Porto. – Porto Alegre, 2015.

111 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Ruth Maria Chittó Gauer.

1. História. 2. Nacionalismo. 3. Nacionalismo – Análise do discurso. 4. Lopes Neto, João Simões – Crítica e interpretação. 5. Literatura rio-grandense – História e crítica. I. Gauer, Ruth Maria Chittó. II. Título.

CDD 869.99351

Aline M. Debastiani

Bibliotecária - CRB 10/2199

ALINE CARVALHO PORTO

**AS CONFERÊNCIAS CÍVICAS E O LIVRO DE LEITURA *TERRA GAÚCHA*: AS
ASPIRAÇÕES NACIONALISTAS DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em História da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Ruth Maria Chittó Gauer (orientadora) - PUCRS

Professor Dr. Marçal Menezes Paredes - PUCRS

Professor Dr. Carlos Henrique Armani - UFSM

Porto Alegre

2015

Para minha família, que tanto fez para que eu chegasse até aqui. Para Gui, “meu pilar”.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS por ter aceitado esse projeto de pesquisa. Ao CNPq pela bolsa de pesquisa de viabilizou o desenvolvimento do mesmo. À professora Ruth Gauer pela atenciosa maneira com a qual orientou esta dissertação; muito obrigada por oportunizar essa experiência tão gratificante! A senhora é um grande exemplo para todos nós pesquisadores!

Agradeço ao professor Carlos Armani por gentilmente aceitar o convite para compor a banca examinadora, igualmente agradeço por isso, ao professor Marçal Paredes, cujas leituras e discussões realizadas durante a disciplina que ministrou foram fundamentais para a composição dessa pesquisa, principalmente no que se refere ao segundo capítulo.

Aos professores e funcionários do Programa sempre muito atenciosos e prestativos, em especial à secretária Carla Carvalho e Henriette Shinohara. Aos colegas que dividiram essa jornada comigo, principalmente, aos dois presentes que esse mestrado me deu para vida, Ialê Menezes e Lucas Gasparotto, com vocês até os momentos de maior tensão foram mais leves e divertidos, obrigada “seus lindos”!

Aos amigos de longa data, que permanecem sempre presentes em minha vida, Rodrigo Dal Forno e Victor Monteiro e, as minhas “amoras”, Melissa Gouvêa e Mariana Gonçalves, é sempre bom ter vocês por perto pra dividir todos os momentos, tomar um mate, fazer um churrasco ou “falar e falar e falar” ao telefone. Vocês são doidinhos cabeleiras!!

Obrigada Guilherme Ceron, meu amor, meu orgulho, por encarar essa jornada comigo, dividir os teus dias e a tua vida!

Agradeço do fundo do coração à minha família que sempre prezou pela minha educação e muito esforço fizeram para que eu pudesse chegar até aqui, vocês são meu maior exemplo, amo muito cada um de vocês! À minha segunda família, os “Cérons”, vocês também foram fundamentais, obrigada por sempre acreditarem em mim e na minha pesquisa! Muito obrigada aos meus “compadres” Gustavo e Rayssa, que mesmo longe sempre mandam boas energias e torcem por cada passinho que eu consigo dar, um dia estaremos juntos de novo!

Meus mais sinceros agradecimentos à todos que, de alguma maneira, colaboraram para que fosse possível essa dissertação.

[...] nossa única esperança de discernir as forças efetivamente em ação no mundo que nos cerca é alinhá-las, de maneira firme, de encontro ao passado, para que o contraste lhes dê o devido realce.

(Geoffrey Barraclough)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as *Conferências Cívicas* (1904-1906) e o livro de leitura *Terra Gaúcha* (2013), ambos de João Simões Lopes Neto. Com base nessa análise visamos compreender como o autor organizou e expressou suas ideias acerca da temática da nação brasileira, quais foram as suas inspirações e as correntes de pensamento que mais o influenciaram. Isto posto, esta pesquisa visa alargar o campo de compreensão no que se refere à João Simões Lopes Neto e sua obra, pois o objetivo é compreendê-lo como um intelectual que a partir de sua região refletiu sobre a nação brasileira, e não apenas como um escritor regionalista, plano ao qual ficou relegado. Esse alargamento da perspectiva acerca do autor colabora para uma melhor compreensão do mesmo e de sua obra, pois João Simões Lopes Neto ao refletir sobre a nação brasileira percebeu a falta de uma educação cívica capaz de despertar nas pessoas “o espírito da nação”. Para tentar resolver esse problema o autor criou uma narrativa complexa de identificação, visando atentar para as virtudes e vícios da nação brasileira, as suas diversas regiões e culturas. O livro de leitura, por exemplo, tendo em vista que seria um instrumento para o ensino no Rio Grande do Sul, conta com um enfoque especial na cultura gaúcha, buscando demonstrar que as diversas regiões são formadoras da nação.

PALAVRAS-CHAVE: João Simões Lopes Neto, Conferências Cívicas, Terra Gaúcha, Nação/nacionalismo, ideias.

ABSTRACT

This dissertation will analyze the *Conferências Cívicas* (1904-1906) and the spelling book *Terra Gaúcha* (2013), both by João Simões Lopes Neto. On this basis, we intend to comprehend how the author has organized and expressed his ideas concerning the Brazilian nation, what were his inspirations and the lines of thought that most influenced him. With this in mind, this research aims to increase the understanding about Lopes Neto and his work. In other words, the objective is to understand him not only as a regionalist writer but as an intellectual who, from your region, thought about the Brazilian nation. This expansion of perspective about Lopes Neto contributes to a better understanding of the author and his work. When thinking about the Brazilian nation, Lopes Neto realized the lack of a civic education able to awaken in people "the spirit of the nation". Trying to solve this problem the author created a complex narrative in order to pay attention to the virtues and vices of the Brazilian nation, its different regions and cultures. For example, the spelling book would be a tool for teaching in Rio Grande do Sul. So it has special focus on the gaucho culture and tries to demonstrate that the various regions form the nation.

KEYWORDS: João Simões Lopes Neto, Conferências Cívicas, Terra Gaúcha, Nation/nationalism, ideas.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	11
Capítulo 1: João Simões Lopes Neto (1865-1916)	17
1.1 Da Infância na Estância da Graça e as Primeiras Letras na Cidade de Pelotas aos Estudos no Rio de Janeiro (1865-1884)	17
1.2 Nos jornais suas colaborações e a criação de obras-primas (1884-1916)	24
1.3 No teatro, mais um espaço de criação literária (1893- 1915)	32
1.4 Dos negócios ao fracasso financeiro e suas principais obras literárias	34
Capítulo 2: Nação e Nacionalismo: Algumas considerações gerais e sobre a Nação Brasileira	42
2.1 Algumas considerações sobre o nacionalismo e nação	42
2.2 Rousseau e Herder: Nacionalismo como expressão política e cultural	53
2.3 “O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que o Brasil é.”: O Processo de Formação da Nação Brasileira	55
2.4 “A Literatura outra coisa não é senão a alma da pátria?”	63
Capítulo 3: As Conferências Cívicas e o Livro de Leitura Terra Gaúcha	68
3.1 As Correntes de Pensamento e a Influência da Geração de 1870	69
3.2 “Somos uma aurora. Chegaremos necessariamente ao brilho e ao calor do meio dia!”: A Educação como meio para o progresso	79
3.3 As Conferências Cívicas (1904-1906)	83
3.4 <i>Terra Gaúcha</i>	93
Considerações Finais	103
Fontes	106
Referências	107

CONSIDERAÇÕES INICIAS

Em 17 de julho 1904 João Simões Lopes Neto proferiu pela primeira vez na Biblioteca Pública Pelotense, na cidade de Pelotas, interior do estado do Rio Grande do Sul, uma conferência. Segundo o anúncio do jornal *A Opinião Pública*¹ esta trataria da “Orientação Cívica - Apresentação de um livro”. Este, segundo o mesmo anúncio, seria publicado em breve e intitulava-se *Terra Gaúcha*. Outro anúncio sobre a mesma conferência no jornal *Diário Popular* relata que

Terá lugar hoje a noite, na Biblioteca Pública, às 6 e ½ horas, uma interessante conferência, de que está encarregado o nosso talentoso amigo e escritor comediografo sr. Capitão João Simões Lopes Neto.

A tese que se encarregou o ilustrado conferente versará sobre - *A Educação Cívica Terra Gaúcha apresentação de um livro*. (*Diário Popular*, Pelotas, 17 de julho de 1904)

Infelizmente o livro projetado na conferência, em meio as reflexões sobre a falta de educação cívica no Brasil, não foi publicado na época. No entanto, o texto da conferência foi publicado nos Anais da Biblioteca Pública Pelotense do ano de 1904. As críticas publicadas nos dois jornais mais importantes da cidade nesta época, *A Opinião Pública* e o *Diário Popular*, foram extremamente positivas. Em uma delas podemos ler:

[...] Mostra [João Simões] como devemos ser brasileiros e como podemos engrandecer nosso país, destinado pela sua riqueza e pela uberdade das suas terras a ser um colosso em todo o sentido.

[...] Termina brilhantemente, por entre calorosas palmas, sendo abraçado por toda a diretoria da Biblioteca e por muitas outras pessoas.

Durante a exposição do tema, foi o orador interrompido por justos aplausos.

Ao distinto e talentoso conferencista os nossos parabéns pelo triunfo completo, na tribuna, que se vai tornando cada vez mais elevada. (*A Opinião Pública*, Pelotas, 18 de julho de 1904).

O sucesso foi tanto, que um ano depois, foi convidado novamente a repetir a conferência em sua cidade Pelotas e, em Bagé, São Gabriel, Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre. Com algumas modificações o autor repetiu a conferência versando sobre a educação cívica e seu projeto de livro de leitura, o *Terra Gaúcha*. Sobre a apresentação da conferência em São Gabriel foi transcrita a crítica sobre a mesma do jornal *A Pátria Nova* daquela cidade para o *Diário Popular* de Pelotas do dia 05 de janeiro de 1906, na qual podemos ler:

[...] Às 8 horas da noite, nos salões do *Clube Caixerai*, achava-se reunido o

¹ Anúncio do dia 12 de julho de 1904, Pelotas/RS.

que de mais seletos conta a sociedade gabrielense que, pressussora, acudira ao convite que lhe fora feito, para ouvir a palavra fluente do ilustrado conferencista. [...] Por diversas vezes foi o orador interrompido por palmas e bravos, o que demonstra a satisfação com que foi ouvido. [...] As últimas palavras do conferencista foram abafadas por uma sonora salva de palmas, tendo ele recebido felicitações de quase todos os presentes. Terminada a conferência lhe foi servido abundante copo de cerveja.

De Porto Alegre também chegaram notícias sobre a performance de João Simões ao apresentar sua conferência cívica ²:

[...] No salão do Clube Caixeral, realizou-se ontem, à noite, a anunciada conferência do nosso distinto patrício sr. João Simões Lopes Neto. A concorrência foi grande, vendo-se entre os assistentes representantes do presidente do Estado, jornalistas, estudantes das nossas escolas superiores, membros do comércio de outras classes sociais. [...] O conferencista, a proporção que apontava os males que nos assoberbam, lembrava logo o remédio, que repousa todo na educação do povo. [...]

A “nova” conferência ganhou uma publicação patrocinada pelas entidades *União Gaúcha* de Pelotas, *Centro Gaúcho* de Bagé e *Grêmio Gaúcho* de Porto Alegre, essa publicação era destinada para distribuição gratuita à população. Já o livro de leitura projetado por ele nessas conferências não foi publicado enquanto o autor ainda era vivo. Na realidade, sua publicação é muito recente e data de 2013. Sabia-se de sua existência, no entanto, somente com a morte de um colecionador e a compra de seu arquivo por outro³, é que foi descoberta essa obra ainda inédita de João Simões. Lamentavelmente, o *Terra Gaúcha* além de não ter sido publicado e utilizado para o seu devido fim, ficou inacabado, talvez esse seja um motivo para a sua não publicação na época em que foi idealizado.

Tanto as Conferências quanto o livro de leitura, não são o assunto preferido dos muitos estudiosos, das mais diversas áreas do conhecimento, que se ocupam dos estudos acerca do autor e de sua obra. Sobressaindo, na maioria dos estudos, as suas obras máximas: *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), das quais recai sobre o autor o título de maior regionalista gaúcho, e, sendo o enfoque

² Notícia do *Correio do Povo* de Porto Alegre transcrita na edição de 09 de janeiro de 1906 do *Diário Popular* de Pelotas.

³A documentação referente à João Simões disponível é rara, no entanto, muitos são os colecionadores e aficionados que detêm documentos, manuscritos, fotografias e outras coisas do autor. Contudo, raros também são os que abrem esses acervos particulares para as pesquisas, portanto, para tratar acerca da vida do autor, tema que se ocupa o primeiro capítulo desta dissertação, nos debruçamos sobre suas biografias, das quais destaco duas: *Um Capitão da Guarda Nacional* (1981) de Carlos Reverbel e *João Simões Lopes Neto - Uma Biografia* (2003) de Carlos Francisco Sica Diniz.

preferido, a sua trajetória de vida que não raro recai sobre sua vida cheia de “desacertos”.

Contudo, alguns estudos já apontavam para uma perspectiva de João Simões como um nacionalista ou um patriota militante, como é o caso da sexta parte da biografia do autor elaborada por Carlos Reverbel⁴. Nela, Reverbel (1981, p.199) aponta que João Simões ao mesmo tempo que foi o “criador do moderno regionalismo sul-rio-grandense”, foi também, um “nacionalista militante”. Trata das conferências de maneira objetiva e destaca a *Coleção Brasileira de Cartões Postais*⁵, que tinha por objetivo vulgarizar os fatos da História Nacional em 12 séries de 25 ilustrações (REVERBEL, 1981, p.204). Outro importante estudo é o de Lígia Chiappini⁶ que dedica o terceiro capítulo de sua publicação para tratar do que ela chamou de “projeto cívico e pedagógico” que o autor teria desenvolvido. Ela trata das Conferências, como um importante indício para que se possa constatar que o autor estava “[...] bastante integrado nos ideais da intelectualidade brasileira do início do século [...]” (CHIAPPINI, 1988, p.98). A autora também trata do *Terra Gaúcha*, mas não o livro de leitura que aqui é objeto de estudo, e sim o livro de História do Rio Grande do Sul, também elaborado por João Simões e publicado postumamente por Manoelito de Ornellas. Não raras são as confusões acerca deles, pois há um único nome para dois livros diferentes. Na verdade, por muito tempo acreditou-se que estes seriam um único livro, ou seja, um mesmo livro, o que a publicação recente de *Terra Gaúcha: Histórias da Infância* veio demonstrar que não. Além desses estudos, uma importante e nova análise é feita por Luís Augusto Fischer nesta publicação recente de *Terra Gaúcha (2013)*, nela Fischer também aponta as aspirações nacionalistas de João Simões. Estes três estudos foram essenciais para que pudéssemos desenvolver nossa problemática de pesquisa que busca enfatizar um outro olhar sobre João Simões e sua obra.

Dessa maneira, essa dissertação tem como objetivo analisar as *Conferências Cívicas* (1904-1906) e o livro de leitura *Terra Gaúcha (2013)*, ambos de João Simões Lopes Neto. Com base nessa análise buscamos compreender como o autor organizou e exprimiu suas ideias acerca da temática da nação brasileira, quais

⁴ A Biografia chama-se *Um Capitão da Guarda Nacional: Vida e Obra de J. Simões Lopes Neto* (1981).

⁵ Trataremos especificamente da *Coleção Brasileira de Cartões Postais* no primeiro capítulo desta dissertação.

⁶ *No Entretanto dos Tempos: Literatura e História em João Simões Lopes Neto* (1988).

foram as suas inspirações e as correntes de pensamento que mais o influenciaram. Portanto, esta pesquisa visa alargar o campo de compreensão no que se refere à João Simões Lopes Neto e sua obra, pois o objetivo é compreendê-lo como um intelectual que a partir de sua região refletiu sobre a nação brasileira, e não apenas como um escritor regionalista. Esse alargamento da perspectiva acerca do autor colabora para uma melhor compreensão do mesmo e de sua obra, pois ao refletir sobre a nação brasileira, constatou a falta de uma educação cívica capaz de despertar nas pessoas “o espírito da nação”. Para tentar resolver esse problema o autor criou uma narrativa complexa de identificação em seu livro de leitura *Terra Gaúcha*, que tinha por objetivo ser utilizado para a educação infantil nos primeiros anos de ensino. Como próprio nome demonstra, o livro visava partir das regiões para contemplar toda a nação. Nesse sentido, o autor parte das múltiplas características regionais para demonstrar a diversidade da cultura brasileira com o objetivo de gerar uma identificação e logo um sentimento de unidade nacional.

Nos auxiliou de forma efetiva alguns trabalhos como o de Fernando Catroga, intitulado *Nação, Mito e Rito* (2005), este é um importante estudo no se refere a criação de processos de identificação a partir do “culto à pátria”, usando como exemplos os Estados Unidos, França e Portugal, o autor discorre sobre as comemorações, sobre os símbolos da nação entre outros temas, o que nos serviu de importante base. Outro importante trabalho é *A Construção do Estado-Nação no Brasil* de Ruth Gauer (2001), que trata da colaboração dos egressos de Coimbra na construção do estado-nação no Brasil, trazendo assim um vasto estudo sobre a formação da nacionalidade brasileira. Basicamente estes trabalhos deram um norte para essa dissertação. Obviamente, outros trabalhos importantes como o de Antônio Cândido (2013) sobre a Literatura Brasileira, o de Benedict Anderson (2008) sobre os processos de se imaginar uma nação e outros trabalhos que podem ser conferidos nas referências bibliográficas auxiliaram de forma efetiva para a construção desta dissertação.

Cabe explicarmos aqui o marco temporal desta pesquisa. Apesar do trabalho se situar nas *Conferências Cívicas* que foram proferidas nos anos de 1904-1906 e no livro de leitura que supostamente teria sido confeccionado neste mesmo período, achamos por bem, para que se pudesse compreender João Simões como um intelectual, que seria preciso ter como marco temporal o seu tempo de vida, ou seja, de 1865 ano em que nasceu, até 1916 o ano que sua morte. O porquê desse recorte

reflete a nossa intenção de apreender as condições histórico e sociais que proporcionaram que o autor tivesse tais pensamentos em determinado tempo histórico. O que não quer dizer que acreditamos que as ideias têm validade ou estão engessadas dentro deste recorte temporal por nós definido. Ele serve para que possamos situar as obras destacadas na pesquisa. Por vezes esse recorte é extrapolado para poder explicar como determinadas ideias chegaram até o autor.

Para apreendermos esses acontecimentos históricos e sociais, além da bibliografia citada, nos valem de algumas fontes como: o original da Conferência Cívica de 1906⁷, o livro de leitura *Terra Gaúcha*⁸, o *Álbum Simoniano* que foi organizado pela viúva de João Simões com recortes de jornais que noticiam desde a morte do autor até as últimas novidades que envolviam o seu nome e sua obra. Além disso, é de importância crucial a relação dessas obras de João Simões com os livros por ele citados, como: o de José Veríssimo, Afonso Celso Junior e Manoel Bomfim.

Constatar as correntes de pensamento e como elas influenciaram e se manifestaram na obra de João Simões, em questão nesta pesquisa, só foi possível com base no nosso referencial teórico baseado na História das Ideias. Vale destacar que a história das ideias “é a disciplina interdisciplinar por excelência” (BAUMER, 1990, vol.1, p.21) o que, dá abertura maior para que se possa compreender esses processos de criação e execução das narrativas literárias do autor. Ao buscar nas tradições e costumes de sua terra uma maneira discursiva de expressar a sua nacionalidade ele trata diretamente com a cultura, Peter Burke em seu livro *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500 – 1800* (2010, p.11) define cultura a partir da definição de Kroeber e Kluckhohn como: “[...] “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que são expressos ou encarnados.” De acordo com essa aceção, Burke conclui que a Cultura faz parte de todo um modo de vida, mas não é idêntica à ele. Seguindo tal definição, podemos observar que ela trata da cultura como um conjunto de significados partilhados, como algo que trás aspectos de um modo de

⁷ A publicação original da conferência de 1906 encontra-se no acervo da família Simões Lopes na Biblioteca Pública de Pelotas e foi consultada para este trabalho. Já a publicação da conferência de 1904 nos anais da mesma biblioteca não nos foi permitido o acesso, mesmo depois de apresentarmos o projeto de pesquisa. O motivo seria que as duas conferências são iguais, o que foi alegado e demonstrado, neste trabalho que não. Portanto nos valem de uma transcrição da conferência de 1904.

⁸ Cujas publicação conta com as imagens dos manuscritos originais.

vida, mas que não são esse modo e nem são idênticos a ele. Dessa forma, a obra literária de João Simões visa criar uma representação desses modos de vida para, a partir desse conjunto de significados partilhados, gerar identificação e logo, sentimento nacional.

A dissertação está organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo trata da trajetória de vida do autor perpassando pelo seu contexto histórico e social para que se possa compreender de onde falava o autor e quais aspirações possuía. O segundo capítulo traz uma discussão quanto aos conceitos de nação e nacionalismo, além de tratar também, da nação brasileira e da literatura nacional, que visava ser a fala da nação dita por ela própria. Essa discussão é de extrema importância para este trabalho, pois a partir dela fica claro o que entendemos por nação e logo, por nação brasileira. No terceiro capítulo está a discussão central dessa dissertação, ou seja, as correntes de pensamento que influenciaram João Simões, a questão da educação nos anos iniciais da república e, por fim, a análise das *Conferências Cívicas* e do livro leitura *Terra Gaúcha*.

A partir das proposições desta dissertação fica claro ao leitor que muito antes de João Simões compor as suas obras máximas, que o trariam o título de maior regionalista gaúcho, suas aspirações eram nacionalistas. A região, para ele, era parte formadora da pátria tão auspiciosa à qual o autor previa um futuro brilhante. Bastava apenas, segundo ele, que conhecêssemos a nós mesmos e aos outros e, por meio da educação cívica, teríamos um povo são e chegaríamos enfim, ao progresso.

1. JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916)

1.1 A INFÂNCIA NA ESTÂNCIA DA GRAÇA E AS PRIMEIRAS LETRAS NA CIDADE DE PELOTAS (1865-1884)

Do matrimônio de Teresa Freitas Belchior e Catão Bonifácio Lopes, nasce João Simões Lopes Neto, em 09 de março de 1865, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Seus pais eram descendentes de grandes estancieiros; sendo Catão, filho de João Simões Lopes Filho, conhecido mais tarde por Visconde da Graça. Este herdou de seu pai, o Comendador de nacionalidade portuguesa, João Simões Lopes⁹, a estância em que o neto nasceu e passou toda a sua infância.

Foi nesse ambiente, que João Simões¹⁰ teve seu primeiro contato com o mundo rural; de acordo com sua sobrinha Ivete Massot (1974, p.58), desde muito criança ele já acompanhava na estância a peonada em suas lides campeiras e à eles sempre fazia muitas perguntas, demonstrando desde muito pequeno, seu interesse por este mundo rural e suas personagens. A Estância da Graça, além de estância, também sediou uma charqueada de mesmo nome, dessa maneira, além de criarem o gado como nas estâncias, também salgavam a carne após o abate, como nas charqueadas. Por esse motivo a Graça se destaca como uma exceção, pois não era comum que o gado fosse criado no mesmo ambiente em que acontecia o abate e posterior salga da carne. O gado, geralmente, vinha das estâncias para o abate nas charqueadas. Segundo Reverbel a Graça (1981, p.15)

[...] desenvolvia, paralelamente, atividades pastoris, na criação e engorda de gado, e industriais, na salga e preparo do charque. E esse produto era levado para as praças do norte em veleiros da própria empresa, entre os quais os patachos “Graça”, “Cecília” e “Pelotas”. [...] Completava empresa uma grande olaria.

⁹Natural da Freguesia do Paraíso (Arcebispado de Lisboa), o comendador João Simões Lopes chegou ao Brasil no início do século XIX; estabeleceu-se na Freguesia de São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas, como fazendeiro, dando início, assim, a uma das famílias de maior prestígio na cidade.

¹⁰Para dar ritmo ao texto, reduzi o nome de João Simões Lopes Neto para João Simões, como era conhecido por seus contemporâneos, por ser com esse nome também, que ele assinou algumas de suas obras mais famosas, como a lenda do *Negrinho do Pastoreio*, publicada em 26 de dezembro de 1906, no jornal *Correio Mercantil*, de Pelotas, dedicada à Coelho Neto, que encontrava-se em Pelotas, neste período, realizando suas conferências.

É importante ressaltar que João Simões nasceu no período de apogeu das charqueadas, de acordo com o historiador Mário Osório Magalhães (1993), esse período se deu de 1860 à 1890. Foi nesse momento que uma indústria primitiva, como era uma charqueada, passou por um processo de transformação que culminou em uma indústria capitalista, transformando, dessa maneira, as relações dos charqueadores com os peões. Esses charqueadores agora enriquecidos, deslocam-se para a cidade, onde começam a desenvolver atividades políticas e a transformar o panorama cultural da mesma. Ester Gutierrez (2009, p.201) diz que existiram, pelo menos, trinta charqueadas contíguas e, trabalhando nelas, quase dois mil escravos.

Dessa maneira, as charqueadas eram o núcleo de maior concentração monetária e de acumulação de capitais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o que proporcionou à Pelotas (elevada a cidade em 09 de julho de 1835) um amplo processo de modernização, o qual pôde-se notar no meio urbano. Como já mencionamos, em 1860 começa o período de auge da produção do charque e, concomitante, o auge do progresso econômico e sociocultural da cidade. Em 1865, ano que João Simões nasceu, Pelotas era uma das cidades mais importantes da Província, por esse motivo, recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II e seu genro o Conde D'Eu. Ambos a caminho de Uruguaiana passavam pelas cidades do sul do Brasil para incentivar o alistamento voluntário de soldados para engrossar as fileiras do exército brasileiro na guerra contra o Paraguai (1864 a 1870). Esse conflito¹¹ entre a Tríplice Aliança (Brasil, União Argentina¹² e Uruguai) e o Paraguai foi o maior da história da América do Sul. Conde D'Eu, deixou suas impressões sobre a cidade que crescia:

“Depois de ter percorrido por duas vezes em toda a largura a Província do Rio Grande do Sul, depois de ter estado em suas pretensas cidades, Pelotas aparece aos olhos cansados do viajante como uma bela e próspera cidade. [...] De fato, é Pelotas a cidade predileta do que eu chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar esse termo aristocracia falando-se de um país do novo continente. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha, vem gozar as onças e patações que ajuntou em tal mister. ” (CONDE D'EU, 1936 apud MAGALHÃES, 1993, p.73)

¹¹Este conflito foi retratado por João Simões Lopes Neto em *Contos Gauchescos* (1912), mais precisamente, no conto *Chasque do Imperador*.

¹²A União Argentina era o resultado da união da Confederação Argentina e o governo portenho. Essas duas entidades só formariam uma única nação, a Argentina, após 1880.

Com esse panorama, podemos notar que João Simões nasce em um período ímpar da história e sua cidade e passa a sua infância no local que gerava toda a riqueza que garantia um destaque especial à ela. Sua família era uma das mais importantes e abastadas, o que lhe garantiu, até certa altura de sua trajetória, uma vida confortável e cheia de oportunidades, como veremos no decorrer desse capítulo. Mas ainda tratando de sua infância, é preciso destacar o quanto João Simões era apegado ao seu pai Catão Bonifácio Lopes. Este, como os outros filhos do Visconde da Graça, recebeu a melhor educação disponível na época¹³, porém Catão, diferente de seus irmãos, não se dedicou nem aos negócios industriais e nem à política. Reverbel (1981, p.18) afirma que: “Da numerosa prole¹⁴ do Visconde, foi seguramente Catão Bonifácio o mais agauchado e o mais campeão.”.

Catão foi administrador da Estância da Graça e, de 1882 a 1894, da Estância São Sebastião situada na cidade de Uruguaiana, fronteira entre o estado do Rio Grande do Sul e a Argentina. Esta estância também era propriedade de seu pai o Visconde da Graça (REVERBEL, 1981, p.29). Vivia de estância em estância, administrando e participando ativamente das atividades como campereadas e marcações, nas quais muitas vezes seu filho ia junto e, com olhar curioso, observava cenas que não lhe saíam da memória e estariam presentes algum tempo depois, na sua obra literária.

Como gauchão da velha cepa, Catão desde o início procurou entranhar o filho nas lides pastoris, levando-o consigo para rodeios e tabladas, e retardando a sua iniciação nas letras, para iniciá-lo antes na lição das coisas, das plantas e dos bichos. Era também contador de casos, e muito deve ter contado ao futuro escritor (CHIAPINNI, 1988, p.12).

Além do pai, à quem como vimos era muito apegado, João Simões andava sempre acompanhado de seu inseparável amigo Simeão. Este nasceu no mesmo dia que João Simões, cuja mãe, não tinha leite para dá-lo ao nascer, então, como era de costume, uma escrava de havia tido seu filho no mesmo dia, a mãe de

¹³Magalhães (1993, p.100) destaca em seu estudo sobre a cidade de Pelotas, que foram esses filhos de estancieiros barões, que puderam se dedicar aos estudos, às letras, às ciências e às artes. Pois não precisavam preocupar-se com a sua sobrevivência. Em especial, dedicavam-se muito ao estudo do Direito.

¹⁴Ao todo, o Visconde da Graça teve vinte e dois filhos, frutos de dois casamentos. Do primeiro matrimônio com Eufrásia Gonçalves Vitorino, em 1836, nasceram doze filhos; em 1855 o Visconde ficou viúvo, voltando a matrimoniar-se em 1857 com Zeferina Antonia da Luz, com quem teve mais dez filhos.

Simeão, deu de mamar ao filho de seus proprietários. Em agradecimento, os pais de João Simões alforriaram Simeão. Este foi seu amigo fiel até o fim da vida. João Simões brincava de apartar gado com o amigo, iam juntos às campereadas e, até mesmo quando aquele ganhou seu próprio quarto, o dividia com Simeão. No quarto dos meninos tinham peças do universo campeiro, o que é mais um sinal da intimidade de ambos por esse mundo. Foi nesse universo que João Simões passou a infância ao lado de sua família e de seu amigo Simeão. Segundo Massot (1974, p.10)

Ali sua alma infantil embebeu-se da paisagem daqueles campos “verdes, serenos, infinitos, clareados pela luz macia do sol morrente” que sua arte inconfundível iria depois imortalizar.

João Simões viveu na Graça até pelos menos 1874 quando foi para a cidade dar início a sua vida escolar. Reverbel (1981, p.34) afirma que apesar da escolarização de João Simões ter sido tardia, isso não quer dizer que tenha chegado aos nove anos analfabeto, na cidade de Pelotas. O autor esclarece que era habitual na época os maiores estancieiros ensinarem as primeiras letras aos filhos em suas próprias estâncias. O que complementa Diniz (2003, p.46), ao dizer que João Simões já havia aprendido algumas lições caseiras com a professora da irmã mais velha que tinha aulas em casa, na Estância da Graça.

Depois, a circunstância de Simões Lopes Neto manifestar, desde os cinco ou seis anos de idade, especial interesse por gravuras e livros, “brincando de ler e escrever”, o que levou o pai a dar-lhe uma pequena escrivantina de presente, deve ter contribuído para que se cuidasse de ministrar-lhe as primeiras letras quando ainda vivia na estância. (REVERBEL, 1981, p.34)

Sobre sua vida escolar no centro urbano de Pelotas há algumas informações desconstruídas. Sua sobrinha, Ivete Massot (1974, p.87), diz que ele teria estudado no Colégio Evolução de Emílio Massot onde seus tios, filhos do segundo casamento do Visconde da Graça, estudavam. Mas, Reverbel (198, p.35) diz que a sobrinha, sem más intenções, comete alguns deslizes em relação a essas informações, pois o Colégio Evolução, dos professores Massot foi fundado somente em 1886 quando João Simões já estava com 21 anos e havia encerrado sua vida escolar. E conta que havia em Pelotas, no século XIX, escolas particulares conceituadas de ensino primário e de humanidades que não deviam nada às escolas da capital rio-grandense, e que ali professavam mestres como Carlos Von Koseritz, André Laquintinie, Bibiano de Almeida, Bernardo Taveira Júnior, Luís Carlos e Afonso

Massot, que viriam a ser diretores do Colégio Evolução. Segundo pesquisas mais recentes, como a de Diniz (2003), João Simões estudou no Colégio Francês de Aristides Guidony. Nesse ambiente iniciou sua ruptura com o mundo rural e, aos poucos, a Estância da Graça, foi ficando para trás, só voltaria para esse universo nas férias escolares e/ou ocasiões especiais. Diniz (2003, p.50) afirma que:

[...] Ficaria para trás o paraíso perdido, o emblema da infância do escritor, que lhe concederia a matriz emocional de uma obra literária que o tempo e a crítica iriam imortalizar, sem que o escritor e seus contemporâneos sequer imaginassem que tal prodígio pudesse acontecer. Retornos, já ocasionais, ao mundo de que se despedia e que seria revisitado em algumas narrativas no gênero memorialístico. E foi por esse trânsito da memória que nasceram as histórias da *Siá Mariana*, na primeira parte do inédito livro escolar *Terra Gaúcha*¹⁵, o manuscrito *Recordações da Infância* e a narrativa *A Recolhida*¹⁶, publicada na *Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul*. [...]

Dois anos depois de iniciar sua vida escolar no centro urbano de Pelotas João Simões perdeu a mãe, Thereza Belchior Lopes, em 27 de junho de 1876. A morte dela acabou por separar a família. Eufrásia, a irmã mais velha, foi morar com o avô paterno, Silvana ficou sob os cuidados de sua tia (de mesmo nome da irmã, Eufrásia), Maria Izabel, a caçula, ficou com a tia Maria Joaquina e João Simões foi encaminhado ao Rio de Janeiro para concluir seus estudos.

Na época, estima-se que entre 1877 e 1878, o Rio de Janeiro era a capital nacional. Era para onde os filhos das mais abastadas famílias do Brasil iam estudar, em sua maioria. Algumas biografias apontam que chegando ao Rio de Janeiro, ele teria sido matriculado no famoso Colégio Abílio, de Abílio César Borges, retratado em *O Ateneu* de Raul Pompéia. Porém, apesar de seus tios, Ildefonso e Antônio Simões Lopes, filhos do segundo casamento do visconde e, portanto, contemporâneos de João Simões, constarem nas listas de matrícula do famoso colégio, o nome do escritor não consta em nenhuma delas. De acordo com a pesquisa de Diniz (2003), não há nenhum registro na documentação disponível do educandário que comprove que João Simões estudou lá. Portanto, a hipótese mais coerente no momento, aponta que ele teria concluído seus estudos de maneira não oficial, ou seja, tendo aulas particulares em sua residência no Rio de Janeiro. O que

¹⁵É recente a publicação do livro *Terra Gaúcha*; publicado em edição conjunta com outro livro inédito, a cartilha de leitura, intitulada *Artinha de Leitura* no ano de 2013. Sobre o livro *Terra Gaúcha*, trabalharemos nos capítulos que seguem.

¹⁶A *Recolhida* é um dos textos que compõem o livro *Terra Gaúcha* (2013).

leva a essa hipótese é o fato de não haver nenhuma documentação comprobatória sobre sua vida escolar na capital do Império. A memorialista Ivete Massot (1974, p.141) destaca que João Simões havia chegado ao Rio apenas com o curso primário e, por isso, contrataram dois professores que moravam no mesmo prédio para darem aulas particulares de francês e latim. Essa informação reforça a ideia de que a continuação de seus estudos no Rio de Janeiro tenha se dado, realmente, em casa com professores particulares. Durante todo esse período ele pôde contar com o auxílio de seu tio-avô Ildfonso Simões Lopes¹⁷, bastante reconhecido na corte e, também, com o auxílio de seu tio João Augusto Belchior, igualmente estabelecido no Rio de Janeiro. Segundo Lígia Chiapinni (1988, p.21):

[...] Aí conviveu com um Rio de Janeiro modernizado, com a política efervescente, gestando a República e a Abolição. Aí deve ter lido os clássicos, aprendido francês e latim, mas também aí deve ter convivido com o espírito cientificista da época [...].

Por muito tempo acreditou-se na ideia de que João Simões haveria cursado medicina no período que estava no Rio de Janeiro. Carlos Reverbel (1981, p.37) nos traz a informação de Sílvio da Cunha Echenique¹⁸, contemporâneo de João Simões, que afirma que teria sido impossível que em três ou quatro anos ele pudesse ter realizado os preparatórios e ainda cursado três anos de medicina, afirmando que isso não passa de “estória”. Reverbel (1981, p.37) ainda traz a objeção de Ângelo Pires Moreira, que também nega essa possibilidade. O próprio João Simões, em sua conferência intitulada *Educação Cívica*¹⁹ (1906, p.10) diz: “Eu tive campos, vendi-os; frequentei uma academia, não me formei; mas, sem terras e sem diploma, continuo a ser... capitão da Guarda Nacional.”. Não se sabe a que academia João Simões estava se referindo e nenhum de seus biógrafos encontrou registros seus em faculdades de medicina da época em que ele residia no Rio de Janeiro. A isso, somam-se as diversas hipóteses de impossibilidade, por mostrar-se um tempo muito curto de permanência na capital, que ele tenha cursado alguma faculdade.

¹⁷Ildfonso Simões Lopes era irmão, treze anos mais novo, do Visconde da Graça, avô de João Simões.

¹⁸Sílvio da Cunha Echenique é filho de Guilherme Echenique, amigo e editor de João Simões. Foi Guilherme Echenique, pela Livraria Universal da Echenique e Cia. Editores de Pelotas, que publicou as primeiras edições de *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913).

¹⁹A Conferência Educação Cívica será tratada nos capítulos a seguir.

Atualmente, em biografias sobre o autor e livros de crítica literária nos quais é citado, como *Literatura Gaúcha* (2004, p.61) de Luís Augusto Fischer, já se toma essa alternativa como falsa.

Porém, há uma informação curiosa, Ivete Massot (1974, p. 142) relata, em seu livro de memórias, que João Simões dizia lembrar-se de dois professores: Souza Fontes e Motta Maia, de Anatomia. Diniz (2003, p.59) revela que, ao pesquisar no Arquivo Nacional, onde existe uma lista com a relação completa de professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do ano de 1884, na mesma constam os nomes de Cláudio Velho de Motta Maia, professor de Anatomia Topográfica e Operações e, Luiz Ribeiro de Souza Fontes, de Anatomia e Fisiologia Patológicas. Como dissemos, não foi encontrado ainda nenhum registro referente a algum curso de Medicina que conste o nome de João Simões mas, o fato de ele saber os nomes dos professores e suas especialidades, deixa dúvidas quanto a tal impossibilidade de ter cursado medicina no período que estava no Rio de Janeiro. Esta é mais uma, das muitas lacunas referentes à vida do escritor.

De qualquer forma, o período que João Simões passou no Rio de Janeiro foi bem curto. Os motivos do retorno também não são exatos. Ivete Massot (1974, p.107) afirma que ele teria voltado do Rio por motivo de uma enfermidade. Uma hepatite teria tomado seu corpo, fazendo com que dessa maneira interrompesse seus estudos de medicina e voltasse para sua terra natal. Tanto Reverbel (1981), quanto Fischer (2004) não dizem as motivações pelas quais João Simões teria retornado.

Mas o mero fato de haver vivido alguns anos da adolescência no Rio de Janeiro, a grande cidade brasileira de então, deverá ter proporcionado ao menino João uma experiência forte, tanto da vida urbana em sua maior expressão no país, quanto do contraste entre a capital nacional e o ambiente campeiro de sua infância (FISCHER, 2004, p.61).

Chiappini (1988, p.22) argumenta que nesse tempo em que passou no Rio, João Simões ilustrou-se e ficou em dia com as tendências literárias de seu tempo. Segundo a autora

[...] As traduções que fará mais tarde (de escritores franceses, sobretudo), as resenhas de certos pensadores (como Haeckel, Lamarck e Darwin), seus comentários críticos de teatro e ópera, e, mesmo, sua linguagem empolgada nas conferências e discursos, as citações e referências bibliográficas o confirmam. (CHIAPPINI, 1988, p.22)

O fato é que, ao final de 1884, João Simões retornou para o sul e a partir de então,

retornaria para a capital nacional somente para viagens ocasionais. Um pouco antes de completar vinte anos, ele retornou para a sua terra natal à qual dedicou-se por toda a sua vida e, da qual, jamais saiu.

Podemos notar nesta primeira fase da vida de João Simões os contrastes vividos por ele. Desde sua criação naquele ambiente rural e simples da estância e da charqueada, afastado da grande cidade que era Pelotas naquela época, que, com toda a riqueza produzida pelas charqueadas, as sombras do trabalho escravo, tentava ser uma cidade moderna, culta e europeizada. Passado um curto espaço de tempo viria o grande choque cultural, o menino então com 13 anos vai para a Corte, a cidade do Rio de Janeiro, então capital nacional e, volta de lá com todas essas experiências acumuladas que certamente influenciaram sua trajetória futura. Os muitos aspectos de sua infância naquele “universo” rural estão expressos em sua obra de cunho literário, o que comprova que este tempo, apesar de ficar para trás, seja em sua trajetória de vida, seja no processo histórico e social, jamais lhe sairia da memória e ilustraria as mais belas páginas de sua obra literária.

1.2 NOS JORNAIS: SUAS PRIMEIRAS COLABORAÇÕES E A CRIAÇÃO DE OBRAS-PRIMAS (1884-1916)

João Simões regressa do Rio de Janeiro sem motivo aparente e com os estudos inacabados. Especula-se que ao voltar para o sul, ele teria ido para a Estância do avô, onde nasceu e passou a infância. Teria ficado lá por um tempo e depois seguido para Uruguaiana, para a outra estância da família, a São Sebastião que, na época, era administrada por seu pai, Catão Lopes. Por lá também passou um período, voltando em seguida para a sua cidade natal.

Em meados dos anos de 1880, Pelotas era considerada a segunda cidade do Estado, perdendo apenas para Porto Alegre, à qual não ficava muito atrás. Enriquecida pelo apogeu da indústria do charque, Pelotas consolidou-se uma cidade com boas escolas, bancos, jornais, um efetivo comércio, algumas indústrias, uma biblioteca pública, um hospital com um considerável corpo médico e, até mesmo um

teatro²⁰. Pelotas foi a primeira cidade do Estado a possuir um.

A crescente cidade também contou com a colaboração de muitos intelectuais nesse período, Chiappini (1988, p.24) cita o caso de Carlos Von Koseritz²¹ que chegou na cidade em 1851 e prestou importante papel cultural e político através da escola e da imprensa, tanto em Pelotas como no Estado.

[...] Entre 1858-1872 e entre 1872-1890, Pelotas teve seu maior surto populacional: de 11.401 habitantes, em 1858, para 21.258 em 1872 e 41.592 em 1890 (quase a população de Porto Alegre), e foi justamente nesse tempo, entre 1879 e 1901, que Simões viveu a sua época mais promissora, aquela em que tanto a família, quanto a sociedade e, ao que tudo indica, ele próprio, depositaram suas esperanças. Era o moço culto, de boa família, rico e de futuro garantido, além de talentoso e afável. (CHIAPPINI, 1988, p. 24)

Em 1885, com vinte anos, João Simões já estava estabelecido na cidade de Pelotas e acompanhava o progresso da mesma com interesse. Ao mesmo tempo frequentava as atividades da sociedade local. Três anos depois, em 1888, João Simões tem o seu primeiro contato “oficial” com o mundo das letras ao publicar no jornal *A Pátria* dois poemas seus: o soneto *Rêve*, que possuiu somente o título em francês, publicado na edição de 14 de março, e *Dúvida*, poema publicado no dia 26 do mesmo mês. Esse seria apenas o início de um longo caminho de colaborações para vários jornais da cidade.

É importante notar de que maneira se estabeleceu a imprensa na cidade de Pelotas pois, em relação a Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a imprensa pelotense teve seu aparecimento tardio. No entanto, não demorou a igualar-se a ela tanto em quantidade quanto em qualidade. O primeiro jornal de Pelotas surgiu por iniciativa de um rio-grandino, o tipógrafo Cândido Augusto de Melo, que criou *O Pelotense*, em 7 de novembro de 1851. Este foi lançado 24 anos após a origem do jornalismo na capital da província, que ocorreu em 1827 com o *Diário de Porto Alegre*. *O Pelotense* não foi tão significativo quanto *O Noticiador*, que circulou de 1854 a 1886, somando 14 anos de circulação (REVERBEL, 1981, p. 40-41).

Quando o nome de João Simões começou a aparecer nos jornais pelotenses

²⁰O Teatro Sete de Abril foi fundado em 1831 e inaugurado em 02 de dezembro de 1833, o nome homenageia a data em que Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II, o primeiro brasileiro a governar o Brasil. O Teatro Sete de Abril atualmente passa por uma importante reforma, hoje é o teatro mais antigo em funcionamento no Brasil.

²¹ Carlos Von Koseritz foi contemporâneo de João Simões e o influenciou com suas ideias, como veremos no terceiro capítulo dessa dissertação.

na cidade existiam

[...] alguns periódicos de expressão (notadamente o *Cabrion*, o *Investigador* e o *Farrapo*) e quatro diários, cujo padrão pouco ou nada ficava a dever aos de Porto Alegre: o *Onze de Junho*, o *Diário de Pelotas*, o *Correio Mercantil* e *A Pátria*. Foi nesse órgão que Simões Lopes Neto iniciou sua longa e movimentada atividade jornalística, embora a tenha exercido, profissionalmente, apenas nos últimos anos de vida, quando já perdera o ânimo para investir contra “moinhos de vento”. (REVERBEL, 1981, p.41).

O jornal *A Pátria* foi criado em 1886 e ficou aos cuidados de seu fundador Albino Costa até fevereiro de 1888, quando sua circulação foi suspensa. Foi nesse período que Ismael Simões Lopes associou-se a este, formando a empresa *Costa&Simões* e, a partir de então, o jornal voltou a circular sob a responsabilidade de Ismael. Este, em outubro do mesmo ano, adquiriu a parte de Albino no diário, que ficou sob sua responsabilidade, assumindo uma nova fase, até o seu definitivo fim em 4 de junho de 1891 (REVERBEL, 1981, p.42).

Ismael Simões Lopes era tio de João Simões e foi ao lado deste que o autor começou suas atividades como jornalista, em *A Pátria*. O autor, então com 23 anos, estreou sua primeira coluna chamada “*Balas de Estalo*”²² em 2 de julho de 1888. Compõem a primeira fase da coluna vinte e uma colaborações. Com humor tratavam sobre os acontecimentos do cotidiano pelotense, política e crítica social. Com exceção da primeira publicação, que não respeita a forma clássica, todas as outras estão na forma de “triolet”²³. Este era um recurso muito utilizado na imprensa e muito apreciado pelo público leitor. Em tal coluna e, em muitas outras, João Simões assinou com seu pseudônimo Serafim Bemol, um dos mais utilizados, dos muitos que possuía²⁴.

O ano de 1888 marcou o início efetivo da atividade jornalística de João Simões. Além da coluna *Balas de Estalo* ele escreveu ainda em *A Pátria* no final do

²²*Balas de Estalo* também era o nome de uma série coletiva da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que circulou nas edições de 1883 a 1886, para a qual, escrevia Machado de Assis com o pseudônimo de Lélío.

²³“Triolet” é uma espécie de poema de forma fixa, originário da França (século XIII), cai em desuso no século XVI e retorna com o parnasianismo. Em síntese, são estrofes de 8 versos, sendo o 1º, o 4º e o 7º repetidos; o 8º repetição do 2º. “A adequação das “*Balas de Estalo*” a essa forma demonstra um pouco do adestramento de Simões às técnicas poéticas em voga no seu tempo.” (CHIAPINNI, 1988, p.29)

²⁴É importante ressaltar que uso de pseudônimos era bastante comum nessa época. João Simões, ao longo de sua carreira, utilizou muitos pseudônimos. Nas primeiras edições de “*Balas de Estalo*” ele assinou com os mais diversificados pseudônimos, após um período, passou a assinar somente como Serafim Bemol.

mesmo ano, uma série de crônicas intituladas *O Rio Grande a Vol d'Oiseau*, fruto das viagens feitas por ele à São José do Norte e a Rio Grande. No ano seguinte, em 25 de abril, uma nova série da coluna *Balas de Estalo* começa a ser publicada, permanecendo ativa até 20 de agosto de 1890. Entre este ano e o início de 1891 João Simões assina, com seus muitos pseudônimos, a coluna *Tesourinha Hilariante*, esta também tratava de assuntos do cotidiano e teria publicações intermitentes.

De acordo com Reverbel (1981, p.45), “[...] Simões Lopes Neto foi apenas colaborador, durante o tempo em que esteve vinculado à *Pátria*, de 1888 a 1891. Não fazia, propriamente, parte da redação.”. Dessa maneira, ele não recebia para escrever para o jornal e, também, não possuía nenhum vínculo empregatício com o mesmo, desempenhava essa atividade como amador.

Esse [é o] período risonho e franco, em que João vive ainda sustentado pelo pai, em boa casa de Pelotas, sob as asas do avô, fazendo seus “trioletes”, é a época dos vários Joões, todos risonhos, expressos em seus pseudônimos: J. Rimuido, J. Rimaduro, J. Risempre, JobRivitos, JobRiverde, João Rimole, João Riduro, João Riforte, João Rifraco, João Ripianíssimo, João Rimudo... (CHIAPINNI, 1988, p.30)

Após o fim de *A Pátria*, em 04 de junho de 1891, João Simões voltou a dar as suas colaborações para a imprensa pelotense no jornal *Diário Popular*, fundado em 27 de agosto de 1890²⁵ por Theodósio de Menezes. O *Diário Popular* era um órgão do Partido Republicano Rio-Grandense²⁶ e comprou o acervo de *A Pátria*. Tais colaborações começaram a aparecer em 1893 e estenderam-se até 1896 com certa regularidade. Também, como em *A Pátria*, ele desempenhou função de colaborador, vivendo nessa época de outras atividades²⁷ (REVERBEL, 1981, p.50). Sobre a profissão de jornalista, diz Reverbel em seu livro de memórias *Arca de Blau* (1993, p.130):

²⁵O *Diário Popular* foi fundado por Teodósio Menezes e ainda mantém-se em circulação na cidade de Pelotas.

²⁶O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) chegou ao poder com a Proclamação da República em 1889. Sua base social era formada por indivíduos provenientes do latifúndio pecuarista, coligados com os setores médios urbanos. O PRR tinha por ideologia o positivismo, mas de maneira não ortodoxa; a “adaptação” do positivismo para o contexto gaúcho permitiu a implantação de um projeto capitalista, com a realização da modernização econômica, principalmente no setor de transportes e com a alianças realizadas com as “classes médias” e os grupos das regiões de colonização que ampliaram a base política do governo. (KÜHN, 2011, p.103)

²⁷Em 1890 João Simões abre um escritório e começa a atuar como despachante geral, esse seria o ofício que manteria por quase toda a sua vida, além de outras atividades industriais e culturais (tratadas no item 1.4 desde capítulo).

[...] De fato, praticar jornalismo assalariado, naquela época, sobretudo em cidades do interior, significava não ter onde cair morto. Afora os proprietários, havia duas categorias na imprensa de então: a dos colaboradores (não-remunerados) e a dos profissionais ou ratos de redação (secretários, redatores, noticiaristas), pessimamente pagos. Podendo trabalhar sem remuneração, os colaboradores, como ele próprio fora durante quase toda a sua atividade jornalística, eram em geral pessoas de maiores ou menores recursos, não necessitando das humilhações salariais da imprensa da época. [...]

Apesar de João Simões não ser remunerado para escrever para os jornais da cidade, ele não se preocupava com isso, trabalhava como despachante geral em um escritório próprio, e podia contar com o apoio financeiro do avô para viver e seguir escrevendo. Foi entre suas descompromissadas atividades jornalísticas, que João Simões, com 27 anos, no ano de 1892, casou-se com Francisca de Paula Meireles Leite, conhecida por D. Velha²⁸. Mesmo depois de casado e morando independente da família, João Simões continuou com suas ocupações esporádicas e mantendo uma intensa vida social, à custa da fortuna do avô, ainda vivo, e sobre posse de seus bens²⁹ (CHIAPINNI, 1988, p.34). Do matrimônio não contraiu filhos, adotando uma menina que chamava-se Firmina de Oliveira Lopes.³⁰

Foi no *Diário Popular* que João Simões assinou pela primeira vez uma matéria com seu próprio nome. A mesma ocuparia um espaço considerável na primeira página do jornal com o título de *As nossas indústrias*. Trata-se, segundo Reverbel (1981, p.51), de uma pequena monografia industrial do município de Pelotas, onde apresenta aspectos geográficos e socioeconômicos do Rio Grande do Sul e um levantamento das principais indústrias locais, com ênfase em Pelotas. Essa matéria figurou no jornal lançado em uma edição especial³¹, em papel de melhor qualidade, visando participar da Exposição de Chicago de 1893, como parte

²⁸A viúva sobreviveu quase cinquenta anos a mais que o falecido marido (1916). Após a morte deste ela passou a viver de forma paupérrima; costurava para fora e culpava a dedicação do marido à literatura como a causa de sua pobreza. Com o passar do tempo começou a vender ou doar o acervo do marido, como forma de agradecimento aos que lhe prestavam algum auxílio.

²⁹Visconde da Graça morreu em Pelotas a 25 de outubro de 1893, aos 76 anos de idade.

³⁰Sobre Firmina ver MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. *Simões Lopes Neto na intimidade*. – Porto Alegre: BELS, 1974. p. 131-132

³¹Edição do Diário Popular de 01 de janeiro de 1893.

do Álbum da Imprensa Brasileira.

No *Diário Popular*, João Simões escreveu uma série de artigos de cunho monográfico, falando de coisas de interesse local. Além disso, voltou com sua sessão de *Balas de Estalo*, que possuía anteriormente em *A Pátria*. Em meados de 1895 ele criou, assinando também com o pseudônimo de Serafim Bemol, a sessão *A Semana Passada (Revistinha)*. Esta se constituiu de um apanhado dos fatos da semana comentados de maneira bem-humorada, pitoresca e, como não poderia faltar, com um toque de ironia. A sessão não durou muito tempo, somente quatro edições do jornal. Já em meados de 1896 ele retornou com uma sessão semelhante intitulada *Semaninha* onde continuava com o foco nos acontecimentos da semana, de preferência, de natureza local. Essa sessão durou dez edições. Em 14 de junho interrompeu sua colaboração ao *Diário Popular* e retornou somente em 25 de julho. Tal interrupção se deu por motivo da morte de seu pai, Catão Bonifácio Lopes, em 21 de junho de 1896 (REVERBEL, 1891, p.55). Após a morte do pai, João Simões retornou ao jornal, mas não ficou por muito tempo. Sua inconstância o levou a outros negócios e a outros jornais.

Cabe salientar, que no ano de 1893 o estado do Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil que dividiu o estado entre os partidários de Gaspar Silveira Martins, unidos para derrubar a oligarquia que detinha o poder, e os republicanos, cujo líder era Júlio de Castilhos. De acordo com o historiador Moacyr Flores (1993, p.138), após a realização das eleições com suspeita de fraude, o que era costumeiro, Júlio de Castilhos venceu e foi empossado em 25 de janeiro de 1893, prometendo uma série de ações para manter a segurança e o sossego da sociedade por meio de medidas repressivas. Cerca de dez mil brasileiros entre federalistas, monarquistas e republicanos dissidentes refugiaram-se na República do Uruguai, aguardando a hora de regressar ao Brasil. Segundo Diniz (2003, p.82)

João Simões Lopes não aderiu à revolução, mantendo-se fiel ao Partido Republicano. A fidelidade aos antigos ideais republicanos, como parece ter sido o caso de Simões Lopes, não significa estar em apoio às perseguições políticas que porejavam no Rio Grande, a partir da retomada do poder pelos castilhistas em junho de 1892. Já filiado ao Partido Republicano e nomeado tenente da Guarda Nacional³², sem, no entanto, entrar em combate contra os federalistas revolucionários, Simões Lopes manteria sempre uma postura sóbria, um tanto avessa às campanhas partidárias. [...].

³²Em 1894 João Simões foi nomeado tenente da Guarda Nacional e, tempos depois foi elevado a capitão, mas nunca entrou em combate. (SCHLEE, 2010, p.41)

O mesmo destaca Reverbel (1981, p.46), ao dizer que João Simões teria feito

[...] profissão de fé castilhistas (sem o positivismo do chefe), atuaria na imprensa partidária, mas mantendo sempre uma atitude discreta e contida, quando não distante, que significava, no fundo, a sua absoluta falta de vocação para as refregas político-partidárias. Nem como tenente da Guarda Nacional, na revolução de 93, ele chegou a empolgar-se e perder a serenidade. Tem-se a impressão de que entrou na política por injunções mais de ordem familiar do que pessoal. E que tudo quanto fez, nesse terreno, foi sempre meio a contragosto.

Assim, podemos perceber que apesar de seu posicionamento político João Simões não tomou partido durante esse triste período de guerra que vivenciou e, mesmo escrevendo para um órgão do partido republicano, seus textos nada tinham a ver com posições partidárias de nenhum dos lados. A chamada Revolução acabou em 1895 com a consolidação dos republicanos no poder³³.

Ainda em 1893, enquanto mantinha suas colaborações para o *Diário Popular*, João Simões também escrevia colunas para o *Correio Mercantil*, jornal criado por Antônio Joaquim Dias. Neste ano João Simões, sob o pseudônimo de Serafim Bemol, segundo Reverbel (1891, p.60-63), fez sua primeira incursão no campo da ficção: em parceria com outros dois companheiros, Sátiro Clemente e D. Salústio, ele escreveu o folhetim, publicado em 15 capítulos, intitulado *A Mandinga*. Com a morte de Antônio Joaquim Dias, proprietário do *Correio Mercantil*, o mesmo foi vendido a Augusto Simões Lopes, que assim como Ismael, era tio de João Simões. Augusto ficou com a posse desse jornal por dois anos (1906-1907). Durante esse tempo, seu sobrinho deixou apenas uma colaboração em seu jornal. No entanto, não foi mais uma obra de ironia desse autor já reconhecido como atrevido, e sim, sua primeira obra-prima. Publicou em 26 de dezembro de 1906, dedicada a Coelho Neto, que se encontrava em Pelotas fazendo suas conferências, a lenda estilizada *O Negrinho do Pastoreio* e, em 1909, divulgou nas páginas do mesmo jornal a lenda *A Mboitatá*³⁴.

Reverbel (1981, p,68) conta que desde 1912 os jornais deixaram de ser apenas uma colaboração para ele e passaram a ser um trabalho. A esta altura já necessitava disso para viver, pois sua condição financeira havia chegado a um

³³A Revolução Federalista marca o início do declínio da indústria do charque, pois inviabilizou quase que totalmente o comércio de gado e, somado a isso, a superação das charqueadas pelos frigoríficos.

³⁴ As duas lendas citadas, juntamente com a lenda *A Salamanca do Jarau*, foram publicadas em livro intitulado *Lendas do Sul* em 1913.

estado crítico. Nesse mesmo ano de 1912 integrou profissionalmente a redação do jornal *A Opinião Pública*.

“A Opinião Pública” passara por uma importante mudança, sob novo comando desde 1913, tornava-se um jornal combativo, contestador e, especialmente, anticlerical; ganhava também nova feição gráfica, com espaços determinados para assuntos políticos, financeiros e sociais, notícias e colunas permanentes – além de um folhetim e uma sessão semanal de “artes, ciências e letras” que divulgavam textos literários. (SCHLEE, 2010, p, 45)

Permaneceu no *A Opinião Pública* até o ano de 1915, assumindo um caráter profissional, pois esse foi o seu modo de ganhar a vida. Depois, tornou-se diretor de redação do *Correio Mercantil*, que assumia nesta época uma nova fase. Segundo Schlee (2010, p.47) este órgão passou a defender as chamadas classes produtoras, de oposição ao governo, sem radicalismos de credo partidário ou religioso. Mas essa fase do jornal não duraria muito:

O agradável aspecto gráfico do “Correio Mercantil”, contudo, não duraria um ano; e não seria suficiente para evitar que as dificuldades se acumulassem, provocando comprovada decadência material e insuperáveis prejuízos financeiros (SCHLEE, 2010, p.48)

Com o fim do *Correio Mercantil* e precisando trabalhar para viver, em janeiro de 1916, João Simões retornou para *A Opinião Pública*, com o cargo de simples redator. De acordo com Schlee (2010, p.49), seu nome submerge no anonimato e na mediocridade do trabalho editorial de um diário de apenas quatro páginas. Além disso, limita-se a assinar, sob o pseudônimo de João do Sul, a sessão *Temas Gastos*. Ainda de acordo com Schlee (2010, p.50), “[...] consta que o redator de assuntos comerciais, artísticos e literários esteve trabalhando em “A Opinião Pública” pela última vez no dia 12 de junho”.

Nesses muitos anos em que João Simões desenvolveu sua atividade jornalística, seja como amador no início da carreira, escrevendo suas colaborações de forma mais despreocupada, seja no fim da vida, quando se tornou redator no *A Opinião Pública* e diretor de jornal, no *Correio Mercantil*, voltando em 1916 a ser redator do *A Opinião Pública*, ele escreveu sobre os mais diversos temas e das mais variadas formas: “trioletes”, poemas, lendas e contos, além de artigos, como por exemplo, a série de cinco artigos sob o título de *Uma Trindade Científica*, sobre Lamarck, Darwin e Haeckel – que foram reproduzidos em 1983, por Ângelo Pires Moreira no seu livro *A Outra Face de J. Simões Lopes Neto. vol. 1.. A análise da*

obra jornalística de João Simões mostra sua grande versatilidade que, de certa forma, pode estar relacionada à sua despreocupação, independência e erudição ao escrever nos jornais. Além disso, vale lembrar que suas obras literárias mais famosas, como *Contos Gauchescos*, *Lendas do Sul*³⁵ e *Casos do Romualdo* (publicação póstuma), nasceram nas páginas dos periódicos *Correio Mercantil*, *Diário Popular* e *A Opinião Pública*, entre 1906 e 1913.

Desde de 26 de dezembro de 1906, JSLN³⁶ publicou em jornais e em uma revista, por um espaço de sete anos, até 25 de dezembro de 1913 a primeira versão de quatorze dos dezenove contos que constituem hoje os *Contos Gauchescos*; da mesma forma, publicou duas das três lendas completamente desenvolvidas que passaram a integrar as *Lendas do Sul* [...]. (SCHLEE, 2010, p.57-58).

Lançando nas páginas de jornais seus contos e lendas, que mais tarde se tornariam clássicos da literatura gaúcha, notamos que a versatilidade, a picardia e a leveza com que apresentou aos leitores seus temas cotidianos, não impediu João Simões de publicar as obras com as quais ele ganhou o mundo, tornando-se a maior referência da literatura regionalista do Rio Grande do Sul, com reconhecimento de sua literatura de aspectos universais.

1.3 NO TEATRO, MAIS UM ESPAÇO DE CRIAÇÃO LITERÁRIA (1893-1915)

João Simões esteve durante toda a sua vida envolvido com uma diversificada carreira. Além dos jornais e suas múltiplas faces como jornalista³⁷, ele também foi um homem de teatro. Mais precisamente Serafim Bemol o foi, pois todas as suas peças teatrais estão assinadas com esse pseudônimo.

Serafim Bemol estreou no teatro em parceria com Mouta Rara, pseudônimo de José Gomes Mendes, em 1893. Com ele montou três peças, sendo todas elas com o texto de Serafim Bemol e a parte de carpintaria teatral de Mouta Rara. A primeira peça dessa parceria foi *O Boato* estreada em 25 de novembro de 1893 no Teatro Sete de Abril, na cidade de Pelotas. Essa peça, assim como todas as outras,

³⁵Contos Gauchescos foi editado e lançado em 1912 pela Livraria Universal da Echenique & Cia Editores de Pelotas e, *Lendas do Sul*, um ano depois, 1913, pela mesma editora, ambas as primeiras edições.

³⁶ JSLN é a abreviatura de João Simões Lopes Neto.

³⁷Sobre João Simões jornalista e alguns trabalhos do mesmo ver: MOREIRA, Ângelo Pires. *A Outra Face de J. Simões Lopes Neto*. 1º volume. Martins Livreiro – editor. Porto Alegre. 1983.

foi encenada por grupos amadores de teatro. Nesse caso, foi a Sociedade D. P. Beneficente Talia. Contou ainda, com a colaboração de Manoel Acosta y Oliveira³⁸, na parte musical. O texto dessa peça, de acordo com Reverbel (1981, p.102), foi editado no ano seguinte pela Livraria Universal de Pelotas num volume de 106 páginas.

A segunda peça dessa parceria foi a mais importante da carreira de Serafim Bemol no teatro. Em 23 de julho de 1894 estreou a comédia opereta *Os Bacharéis*, também com música do maestro Manoel Acosta y Oliveira e encenação de Antônio R. Maia. Reverbel (1981, p. 107) argumenta que: “*Os Bacharéis* recebeu um acolhimento, por parte do público, como jamais acontecera na cidade. E terminaram registrando o maior êxito do teatro amador em Pelotas, de todos os tempos.”. Essa peça foi representada oito vezes no Teatro Sete de Abril, o que demonstra seu enorme êxito no teatro amador pelotense. No ano seguinte ao da estreia, *Os Bacharéis* voltou em cartaz e a partir daí foram várias apresentações, inclusive na cidade vizinha, Rio Grande, onde supostamente também obteve sucesso. Nos dias 27 e 28 de dezembro de 1902, no Teatro Sete de Abril, *Os Bacharéis* foi representada pela primeira vez por um grupo de teatro profissional, era a Companhia Brasileira Vaudeville, Drama, Comédia e Revista (REVERBEL, 1981, p.108). Tal companhia, sabendo do sucesso da peça entre o público pelotense, resolveu montá-la e acrescentá-la à sua temporada por esta cidade. Foi sucesso certo.

Inspirados pelo sucesso de *Os Bacharéis*, Serafim Bemol e Mouta Rara lançaram, em 23 de maio de 1896, a peça *A Mixórdia* que definiram como uma revista cômico-trágico-burlesca-retrospectiva de 1894-95. Esta também foi encenada no Teatro Sete de Abril (REVERBEL, 1981, p.110).

A parceria de Serafim Bemol e Mouta Rara acabou depois desta peça com o saldo positivo de um grande sucesso que foi *Os Bacharéis* e, outras duas peças não tão bem acolhidas como aquela. Serafim Bemol continuou sua produção teatral sozinho.

³⁸Manuel Acosta y Oliveira era um maestro negro, então radicado em Pelotas, onde era muito conceituado como diretor de orquestra e professor de música, sobre as suas origens as informações são confusas, mas acredita-se que ele era uruguaio. (REVERBEL, 1981, p.101.)

Desta nova fase temos *Viúva Pitorra* (1896), *O Bicho* (1898), *O Palhaço e Fifina* (1900), *Jojo e Jaja e não loio e laia*, *Amores e Facadas*, *Maior Credor e Querubim Trovão*, em 1901, ano que mais produziu para o teatro³⁹, *Por Causa das Bichas* (1903), *Valsa Branca* (1914) e encerrou sua carreira no teatro com a peça *Sapato de Bebê* (1915), adaptado de um conto de François Coppée. (REVERBEL, 1981).

Sobre sua trajetória no teatro afirma Reverbel (1993, p.128):

[...] como autor teatral foi muito mais chamativo do que o que ele seria mais adiante como escritor regionalista. E o êxito que desde logo obteve no palco iria antecipar-se, por bastante tempo, ao reconhecimento que afinal lhe cabia seria creditado como contista. Ele carregava a sina de viver coberto de equívocos e cercado de incompreensões [...].

João Simões ou, como era conhecido no teatro, Serafim Bemol, não criou uma dramaturgia. Toda a sua produção se deu de maneira amadora e quase sempre com o pano de fundo localista, o que chama a atenção, mais uma vez, para o apreço que ele tinha por sua cidade natal. Como já foi exposto, somente *Os Bacharéis* ganhou uma produção profissional oito anos depois de ter sido lançada por uma companhia amadora. Pelas suas peças teatrais João Simões ganhou fama, também pelos seus “trioletes”, mesmo depois de ter escrito seus contos e lendas. Estes pouco reconhecimento lhe deram em vida. Essa imagem bem-sucedida do teatro, principalmente por causa da peça *Os Bacharéis*, permaneceu.

1.4 DOS NEGÓCIOS AO FRACASSO FINANCEIRO E SUAS ASPIRAÇÕES PATRIÓTICAS

Como podemos perceber até aqui, João Simões sempre foi um homem muito envolvido na vida pública e cultural de sua cidade natal: foi jornalista ativo, escritor para o teatro. Também lançou sua literatura nos jornais e posteriormente pela Livraria Universal da Echenique & Cia. Editores de Pelotas⁴⁰. Durante todo esse

³⁹ Para mais informações sobre as produções de teatro de João Simões ver HEEMANN, Cláudio. *O teatro de Simões Lopes Neto*, Vol. I. Porto Alegre: IEL, 1990.

⁴⁰ A Livraria Universal de Pelotas foi fundada em 1887, por Guilherme Echenique, segundo Reverbel (1981, p.223-224) era uma empresa de grande porte para sua época; importava em larga escala dos maiores centros europeus livros, papéis e material de escritórios. Foi a principal editora do Estado durante no mínimo duas décadas; lançou diversos autores gaúchos, implantando uma indústria do livro em uma cidade do interior do Estado. Destacava-se pela produção editorial, praticada com regularidade, descortino e preocupação nativista. *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913).

tempo, João Simões esteve envolvido em alguns negócios e projetos que pouco ou nada lhe renderam. Também foi membro da entidade tradicionalista União Gaúcha⁴¹, ingressando em 1901⁴² e sendo eleito presidente em 03 de março de 1905. Foi diretor da Biblioteca Pública Pelotense, professor da Academia do Comércio (Clube Caixeiral), foi presidente da Associação Comercial e, segundo documentos encontrados nesta e em outras pesquisas, membro da maçonaria.

O primeiro documento que encontramos nessa pesquisa é um certificado do grau de mestre da Loja Rio Branco, datado de 28 de dezembro de 1890, sendo o grau de mestre o número três, estima-se que ele, a essa altura, já estivesse há pelo menos três anos envolvido com a maçonaria em Pelotas. Outro documento é um quadro de obreiros das Lojas Unidas de Pelotas e data de 02 de outubro de 1915, o que demonstra que apesar de sua dispersão, ele ficou quase que toda a vida envolvido com as lojas maçônicas de sua cidade. Interessante destacar, também, que a Loja Rio Branco era conhecida por Loja dos Artistas.

De acordo com Schlee (2010, p.37) a vida desse homem parecia ser marcada pelo signo da contradição

Não “foi jornalista de vida inteira”; não foi “capitão da indústria”. Teria sido despachante, incorporador, corretor, representante comercial, gerente de companhia de seguros, comerciante, notário, publicista; mas não levou avante a “Coleção Brasileira” [de cartões-postais] ou a “Revista do Centenário” [da Cidade de Pelotas em 1912], permaneceu menos de um ano do 2º Cartório de Pelotas, comercializou o “Café Cruzeiro” só por uns meses, por quatro meses negociou seguros, desistiu logo da agência e do depósito de “especialidades” que anunciava, não chegou a incorporar compras e vendas de imóveis ou ações, mal participou da incorporação de duas empresas que faliram, e nem sempre pôde ser encontrado no porto de Pelotas para despachar cargas e mercadorias.

Fica claro, dessa maneira, a dispersão desse homem visionário e, geralmente, mal compreendido. Tendo em vista a infinidade de atividades que João Simões desenvolveu ao longo de toda a sua vida, tomaremos apenas alguns exemplos mais significativos como a fábrica de vidros, a criação de abelhas e a

⁴¹A União Gaúcha é a entidade tradicionalista mais antiga do Rio Grande do Sul. Foi fundada em Pelotas em 1889, antes mesmo de existir o Movimento Tradicionalista (1966), hoje, ainda em funcionamento, chama-se União Gaúcha João Simões Lopes Neto.

⁴²Ao contrário do que muitos pesquisadores reproduzem João Simões não foi fundador da União Gaúcha, fundada em 1889 conforme explicitado acima, ele tornou-se membro da mesma somente em 1901.

fábrica de cigarros *Marca Diabo*. Este é talvez seu empreendimento industrial mais audacioso e curioso.

A Sociedade Anônima Vidraria Pelotense, uma sociedade de João Simões com Ildefonso Meandro Correia, foi lançada em 5 de outubro de 1891. Muito propagandeada na imprensa da época apresentava inúmeras inovações, desde o uso de instrumentos mais modernos até a contratação de mulheres como operárias. Desde sua inauguração em 1893, a fábrica começou a produzir um vasto estoque de materiais dos mais diversos, além de oferecer matéria-prima para que se fabricassem produtos sob encomenda. A fábrica também empregava um grande número de operários, em sua maioria, de origem francesa. Porém, o consumo das mercadorias era relativamente muito baixo e a Revolução Federalista, que explodiu nesse ano, atrapalhou o escoamento das mercadorias para fora da região de Pelotas. Além disso, os técnicos, essenciais para a produção, vinham de outras regiões, o que também foi dificultado pelo advento da Revolução. Conforme os relatórios esta era a quarta fábrica de vidros da América Latina. E mesmo com os primeiros tropeços ela poderia ter sido salva mediante uma nova injeção de capital. Mas seus sócios não quiseram arriscar e, em assembleia, no ano de 1895, resolveram acabar com o negócio e levá-lo a leilão. O que aconteceu em 31 de agosto do mesmo ano (CHIAPINNI, 1988, p.42).

Ainda em 1895 João Simões continuou na busca por bons negócios. A grande novidade agora era a criação de abelhas para a extração de mel. Segundo Chiapinni (1988, p.44) tal tentativa era

[...] moderníssima, planejadíssima, alicerçada em farta bibliografia, mas... confiada a um caseiro desinformado que pôs tudo a perder, culminando o azarado empreendimento numa catástrofe – incêndio do sítio arrendado, grandes prejuízos e quase a morte de uma criança. [...]

A esta altura, quando já andava desacreditado, mais um negócio deu errado: uma expedição em busca de minas de prata em Santa Catarina, que João Simões delegou a um “alemão” que fugiria com todo o seu dinheiro. Em 1897, a cidade já desacreditava no homem que, inicialmente, parecia ter um futuro promissor no ramo dos negócios.

João Simões até então empregara em seus negócios capital alheio. Somente com o falecimento do seu avô Visconde da Graça em 1893, e de seu pai Catão Bonifácio Lopes em 1896, é que ele recebeu alguns bens de fortuna. Vale destacar,

que o Visconde da Graça somou de seus dois casamentos 22 filhos, que por sua vez também possuíam muitos filhos. Dessa maneira, não se pode julgar que João Simões tenha recebido uma herança incalculável e colocado toda a fortuna do avô e do pai fora com maus negócios. Sobre sua herança nos fala Reverbel (1981, p.153):

De acordo com os valores da época, João Simões Lopes Neto recebeu um patrimônio mais que suficiente para acomodar na vida um indivíduo desprovido de fantasias e inquietações, mas ainda assim distanciado da fortuna que lhe tem sido atribuída. Seja como for, só a partir de então ele começou a perder nos negócios dinheiro de próprio bolso. As perdas anteriores, em cujos negócios ele atuou apenas como incorporador, podem ter esvaziado outros bolsos, não os seus. Mas não tardaria a também chegar a sua vez.

Foi no ano de 1901 que João Simões, em sua já comprovada ousadia, passou a ter uma atividade industrial, quando criou a firma João Simões & Cia., que tinha por objetivo a fabricação dos fumos e cigarros com a *Marca Diabo*, sob a marca registrada – *Diavolus*. De acordo com Schlee (2010, p.38)

[...] Essa fábrica produziu seis tipos diferentes de cigarros propalados com nomes raros: “Coiós” e “Macanudos”, “Gen. Osório” e “Dr.Berchon”, “Clube Caixeral” e “União Gaúcha” – prestando homenagem a entidades e personalidades ou simplesmente aproveitando expressões correntes na fala popular.

Apesar de tais cigarros ganharem medalha de prata na Exposição de Saint Louis em 1904, nos Estados Unidos, desde 1903 o negócio já sofria problemas na comercialização quando a empresa João Simões & Cia. se viu envolvida em sonegação de impostos de consumo. A publicidade dos cigarros da *Marca Diabo* mostrava a inconformidade com o preço dos impostos. Além do mais, o funcionamento da fábrica teria sido precário e sua produção não teria sido suficiente para os padrões da época. Para dar um exemplo da precariedade da infraestrutura, o depósito do estabelecimento ficava na própria casa do fabricante, ou seja, na casa de João Simões. (SCHLEE, 2010, p.38-39)

Dois fatos importantes devem ser levados em conta no que diz respeito aos cigarros *Marca Diabo*: o primeiro, é que a Igreja fez de tudo para impedir a comercialização do produto e, o segundo, é que o fato de a fábrica empregar mulheres, o que era comum no exterior, foi uma modernidade vista com pouca simpatia pela provinciana cidade de Pelotas (CHIAPINNI, 1988, p.46). Sobre a Igreja ter influenciado para o fim dos cigarros *Marca Diabo* a sobrinha do autor, Ivete Massot, comenta que (1974, p.127):

Começou, então, uma guerra subterrânea; sempre que João Simões entrava numa casa comercial para colocar seu artigo, ia saindo um padre, ou entrando uma freira. E os negociantes, temendo um castigo do céu, o recebiam de olhos arregalados e com mil subterfúgios: “Se o senhor tivesse vindo ontem.” “Oh, senhor Simões Lopes! Nos pegou sem verba...”. “Já estamos supridos”, e etc...

Sua sobrinha diz ainda, que a empresa na qual o tio depositou tanta esperança e com a qual perseguiu a missão de dar impulso industrial à sua cidade natal, acabaria por, também, não dar certo (MASSOT, 1974, p.127). Como outros negócios de João Simões, a fábrica de cigarros marca *Diabo*, que apareceu com forte publicidade nas páginas dos jornais da cidade, acabou tomada de silêncio. Em 1905-06 os produtos da fábrica já haviam desaparecido do mercado. Ele fechou a fábrica, mas não pediu falência. (REVERBEL, 1981, p.158). No entanto, não foi somente os cigarros da *Marca Diabo* que resultaram deste empreendimento. É importante lembrar da *Tabacina* que, de acordo com Diniz (2003, p.119), era um remédio antiparasitário destinado à cura de plantas e animais lançado por João Simões na III Exposição Rural de Pelotas. A *Tabacina* foi vista com desconfiança pelos jurados da feira agrícola porque no dia de experimentá-la diante dos técnicos os resultados foram desastrosos. Mas João Simões insistiu nos efeitos benéficos desse produto que foi mantido no mercado, onde obteve boa resposta do público consumidor à quem se destinava.

De fato, João Simões teve uma vida de equívocos e contradições. Em 1894, foi nomeado Tenente da Guarda Nacional, porém, mesmo sendo promovido tempos depois a Capitão, sabe-se que ele nunca entrou em combate e, inclusive, por esse motivo, pediu licença para tratar de negócios. Também fundou a Academia de Letras do Rio Grande do Sul, sem ao menos ter um livro publicado. Ajudou a fundar a Sociedade Agrícola e Pastoril na cidade de Pelotas, sem ter um palmo de campo ou cabeça de gado (SCHLEE, 2010, p.41).

João Simões morreu em 14 de junho de 1916 em Pelotas, portanto, passou a vida investindo em negócios que fracassariam por diversos fatores. Entre seus contemporâneos, por esse motivo, foi tratado como um lunático e sonhador, que colocou toda a sua incalculável fortuna fora com descabidos negócios.

Ao repassarmos de forma bem sintética sua vida nestas páginas, tendo como fonte as suas biografias, podemos notar que ele não foi tão lunático assim e nem colocou toda uma incalculável fortuna fora, porque tal fortuna nunca existiu. Mas o

que nos resta, a partir do reconhecimento do seu valor literário que leva aos estudos de sua vida e obra, é uma visão quase dramática de sua trajetória, solidificada nas biografias que mostram esta contradição do homem fracassado na vida financeira e glorioso na produção literária. Hoje se reconhece o valor de sua literatura. Hoje João Simões é considerado o maior escritor regionalista. Aquele que mostrou o gaúcho como nenhum outro autor, tirando-o da condição de herói ou bandido para dar-lhe um significado humano. Isso o imortalizaria e o tornaria uma referência universal.

Cabe ainda, analisarmos as menos conhecidas, menos citadas e, igualmente, menos estudadas conferências que proferiu em 1904 e 1906 antes mesmo de publicar pela primeira vez nos jornais da cidade algumas de suas obras mais importantes. A primeira conferência intitulada *Educação Cívica – Terra Gaúcha (apresentação de um livro)*, foi proferida na Biblioteca Pública Pelotense em 17 de julho de 1904. De acordo com Diniz (2003, p.123)

[...] Nessa conferência, Simões preconiza o triunfo do escritor brasileiro, que, vencendo o dificultoso problema de fazer um livro de leitura primária – à maneira de *O Coração*, de D’Amicis – bem escrito e patriótico, lograsse adaptar a ideia ao nosso meio, sem as infiltrações dos hábitos e paisagens que não temos. Chamando a si essa tarefa de escritor e educador, externou sua aspiração pessoal de fazer ele mesmo, *“um livro simples, saudável, cantante, de alegria e caricioso, que os homens rindo da sua singeleza o estimassem; que fosse amado pelas crianças, que nele, com a sua ingênua avidez, fossem bebendo as gotas que se transformassem mais tarde em torrente alterosa de civismo”*; livro que *“pudesse condensar o coração meigo, valente e virtuoso da mãe brasileira; a serenidade dos nossos heróis, a independência e firmeza dos nossos maiores, a probidade dos nossos estadistas”*; um livro vibrante, que pudesse *“ressaltar a terra, o povo, a pátria”*; livro *“das pelejas nunca perdidas”*, assinalado por muitos traços de generosidade. *“Era um livro assim”* – diria João Simões – *“em que se concretizasse a tradição, a história, o ensinamento cívico e as aspirações pátrias, que eu dedicaria, mais vibrante hausto da minha pobre vida, à terra rio-grandense, mãe de raça forte, tûmulo de ossadas veneradas, berço de incomedido patriotismo. Um livro que vivesse nos ranchos das margens do Uruguai e no palácio das plagas do oceano; e que das suas páginas simples e sinceras fulgisse nítida e vivaz, amorosa, exemplificadora e saudosa a plaga dos pampas, o berço dos Farrapos, a Terra Gaúcha...!”*

Tal conferência foi reapresentada com modificações em 1906, para vermos melhor o caso, vejamos uma citação de Carlos Reverbel (1981)

[...] em 1904, ele [João Simões] pronunciaria, na Biblioteca Pública Pelotense, a sua conferência sobre “Educação Cívica”, repetindo-a em 1906, com modificações, no mesmo estabelecimento de sua cidade e ainda em Porto Alegre, Bagé, São Gabriel, Santa Maria e Rio Grande. Com atividades, cujos arroubos patrióticos desaguavam não raro na exaltação ufanista, o Capitão João Simões antecipou em mais de dez anos, dentro do Rio Grande do Sul, a campanha cívica empreendida em 1916 por Olavo Bilac, já então em âmbito nacional.

Notamos então, com essas duas conferências, que João Simões também foi um nacionalista militante que estava preocupado com a falta de educação cívica em seu país porém, além de criticar, ele mesmo tomou para si a responsabilidade de mudar o quadro, como podemos notar na primeira citação referente as conferências. Ele queria criar um livro, assim como o de D'Amicis (*Cuore*), que fosse capaz de ascender essa chama nacionalista nas crianças e em seus familiares ao mesmo tempo que tratasse de sua terra natal, a Terra Gaúcha. Contudo, o autor antecipou a campanha de Bilac, mas não antecipou uma campanha cívica, pois suas ideias estavam de acordo com outros autores como José Veríssimo, Afonso Celso Júnior, Sílvio Romero e outros que estavam preocupados com a educação no Brasil e a falta de nacionalismo, ou seja, também, de alguma forma, empreenderam uma campanha cívica.

Terra Gaúcha seria o nome de seu livro de leituras, realizado, porém inacabado, que ficou por muitos anos, mais de cem, perdido entre o seu acervo. No ano de 2013 com incentivo do Ministério da Cultura e organização do professor Luís Augusto Fischer tal livro foi publicado em uma edição conjunta com outro, também inédito, intitulado *Artinha de Leitura*. Esse último era uma cartilha escolar e foi submetida ao Conselho de Instrução Pública em 1908, no entanto, foi rejeitado por estar em desacordo com o Regulamento da Instrução Pública no que diz respeito ao ensino. Na verdade, ele foi negado porque João Simões fez uma espécie de reforma ortográfica, o que de acordo com ele, facilitaria a leitura. Ambos os livros faziam parte de uma série chamada Brasileira; o mesmo nome de uma Coleção de Cartões Postais, também realizada por ele com temas nacionais, que não teve mais que duas séries, pois era demasiado custoso. Assim podemos notar que o escritor, apesar de ser tratado como um dos maiores regionalistas, também teve seus arroubos patrióticos e trabalhou para levá-los adiante. Essas primeiras experiências com o mundo do ensino e da leitura vão anteceder e, certamente somando a todas as experiências de sua trajetória, vão abrir caminho para a realização de suas maiores obras *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), podemos contar aqui também, a obra de publicação póstuma, *Casos do Romualdo*. Esse enfoque nacionalista é que o nos interessa de forma especial nessa pesquisa e será trabalhado mais efetivamente nos capítulos a seguir.

Para concluir, esse primeiro capítulo trouxe alguns aspectos da trajetória

desse escritor que, apesar de tratar do gaúcho ao criar Blau Nunes (*Contos Gauchescos – 1912*) de forma tão especial e inovadora, dando voz a ele e mudando com isso todo o modo de se escrever a literatura gauchesca, foi ele também um nacionalista, um idealista de uma pátria mais unida e civicamente educada. Essa estrutura é fundamental para que se compreenda como o autor pensava, onde circulavam suas ideias e de que forma ele lidava com tudo isso. A desesperada vontade de estar entre os industriais, de criar indústrias novas, foi fruto de um processo de industrialização de sua cidade natal após a queda das charqueadas. João Simões foi um homem de seu tempo, um pensador, um intelectual de sua época e, ao dizermos isso, vale citar aqui Franklin L. Baumer (1990, vol. I, p.23) sobre os intelectuais e a importância de percebermos suas ideias:

[...] o intelectual é capaz de, por meio de um ensaio, uma peça, um poema ou uma pintura, chamar a atenção de outras pessoas para aquilo que experimentaram e que estão empenhados em revelar. O intelectual reflete as ideias de outras pessoas, mas também as aperfeiçoa e esclarece. Por consequência, a história das ideias propriamente dita concentra-se, sobretudo, nos intelectuais, porque eles articulam melhor as ideias e as crenças que circulam na sociedade.

É exatamente isso que visamos nessa pesquisa, compreender a partir desse intelectual e sua “fase” nacionalista todo um processo histórico e a circulação de ideias. Por esse capítulo em específico ter sido realizado no que tange dados sobre a sua trajetória e, claro, cotejado por informações retiradas de documentação e bibliografia de apoio, pode-se afirmar que essas biografias apresentam um autor que apesar de ser hoje considerado um escritor genial, um cânone da literatura gaúcha, um homem brilhante, um empreendedor, em sua época não foi reconhecido. Dessa maneira, terminou a sua vida quase sem prestígio na sociedade pelotense, além de encontrar-se à essa altura paupérrimo, deixando sua esposa e filha em uma situação financeira muito delicada. Seu reconhecimento é tardio. Pode-se dizer que somente em 1949 quando *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul* foram editados juntos, em uma edição crítica da Livraria do Globo, e que as condições de possibilidade histórico-social estavam amadurecidas é que começa a se pensar de forma efetiva sobre esse grande escritor. Obviamente alguns trabalhos já o tratavam antes, mas eram escassos, tratando-se de casos particulares.

Sobre seu enfoque nacionalista, ainda pouco ou nada trabalhado, é que essa pesquisa visa lançar um olhar atento. Mudando, de certa forma, a perspectiva de

pensamento sobre esse autor tão importante e interessante, que encontra-se há muitos anos relegado ao plano regional; o que não demonstra uma situação de inferioridade, mas que limita o olhar acerca do mesmo.

2. NAÇÃO E NACIONALISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DO CONCEITO DE NAÇÃO E SOBRE A NAÇÃO BRASILEIRA

No capítulo anterior, ao repassarmos a trajetória de vida de João Simões Lopes Neto, pudemos constatar as condições históricas e sociais que permitiram que em determinado momento de sua vida pudesse refletir sobre a nação brasileira, suas vantagens e seus problemas. Para ele, os problemas eram ocasionados pela falta de uma educação cívica pública que fosse capaz de despertar em todas as gerações o sentimento nacional ou o “espírito da nação”⁴³, através do estudo da história do Brasil, seus heróis e símbolos nacionais. Porém, antes de entrarmos diretamente nessa discussão e analisarmos as *Conferências Cívicas* proferidas pelo autor nos anos de 1904 e 1906 em Pelotas e outras cidades do Rio Grande do Sul, acreditamos ser fundamental esclarecer o que entendemos por Nação e logo, por Nação Brasileira. Sem deixar de levar em conta toda a simbologia que dá coerência à Nação a transformando em um lugar de comunhão por aqueles que com ela se identificam.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O NACIONALISMO E A NAÇÃO

Definir o que é uma Nação não é tarefa fácil, muitos são os historiadores, cientistas sociais, antropólogos e outros pesquisadores que se debruçaram, ou ainda se debruçam sobre a questão da nacionalidade e da Nação. Distinguir as Nações de outras entidades é bastante complexo e foram muitos os caminhos que se seguiram para a obtenção de respostas para tais questões. Algumas tentativas,

⁴³O conceito de “*espírito geral da nação*” é uma das teses centrais da obra “*O Espírito das Leis*” de 1748 de Montesquieu. Rousseau, assim como Voltaire, serviram-se livremente dessa expressão. (LLOBERA, 2000, p.151)

de acordo com o historiador Eric Hobsbawm (1990, p.14-15) estabeleceram critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade ou para explicar o motivo de certos grupos se tornarem uma nação e outros não, segundo ele, com frequência essas argumentações foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia, ou a combinação de língua e território comum, história comum, traços culturais comuns e outros. Porém, esses critérios objetivos não podem ser levados como único caminho para responder nossas questões quanto à nacionalidade e a Nação, pois eles são ambíguos e não raro encontramos exceções.

[...] Na verdade, como poderia ser diferente, já que estamos tentando ajustar entidades historicamente novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade?

Além disso, [...], os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para fins de orientação do viajante quanto são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização da terra. É claro que isso os tornou excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos. (HOBBSAWM, 1990, p.15)

Assim, notamos que tais critérios objetivos possuem certo tom de uniformidade e universalidade, no entanto, cada caso é um caso específico e muitas são as diferenças e semelhanças dentro da própria Nação e, entre Nações. Então, se os critérios objetivos não nos bastam para definir uma nação, devemos atentar também, para os critérios subjetivos. Ernest Renan, ao se perguntar “*O que é uma nação?*”, em uma conferência proferida por ele em 1882 na Sorbonne, levou em consideração os critérios objetivos ao refletir sobre as nações europeias (2011, p.31-32), chegando a conclusão, por exemplo, de que

[...] apesar da extrema violência dos costumes invasores germanos, o modelo que impuseram se tornar, com o passar dos séculos, o próprio molde da nação. A França torna-se muito legitimamente o nome de um país onde não tinha entrado mais do que uma imperceptível minoria de francos. (RENAN, 2011, p.32)

Com isso, podemos constatar que a questão da etnia, por exemplo, não se concretiza, pois os francos eram minoria em uma nação “legitimamente” denominada França, seus costumes se delinearão em contato com outras culturas, ou seja, seus aspectos culturais também provinham da interação com outros povos. Renan complementa expondo que a mesma coisa se passou em relação às conquistas normandas:

[...] Ao fim de uma ou duas gerações, os invasores normandos já se distinguiram do resto da população; a sua influência não tinha sido menos

profunda; eles tinham dado ao país conquistado uma nobreza, hábitos militares e um patriotismo que anteriormente não existiam. (2011, p.32)

Renan demonstra que os critérios objetivos como língua, etnia, aspectos culturais e outros, muitas vezes, não servem para definir uma Nação, não pelo menos como únicos critérios. Dessa maneira, ele propõe que a “*essência da nação*” está no fato de que os indivíduos que nela habitam tenham muitas coisas em comum e, ao mesmo tempo, tenham esquecido muitas outras. São esses fatores subjetivos que, para Renan (2011), formam a nação. Essas “coisas” em comum, são o que dão corpo coeso ao imaginário da nação, é que o cria uma simbologia que leva os indivíduos a se reconhecerem como parte daquela nação e, o fato, também de esquecerem muitas outras, colabora de igual maneira para isso. Para Renan

Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e daqueles que ainda se está disposto a fazer. Ela supõe um passado, ela resume-se, portanto, no presente, por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida. [...]. (2011, p.43)

Portanto, Renan (2011) chega ao resultado que a nação é um “*plebiscito diário*”, ou seja, ela é construída, pensada e repensada sempre e, se modifica de acordo com os diferentes lugares, sociedades, tempos e etc. Essa ideia de mudança diária reforça o pensamento de que a nação não é algo estático, dado e imune às mudanças. Na ideia de Renan (2011) a vontade é superior a língua, a raça, a religião e etc.. Mas os critérios subjetivos também nos levam a exceções e a equívocos. Por conseguinte, fica evidente, a complexidade de definir “o que é uma nação”, tais critérios objetivos e subjetivos por si só não nos apresentam respostas satisfatórias pois, cada nação apresenta um processo específico de formulação, por isso, para fins mais gerais, perpassaremos por ideias fundamentais para conceituarmos de forma genérica nosso pensamento a respeito da nação, para logo vermos o caso específico que João Simões se refere em suas conferências, o caso da nação brasileira.

Em primeiro lugar, vale examinarmos de perto as confusões terminológicas acerca dos termos *pátria* e *nação*. Não raro nos deparamos com essas confusões; o próprio João Simões, em suas conferências por vezes fala em pátria e por outras em nação, no entanto, domina em seu texto a expressão pátria, patriotismo e outras que desta derivam. Neste sentido, devemos atentar para o fato, de acordo com Llobera

(2000), de as acepções atuais de pátria e nação somente se concretizarão após 1750. O autor explica (2000, p.148) que *Pátria* era o termo mais comum no século XVIII, referia-se ao local de nascimento e, desde o século XVII já aparecia associada à liberdade, dessa forma, a pátria era o local onde as pessoas eram livres e felizes. Já o termo *nação* (LLOBERA, 2000, p.148-149), antes de 1750, servia para designar determinado grupo de pessoas que viviam sob as mesmas leis e que falavam a mesma língua em um determinado território denominado Estado, ou também, *país*. Llobera (2000, p.149) expõe que a palavra *nação* também referia-se à França com certo sentido de orgulho, honra e superioridade mas, nesta época, o termo ainda não havia adquirido certo fardo emocional. Para o autor, a confusão referente ao termo *pátria* iniciou-se em 1754 a partir da *Dissertação sobre a Antiga Palavra Pátria*, do abade Coyer. A proposição deste último era dar uma resposta à ideia cosmopolita de Voltaire de que a pátria é onde se estiver pois, somos todos filhos da humanidade e, não somente, o local onde se nasceu. A partir disso, Jaucourt, redator do termo *pátria* na *Enciclopédia*, copiou trechos das obras de Coyer e citou opiniões de Montesquieu, Voltaire e Rousseau.

[...]:O seu ponto de partida [Jaucourt] é a ideia de que, apesar de *patrie* originalmente indicar o lugar de nascimento, também exprimia os laços à sociedade a que se pertencia e assentava no primado da lei e na garantia da felicidade. Assim, a par de Montesquieu e de muitos outros, acolhe a ideia de não existir *patrie* sem liberdade e a crença de que o amor ao país favorece os bons costumes, e vice-versa. (LLOBERA, 2000, p.149)

Tendo a *Enciclopédia* se tornado uma referência de conhecimento e levando em conta as condições histórico sociais de João Simões⁴⁴, já refletidas no capítulo anterior, não nos admiramos de ele utilizar mais o termo pátria e patriotismo do que nação e nacionalismo. Pois, o que ele visava despertar em suas conferências é o amor à pátria, o orgulho para com ela, sua cultura e tradição e, para ele isso somente seria possível através de uma boa educação cívica e pública que buscasse na história nossa origem mítica capaz de impulsionar para um futuro brilhante. Com isso, podemos perceber que ele, como um intelectual de seu tempo, estava embasado na definição do termo pátria da *Enciclopédia* e, além disso, encontramos

⁴⁴Sobre as leituras que João Simões realizou em vida, somente podemos supor algumas delas ou nos basearmos em relatos dele próprio dizendo o que leu pois, sua biblioteca dissolveu-se entre doações e vendas e, poucas e desconstruídas são as informações referentes a esse fato.

pontos semelhantes no seu discurso com o pensamento de Rousseau, por exemplo.

Quanto à Rousseau, pode-se dizer que ele foi um dos responsáveis pelo fato do termo nação obter um sentido mais preciso e uma oscilação sentimental maior. Com isso nação e pátria convergiram em uma mesma forma, apesar de nenhuma ter sobreposto a outra totalmente, ambas tendem a serem observadas se tratando de uma mesma coisa, ou seja, cobrindo um terreno em comum. Assim nação também passou a ser compatível ao estado, no que se refere a sua forma concreta, inclusive física (LLOBERA, 2000, p.150).

Após esclarecermos as confusões acerca dos termos pátria e nação, voltaremos agora ao nosso objetivo principal desse subcapítulo que é definir o que entendemos por nação.

Isto posto, é de importância crucial destacar, que o nacionalismo e a Nação, são fenômenos modernos, o mundo antigo, por exemplo, não conheceu entidades assim. Franklin Baumer (1990) afirma que o primeiro século moderno foi o XVII que, segundo ele, “[...] conduz a uma Idade Moderna nova que, em certos aspectos, não terminou ainda o seu curso.” (1990, p.43). Nas palavras do autor

[...] As razões para dar ao século XVII um tal rótulo são em parte psicológicas: nomeadamente, durante todo aquele tempo, pessoas educadas, em número cada vez maior, começaram a pensar em si próprias, conscientemente como ‘Modernos’, distintos dos ‘Antigos’, ou, se não usaram realmente o termo ‘moderno’ a pensar em si próprias como fazendo algo de historicamente novo como, por exemplo, inaugurar uma época nova no pensamento. Também o próprio pensamento, não obstante o modo como foi compreendido na época, começou de facto a tomar forma como aspecto ‘moderno’, distinto, digamos, do ‘medieval’ ou ‘antigo’. Foi assim que Voltaire viu o século de Luís XIV, todo o século XVII, pelo menos no que se refere ao pensamento, e a Europa e também na França. [...]” (1990, p.43-44)

Hans Kohn (1996, p.9) alega que “:El nacionalismo fue una de las fuerzas determinantes de la historia moderna [...]”⁴⁵, que teve suas origens na Europa Ocidental no século XVIII, estendendo-se por toda a Europa no século XIX e convertendo-se em um movimento de proporções mundiais no século XX. O autor alerta que “el nacionalismo no es el mismo en todos los países y en todo tiempo. Es un fenómeno histórico y por tanto determinado por las ideas políticas y la estructura social de los diversos países donde echa raíces. (1996, p.9)”⁴⁶. Entendemos assim,

⁴⁵“:O nacionalismo foi uma das forças determinantes da história moderna[...]”. Tradução nossa.

⁴⁶“o nacionalismo não é o mesmo em todos os países e em todos os momentos. É um fenômeno histórico e, portanto, é determinado pelas ideias políticas e pela estrutura social dos vários países em que se enraíza.” Tradução nossa.

que os nacionalismos e as nações são frutos do “mundo moderno”, são consequências de conjunturas históricas e sociais muito novas, no entanto, devemos observá-los com atenção, somente dessa maneira poderemos notar as particularidades e semelhanças em diferentes processos históricos modernos.

Benedict Anderson em seu livro *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2008), aponta para o que ele chama de “raízes culturais” (p.35-70); segundo ele é necessário entender essas “raízes” para poder entender o processo de imaginar uma nação. Dessa maneira, ele argumenta que haviam três concepções fundamentais que na era moderna começavam a perder força sobre a mentalidade dos homens; a primeira delas é a ideia de que uma língua escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontológica, pelo motivo de ser a parte indissociável dessa mesma verdade. A segunda é crença de que a sociedade se organizava sob dois reinos dinásticos, onde certos homens “[...] governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina) [...]” (p.69). A terceira e última, “[...] é uma concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas. [...]” (p.69). Assim,

O declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob o impacto da transformação econômica, das ‘descobertas’ (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e se relacionar com as demais de maneira radicalmente novas. (ANDERSON, 2008, p.69-70)

Para Anderson (2008) o principal fator para que essas mudanças fossem possíveis foi o capitalismo editorial, ou seja, o desenvolvimento de uma imprensa como mercadoria. Esse desenvolvimento, de acordo com o raciocínio de Anderson (2008) é chave para a criação de novas ideias sobre a simultaneidade o que permitiu que se tornassem possíveis comunidades do tipo “horizontal-secular”, “transtemporais”, que são, de acordo com o autor, a origem das nações modernas. Portanto, o que gerou a possibilidade de que se imaginassem comunidades novas foi “[...]uma interação mais ou menos causal, porém explosiva, entre o modo de produção e de relações de produção (capitalismo), uma tecnologia de comunicação

(a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana” (ANDERSON, 2008, p.78).

O conceito de nação como uma comunidade imaginada de Benedict Anderson (2008) se mostra como uma pertinente base para essa reflexão. Apesar das críticas⁴⁷ que este trabalho vem sofrendo ao longo dos anos, desde a sua primeira publicação em 1983, para esse trabalho o que nos interessa dessa definição é a ideia central da nação como uma comunidade imaginada com base nas suas raízes culturais⁴⁸. Segundo Anderson (2008, p.32) a nação é "uma comunidade política – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana", ou seja, ela é imaginada pela ideia de livre comunhão entre seus membros – mesmo que estes nunca se encontrem –, ela é limitada porque apensar de suas fronteiras elásticas com outras nações "nenhuma delas imagina ter a extensão da humanidade" (ANDERSON, 2008, p.33-34) e, por último, ela é soberana porque não depende de um reino dinástico ou de uma ordem religiosa.

Segundo a perspectiva de Anderson, a nação ao ser imaginada é modelada, adaptada e transformada e os nacionalismos são produtos culturais específicos. A diferença entre as nações estão nas formas pelas quais elas são imaginadas. Desse modo, “[...] a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz um sistema de representação cultural [...]” (HALL, 2006, p.49). A nação é uma comunidade simbólica e esse simbolismo é o que produz as ideias de lealdade e identidade nacionais.

Stuart Hall argumenta que “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.” (2006, p.48). Nesse sistema de representações estão os símbolos (a bandeira, o hino nacional, os monumentos e etc.) e os ritos (solenidades, festividades, etc.), que despertam os sentimentos de pertencimento e de identidade nacional, dando certa coerência a nação. Para Fernando Catroga (2005, p.154) os

⁴⁷Ver LOMMITZ, C. Nacionalismo como um sistema prático. A Teoria de Benedict Anderson da perspectiva da América Hispânica. In: *Novos Estudos do CEBRAP*, n. 59, março de 2001, pp.37-61.

⁴⁸Importante destacar também que Anderson inovou ao propôr o que ele chamou de “Pioneirismo crioulo” (p.84-106), no qual ele coloca as peculiaridades dos “Novos Estados americanos” que surgiram no final do século XVIII e início do século XIX (Estados Unidos, Brasil e ex-colônias espanholas). O autor coloca que é impossível explicá-los a partir de fatores que derivaram os nacionalismos europeus.

símbolos nacionais, como o hino e a bandeira

[...] conferem uma representação quase totêmica ao patriotismo. Por eles a Nação ganha 'une forme de nature esthétique'⁴⁹, modo de reconhecimento e de integração das contradições regionais e sociais existentes dentro de uma territorialidade coberta pela sua una e indivisa soberania.

Não raro, tais símbolos e ritos buscam evocar na história um passado comum e glorioso, que faz com que as pessoas se sintam identificadas e representadas por tal nação. Por isso, como observou Hall (2006, p.51) “[...]uma cultura nacional é um *discurso*, - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos[...]”. À vista disso, ao construir tais sentidos, a cultura nacional, produz concepções sobre a nação, com as quais podemos nos identificar e logo, construir identidades.

Para construir a identidade nacional é preciso que exista uma narrativa que dê sentido a isso tudo. Ponderando essas proposições, Hall (2006, p.52) coloca cinco modelos básicos pelos quais é contada a narrativa nacional: o primeiro é a “[...] *narrativa da nação* tal como é contada e recontada na história, nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular [...]”, estas oferecem subsídios que “[...] simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido a nação.”. O segundo modo, refere-se a “[...] *ênfase nas origens*, na continuidade, na tradição e na intemporalidade.”, neste ponto a identidade nacional aparece como primordial, como se ela já estivesse nas origens da nação, mesmo que adormecida, mas sempre pronta para “atender ao chamado da nação”. No terceiro modo que auxilia a tática discursiva, Hall (2006, p.54) refere-se àquilo que Ranger e Hobsbawm chamaram de “*invenção da tradição*”:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, RANGER, 2012, p.12)

Hobsbawm (2012) acredita que essas “tradições inventadas” são reações à situações novas; são o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno. Além de representarem também, uma importante dimensão para o

⁴⁹Jean-Ives apud Catroga (2005). “uma forma de natureza estética” Tradução nossa.

estudo das nações e dos nacionalismos. O quarto modelo de narrativa da cultura nacional é o do *mito fundacional* que busca “[...] uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’.” (HALL, 2006, p.54-55). O quinto e último modelo, baseia-se na ideia de uma cultura nacional simbolicamente focada na imagem de “[...] *um povo ou folk puro, original.*” (HALL, 2006, p.56); como se houvesse um “povo” realmente originário de determinado lugar, sem levar em conta as muitas migrações e conflitos por territórios, nos quais, muitas vezes, mais de uma população se diz originária de um mesmo local e, deixando de lado também, os processos de miscigenação.

A partir das proposições de Hall (2006) sobre as bases e os modelos dos discursos da cultura nacional podemos concluir que, apesar das nações serem entidades modernas, seus discursos não são tão modernos assim, pois eles constroem ideias que colocam as identidades num eterno jogo entre passado e futuro. De modo ambíguo, a fascinação pelo passado glorioso se equilibra com o ímpeto de prosseguir em direção à modernidade, ao futuro.

[...] Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para purificarem suas fileiras, para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente. [...] (HALL, 2006, p.56)

Nessa busca pelo passado glorioso para construir um tempo mítico que vá criar um ideal para o futuro da nação, a história, como vimos, serve de matéria prima para a construção desses discursos da cultura nacional. Patrick J. Geary em *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo* (2008) alerta, refletindo sobre o caso europeu, sobre a utilização da História para formar a nação, ou seja, o uso da História como fomento para o nacionalismo. Geary (2008, p.21) diz, sobre a ética na História que:

"Ninguém deverá ser ingênuo a ponto de esperar que uma compreensão mais clara da formação dos povos europeus abrange as tensões nacionalistas ou contenha o ódio ou o derramamento de sangue que estas continuam a provocar. Na melhor das hipóteses, poder-se a ter a esperança de que as pessoas solicitadas a ajudar na atualização das exigências baseadas nessa apropriação de história – seja na Europa, seja no Médio Oriente ou noutra parte do mundo – sejam mais cépticas em relação às mesmas. Falhando tudo isso, mesmo tendo a certeza que serão ignorados, os historiadores têm o dever de dizer a verdade."

Essas ponderações sobre a ética na História devem ser levadas em conta

quando falamos sobre a nação, os historiadores ao serem chamados pela sociedade para refletir a nação e os nacionalismos não devem excitar. Devem contribuir de forma lúcida e, como diz Geary, dizer a “verdade” mesmo correndo o risco de serem ignorados pela sociedade, mas jamais devem compactuar com determinadas “visões distorcidas” da História.

Portanto, é importante destacar que os discursos da cultura nacional tendem a agregar, a igualar toda e qualquer diferença que possa existir dentro da nação, seja ela de classe social, etnia ou outras, por mais diferentes que sejam os membros de uma mesma nação, o discurso nacional tende a homogeneizá-los. Obviamente, os discursos são construídos com base nos jogos de poder que se estabelecem nas tensões da sociedade. Desse modo, podemos observar mais uma vez, que tanto as nações como seus símbolos, ritos e o discurso que perpassa por tudo isso, são mutáveis e ambíguos, além de estarem de acordo com o que se pretende dizer ou demonstrar para que se possa imaginar a nação, não raro podemos também, perceber processos de ressignificação da nação. Logo, “[...]:A nacionalidade perpassa a totalidade da sociedade, a integra, a transforma e por ela é transformada.” (GAUER, 2001, p.26). Assim, a nacionalidade sugere sempre uma ideia de unidade, ela é um processo histórico incompleto, que está sempre em transformação e nada tem a ver com características de ordem natural ou biológica, é resultado de processos sociais modernos.

Antes de finalizarmos, devemos levar em conta as conclusões de Lévi-Strauss (apud, GAUER, 2011, p.34) sobre a identidade. Para ele a identidade “é uma entidade abstrata sem existência real, muito embora seja indispensável como ponto de referência”, dessa maneira, mesmo que as identidades, de fato, não tenham uma existência real, elas são extremamente importantes como pontos de referência. São essas entidades abstratas e em constante mudança que criam pontos de referência capazes de fazer com que se pense que de fato essas identidades existem.

Após refletirmos sobre todas essas considerações, podemos concluir que: as nações são frutos de processos históricos e sociais específicos da modernidade. E, apesar de estarem atrelados a tudo o que é moderno, buscam as suas “origens”, em “tempos míticos” e na própria história subsídios para criar a narrativa da cultura nacional. É através dela que seus membros podem identificar-se e imaginá-la como uma comunidade una. Como Anderson (2008) propôs, mesmo que os membros de

uma mesma comunidade nunca se encontrem, eles possuem uma ideia de camaradagem horizontal, uns para com os outros. Eles possuem em comum o fato de pertencerem a uma mesma nação, de possuírem uma mesma língua, de estarem num mesmo território, de compartilharem de uma mesma cultura e etc. Mesmo que estes estejam em regiões diferentes, que possuam diferenças culturais e outras, há sempre alguma “coisa” na narrativa da nação que os torna iguais, aquela ideia de unificação, de homegeinização da nação.

Com isso, notamos que mesmo não sendo critérios naturais ou biológicos que formam a nação, muitas vezes eles estão imbuídos no discurso nacional como base para essa unificação e, muitas vezes fornecem ideias que são utilizadas para fins propagandísticos e programáticos, como argumentou Hobsbawm (1990). Notaremos mais adiante que essa ideia de critérios naturais está presente nas conferências de João Simões Lopes Neto, também as ideias de passado mítico e heroico (grandes homens, grandes feitos), como outras ideias que serão expostas no próximo capítulo.

Portanto, o que entendemos por nação é que ela é uma comunidade política imaginada através de todo um aparato simbólico que busca em um passado mítico, em características muitas vezes biológicas ou naturais, nos costumes, nas tradições (inventadas ou reais) criar uma narrativa da nacionalidade e, através dela, criar igualmente sentidos de legitimação e identificação.

Conceituando nacionalidade, podemos dizer que ela se sustenta por uma prática social que tende à unificação e surge imbricada a outras noções que caracterizam a modernidade; vincula-se à ideia de território, de povo, de língua e de cultura. Na modernidade ela é, antes de mais nada, configurada pelo Estado que, como expressão política, organiza o discurso que cria a ideia de nação. Estado e nacionalidade, constituindo-se em dimensões dos processos históricos-sociais que se explicam mutuamente. [...] (GAUER, 2001, p.91)

Importante destacar mais uma vez que, as nações não são estáticas e se modificam de acordo com os processos sociais. Além disso, não existe uma fórmula que seja aplicada para todas as nações pois, em cada lugar se deu e, se dão, processos históricos e sociais diferentes. Cada caso deve ser analisado dentro de seu contexto histórico particular.

Com isso, explicitamos nesse subcapítulo o que entendemos por nação e todas as noções que à ela encontram-se imbricadas. No entanto, ainda é necessário fazer algumas colocações a respeito do pensamento de Rousseau, pois notamos,

em suas ideias, uma forte influência no pensamento de João Simões e nas suas Conferências Cívicas que estamos nos propondo a analisar no próximo capítulo. Por isso, após concluirmos essa primeira etapa de definições teóricas, passaremos à algumas colocações acerca de Rousseau e suas ideias acerca da nação, além de levar em conta o pensamento de Herder.

2.2 ROUSSEAU E HERDER: NACIONALISMO COMO EXPRESSÃO POLÍTICA E CULTURAL

Mudanças qualitativas quanto ao conceito de nação se deram através das ideias de Rousseau e Herder. O primeiro refletiu sobre o nacionalismo como uma expressão da política⁵⁰, e o segundo, como uma expressão da cultura. Llobera (2000) expõe três razões que explicam o êxito de tais pensadores.

[...]: Em primeiro lugar, ao definir politicamente a nação como uma forma de incorporar o indivíduo (o cidadão) numa entidade política mais ampla, incluindo a ideia de liberdade do indivíduo, que, em conjunto com outros, constituía por consentimento mútuo a entidade política. Em segundo lugar, ao defini-la como comunidade (cultural, linguística), uma projeção do indivíduo na sociedade tradicional. Em terceiro lugar, ao outorgar à mesma nação a característica da sacralidade emprestada à religião. (LLOBERA, 2000, p.148)

Herder ao expressar valor à singularidade de cada cultura, tornou-se inovador no contexto da Germânia da segunda metade do século XVIII, pois a mesma carecia de patriotismo e, o particularismo das culturas era o pressuposto para o nacionalismo. Para ele, “[...] as culturas são postulados como de direitos iguais. É evidente que isso só é possível porque as culturas são vistas como outros indivíduos, iguais apesar de suas diferenças: *as culturas são indivíduos coletivos*⁵¹” (DUMONT, 2000, p.127). Portanto, Herder rejeita a cultura universalista, principalmente francesa, e transfere o individualismo para o plano das entidades coletivas, nesse sentido, evoca na coletividade germânica a questão étnica. Para Herder, a língua ocupava um lugar central em sua tese e dava tutela para as

⁵⁰ A política de Rousseau é coletiva, nomocrática e insiste na liberdade. Para ele havia uma descontinuidade entre o homem natural e o homem político, assim, o “contrato social” assinala o nascimento real da humanidade propriamente dita. (DUMONT, Louis. 2000, p.101-102)

⁵¹ Grifo do autor.

crenças religiosas, costumes e a história do povo. Através dela, era possível comunicar emoções, pensamentos e ideais, culminando assim, num sentimento patriótico compartilhado. Ele acreditava que o ensino na língua materna era capaz de despertar sentimentos patrióticos. E, os cultos religiosos também deveriam ser proferidos na língua materna.

Já Rousseau, expõe como a nação se torna consciente de si e com isso conquista um governo civil, que para ele representava o ápice da nação. Tudo isso se daria, para ele, pela associação entre os concidadãos de uma mesma nação, conseqüente da “vontade geral”, assume a experiência de caráter nacional, este caráter constitui-se através do estado, que é responsável pela sociabilidade da nação e pelas imposições do legislador.

Trataremos de forma especial das ideias de Rousseau, porque acreditamos que seu pensamento influenciou tanto uma gama de autores que refletiram acerca da nação, quando outros intelectuais. Encontramos nas conferências de João Simões, que são o tema central dessa dissertação, e que serão tratadas no próximo capítulo, muito dessas ideias de Rousseau⁵².

Nos interessa de forma especial, pois é o tema das conferências a serem analisadas no próximo capítulo, a ideia de Educação nacional ou pública, tratada por João Simões por Educação Cívica. Para Rousseau a Educação nacional ou pública era fundamental para criar a consciência nacional, fazendo com que a vontade geral coincidissem com a vontade de todos. Para isso, eram necessários jogos que estimulassem sentimentos patrióticos, conhecimento dos costumes tradicionais, festas públicas para a participação cívica e a milícia de cidadãos (LLOBERA, 2000).

Outro ponto importante pela aproximação das ideias de Rousseau com as de João Simões, é o fato de ambos acreditarem que todas as forças utilizadas para os ritos religiosos deveriam ser utilizadas de igual forma para com o civismo. Rousseau cria a ideia de uma religião civil, na qual o “grande Deus” é a nação. Com isso, deveríamos adorar a pátria, tornando-a santificada. Vale lembrar, que a Modernidade pôs em causa os fundamentos transcendentais que serviam para explicar o mundo e a vida.

⁵² Acreditamos que as ideias de Rousseau influenciaram o pensamento de João Simões. No entanto, não excluímos a influência de outras ideias que também podemos perceber em seu discurso, mesmo que essas possam demonstrar certa “confusão” ideológica. Todavia, para maiores conclusões acerca de uma aparente confusão ideológica será preciso uma pesquisa específica mais apurada que ficará para uma futura pesquisa.

[...]: E, nos casos mais extremos, evoluirá mesmo para uma crítica à essência da própria religião e proclamará a iminente ‘morte de Deus’, tida por exigência de um devir histórico que aponta para o definitivo encontro do homem com a sua essência, consumando a sua definitiva emancipação. Daí nasceram os prognósticos que anunciaram o inevitável consórcio da dessacralização, ou desencadeamento do mundo, com a redenção terrena da humanidade. (CATROGA, 2005, p.10)

Assim, Rousseau acreditava na sacralização do viver comum de determinada coletividade. Segundo Catroga (2005, p.12), seu objetivo era legitimar a nação como “Nação Imaginada” (como em Anderson, 2008), sendo ela a personagem principal de uma teologia de fundo épico e mitológico que através de práticas educativas e ritos públicos socializam. Dessa maneira, haveria uma mudança de foco, ao invés de cultuarmos um Deus cultuaríamos a pátria. Essa espécie de “culto” se daria através de festas cívicas, realizadas em espaços públicos, pois o “templo” da religião civil é a própria pátria. E, tais festas cívicas seriam uma espécie de prática construtora da cidadania.

Como veremos no próximo capítulo, João Simões compartilhava de tais ideais de Rousseau e, sua postura anti-religiosa é presente de forma bem expressiva em suas conferências, como por exemplo, quando defende o ensino público laico e pede a seus ouvintes que utilizem da mesma força que dedicam à religião para dedicar-se à pátria.

Desse modo, pontuamos alguns aspectos do pensamento de Rousseau que encontramos no pensamento de João Simões, além disso, não poderíamos falar de nação e nacionalismos sem citá-lo e, igualmente à Herder que, como vimos, foram fundamentais para mudanças qualitativas acerca do conceito de nação. Com isso, podemos seguir para a discussão que versará sobre a formação da nação brasileira, para compreendermos a pátria à qual o autor se refere.

2.3 “O BRASIL PODERÁ TORNAR-SE O QUE ELES SÃO. ELES NUNCA SERÃO O QUE O BRASIL É.⁵³”: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Expressar como se deu a formação do Estado-Nação no Brasil requer muito

⁵³Fragmento retirado da Conferência *Educação Cívica* de 1904 de João Simões Lopes Neto.

cuidado. Muitas são as controvérsias acerca dessa temática e é demasiado complexo montar um panorama que dê conta de todo um processo histórico- social. Por isso, devemos levar em conta que enquanto na Europa as nacionalidades se constituíram no século XVIII, no Brasil e na América Latina, em um todo, elas se constituíram durante o século XIX. Em vários casos, continuaram a se constituir até o século XX. Além disso, não podemos esquecer que esta formação está intimamente ligada à história das metrópoles, tendo em vista que estas novas nações latino americanas foram colônias europeias.

O Brasil carrega nesse processo peculiaridades bem interessantes. Diferente de outros processos de independência que se derem na América, no Brasil não houve um processo de ruptura brusco, como nas demais nações americanas, houve sim um processo de continuidade que se prolongou durante muito anos e que podemos perceber fazendo um rápido apanhado dos fatos.

Em 1808 a corte portuguesa se instalou no Brasil. Com isso, a colônia passou a sediar a metrópole. A mesma foi elevada, em 1815, à Reino Unido de Portugal e Algarve. O novo reino tornou-se, no plano simbólico, um aglomerado de capitânias em entidades dotadas de precisa territorialidade e de um centro de gravidade que não era só do novo reino, mas de todo um império. Assim, a identidade lusa americana poderia tornar-se brasileira se referida ao Reino do Brasil, também, tornava-se pensável a nação brasileira. Em 1822 o Brasil se declarou independente de Portugal, tornando-se uma monarquia com o imperador Dom Pedro I.

É importante chamar a atenção para o arbítrio de atribuir à Independência do Brasil (1822), e a ideia de emancipação política, o cerne do Estado nacional brasileiro. De acordo com Jancsó e Pimenta (2000, p.133) os anos que se seguiram à Independência e, por todo o século XIX, uma construção historiográfica foi criando corpo com o objetivo de atribuir ao “[...] Estado Imperial que se consolidava em meio a resistências uma base de sustentação no constituído de tradições e de uma visão organizada do que seria o seu passado.[...]”, o resultado disso, foi atribuir a ruptura do Brasil com Portugal uma significação de “[...]‘fundação’ tanto do Estado como *também* da nação brasileiros.”. Esses autores atentam para o fato de que não devemos reduzir todo um processo histórico à essa ruptura. Além disso, esses autores destacam que

A conquista e colonização da América em cada um de seus quadrantes

desdobrou-se, em algum momento, numa *viragem*⁵⁴: aquela mediante a qual o conquistador-colonizador tornou-se colono. Isso se deu, no caso da América portuguesa, quando este se percebe não somente como agente da expansão dos domínios do rei de Portugal (e por via, da cristandade), mas também, e ao mesmo tempo, como agente da reinteração ampliada de uma formação societária particular e informadora dos objetivos de sua ação, já agora desdobramentos de uma trajetória coletiva instituidora de sua legitimidade e ancestralidade. Essa foi a matriz das novas identidades coletivas emergentes no universo colonial, sempre conformadas pela confrontação de cada qual com outra de similar conteúdo, já que não se deve esquecer que as identidades coletivas são sempre reflexas. (JANCSÓ, PIMENTA, 2000, p.136).

Com isso, os autores apontam que foi assim, nesse processo de *viragem*, que os colonos que viviam em determinadas regiões passaram a reconhecer-se como tais, por exemplo, os colonos de São Paulo passaram a reconhecer-se como paulistas, no entanto, frente aos domínios da Espanha, reconheciam-se como portugueses. Dessa maneira, ser paulista, por exemplo, era uma forma diferenciada de ser português. Como o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, não havia aqui ainda a ideia de “ser brasileiro”, pois o Brasil era uma parte de Portugal, desse modo, ser brasileiro era uma forma diferente de ser português.

Ruth Gauer (2001, p.25) argumenta que “[...]:A construção da nacionalidade brasileira, foi, antes de mais nada, um problema dos construtores do Estado-Nação.”. A ideia de nacionalidade está, em geral, ligada à ideia de território, de espaço geográfico natural, mas, quando não está associada à esta, está associada a ideia de cultura compartilhada. Para ambas o atributo natural está imbricado, ou seja, nascido em determinado território ou nascido em determinada cultura. Como já dissemos anteriormente, as ideias sobre a nacionalidade são ambíguas, criam significados, símbolos, ritos, mitos e etc., para gerar uma imagem unificada da diversidade, seja ela étnica, cultural e etc.. Por isso, precisamos observar como pensaram esse processo de criar uma narrativa da nacionalidade brasileira. Portanto, a Independência pode não representar de fato uma ruptura ou o início de um processo de formação do Estado-Nação brasileiro. Mas foi logo após esta que começaram as primeiras reflexões quanto ao que representava “ser brasileiro”.

A Assembleia Constituinte de 1823, formada por deputados constituintes, em

⁵⁴Grifo nosso.

grande número os egressos da Universidade de Coimbra⁵⁵, tinha por objetivo formular a primeira constituição brasileira. Ela teve início em uma sessão inaugural em 03 de maio de 1823 e foi fechada, através do uso de forças militares, pelo Imperador D. Pedro I com o apoio de grupos que corroboravam com o antigo regime, em 12 de dezembro do mesmo ano. A noite anterior à esse fato ficou conhecida por *Noite da Agonia* pois os deputados estavam pressionados pela ameaça do fechamento da assembleia pelo Imperador. Além disso, alguns deputados também se sentiam ameaçados com a presença de populares que acompanhavam o processo das galerias.

[...]: Violência, angustia e medo marcam a vigília e a agonia daquela noite. A adesão da população do Rio de Janeiro, retratada nas falas dos deputados ameaçava muito mais que as propostas inovadoras dos constituintes ligados aos ideais iluministas. (GAUER, 2001, p.82-83)

Com isso, podemos perceber que apesar do curto tempo da Assembleia Constituinte, tais deputados levaram a cabo a problemática da nacionalidade. Era preciso definir o que é ser brasileiro; para isso era preciso (e ainda é) levar em conta tudo o que forma a nacionalidade. Também é importante perceber aqui, que havia certa adesão popular às ideias dos deputados, o que tornava a dita Constituinte, muito poderosa, pois tais deputados possuíam o consentimento de muitos populares à respeito de suas ideias.

Algumas questões já se colocavam a ordem do dia, como a dos indígenas, a dos negros (em sua maioria, ainda escravos), das classes de baixa renda, além dos portugueses residentes no Brasil. Todos seriam brasileiros? Somente alguns? Sobre os negros, por exemplo, Gauer (2001, p.85-86) cita o parágrafo 6º do artigo 5º do rascunho do que viria a ser Constituição brasileira, caso não tivesse sido dissolvida; neste, considera-se brasileiros todos os escravos alforriados. A partir desse parágrafo, criou-se um debate intenso, pois alguns deputados não concordavam com essa proposição, para estes somente “mereciam” ser tratados como cidadãos brasileiros, os negros alforriados que possuíssem um ofício ou um trabalho. Dessa maneira, “[...]: A cidadania era representada através do trabalho, ou seja, o emprego ou ofício é que dariam à condição de reconhecimento da cidadania.” (GAUER, 2001, p.86). Foi nesses momentos de angústia da extinta Constituinte que começaram a

⁵⁵Para saber mais ver: GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Construção do Estado-Nação no Brasil. A contribuição dos egressos de Coimbra*. - Curitiba: Juruá, 2001.

refletir, na base da instituição de leis, o que viria a ser o Estado Brasileiro e, logo, o povo brasileiro.

Fato que não se pode deixar passar em branco, é o da diversidade do povo brasileiro. Desde os primeiros tempos (“conquista” e colonização) já se deu a mistura das etnias, das línguas, das culturas, que mais tarde, também misturou-se com a cultura africana dos então escravos trazidos pro Brasil. Hoje, somadas a muitas outras culturas de povos que imigraram para o nosso país, formam um mosaico imenso de diversidade que, talvez seja, a maior marca do nosso país. Mas, essa miscigenação se deu desde o início dos tempos nessas terras brasileiras e, João Simões era um grande entusiasta desse processo. Para ele, se misturássemos todas as “raças⁵⁶”, criaríamos uma “raça” mais forte, mais inteligente, mais hábil, ou seja, uma “raça” muito melhor. E o povo brasileiro possuía, para ele, um grande arcabouço para isso.

Alguns pontos aqui são essenciais para que possamos constatar como, ao longo do tempo, foi-se delineando o que entendemos hoje por nacionalidade brasileira. O primeiro ponto que se coloca é a questão da miscigenação que está atrelado a outros dois pontos, o do território brasileiro e o da língua portuguesa.

A demarcação do território brasileiro se deu pela possessão dos domínios portugueses na América. Grande avanço nesse sentido, se deu com o Tratado de Madri (1750), apesar de ter sido substituído por outros posteriormente, foram as suas determinações que permaneceram de fato nas configurações geográficas brasileiras. A partir dele, ficaram delimitadas as fronteiras com as terras espanholas, as regiões da Amazônia e do Mato Grosso, além da troca dos territórios referentes à Colônia do Sacramento⁵⁷, que era um território português dentro dos domínios espanhóis, pelos Sete Povos das Missões⁵⁸, território espanhol dentro dos domínios portugueses. Porém, fundamental, é o princípio do direito de posse, estabelecido por esse tratado. Segundo Gauer (2001, p.211)

“[...] O princípio do Tratado de 1750 eliminava a linha traçada de pólo a pólo e criava o princípio do direito de posse. Esse princípio prático determinava

⁵⁶Utilizamos o mesmo termo que João Simões Lopes Neto em suas conferências para dar uma ideia do tom do discurso por ele proferido para o leitor.

⁵⁷Atualmente faz parte do território Uruguai.

⁵⁸Antigas missões jesuítas que se encontravam onde atualmente é parte do estado do Rio Grande do Sul.

que cada país ficaria com os territórios de que estava de posse: o *uti possidetis*.

Para ocupar tais territórios Portugal incentivou uma política de miscigenação com os nativos. Política essa, muito proveitosa para Portugal, pois o nativo possuía o conhecimento sobre a terra, recém em processo de descoberta pelos colonizadores, esse fato trouxe uma grande vantagem à esse processo de ocupação. Na visão de Gilberto Freyre (2013, p.70-71) sobre a miscigenação,

[...] nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou igualou nesse ponto os portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo no primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.

Num outro sentido, ao misturar o colonizador com o nativo, criaram um outro tipo social, o mestiço, o brasileiro. Essa mistura também era proveitosa num sentido de evitar conflitos, por exemplo, entre esses nativos e os conquistadores. Essa política de miscigenação, foi incentivada por Portugal por todo o período colonial para garantir a posse e a ocupação do território da colônia. Assim, a política portuguesa de miscigenação criou todo um outro “mundo” de costumes. Uma trama de tradições que se enlaçam, se misturam e se modificam, criando para o Brasil uma realidade, já desde o processo de colonização, de diversidade, seja ela nas culturas, seja ela na população.

[...]:A cultura brasileira nasceu da articulação vinculada à miscigenação. Nasceu envolvida em uma trama de convenções sociais heterogêneas, os costumes, os mitos, os ritos, os sistemas relacionais e a religiosidade. Suas instituições são marcadas por essa heterogeneidade mediada pelo sincretismo que as compõe. As práticas sociais herdadas foram relidas de modo a facilitar novas expressões comunicativas, que levaram à forma de representação que nos caracteriza como informais, sincréticos, musicais, descontraídos, festeiros, carnavalescos - para não nos referirmos as qualidades que exprimem juízo de valor negativo. [...] (GAUER, 2001, p.35)

A citação acima, mostra de onde vem as ideias acerca de nossa personalidade brasileira, tão diversa de tantas outras. Interessante refletir que, João Simões, em suas conferências, ressalta todas essas qualidades de valor positivo que o povo brasileiro tem e ao mesmo tempo diz que é mau patriota aquele que só vê defeitos nesse modo de ser e viver do brasileiro. Sobre isso, trataremos com mais

detalhes no próximo capítulo. Agora, cabe destacar que, tal modo de ser e viver do brasileiro já demonstra que o Brasil é uma sociedade cosmopolita. Tudo isso possui significações específicas em nosso imaginário, o que demonstra que a miscigenação é parte fundamental para se imagine essa comunidade. Através dela houve um sincretismo, ao mesmo tempo uma legitimação de costumes, ou seja, uma espécie de adaptação do “mundo europeu” para o mundo tropical”.

Assim percebemos que, com a delimitação do território através do princípio de posse estabelecido pelo Tratado de Madri (1750), era preciso ocupar as terras da colônia, somente assim elas seriam de fato parte dos domínios portugueses. Para isso, Portugal incentivou uma política de miscigenação que foi tão bem sucedida que o território brasileiro tomou contornos enormes, e a diversidade do povo brasileiro é marca de nossa cultura. Essa política de miscigenação não se reduziu somente aos índios, com o passar do tempo, ela estendeu-se para com os negros também. Porém, sem ser incentivada, como foi com o índio, pois diferente dos brancos e índios, os negros, na condição de escravos, eram tratados como mercadorias e, como tais não possuíam direitos.

Já no período em que João Simões profere suas conferências cívicas, já havia se dado a abolição dos escravos e já não havia mais o Império e sim uma ainda jovem República⁵⁹, dessa maneira, ele expõe que o brasileiro seria fruto da soma dos “bandeirantes lendários”, com os índios (tamoios, potiguaras e guaranis adustos), e os “negros altivos de Palmares”⁶⁰. Luís Augusto Fischer (2013, p.227) nos estudos que complementam a edição de *Terra Gaúcha* chama a atenção para a audácia do autor em proferir publicamente, em 1904, que queria a altivez dos negros rebeldes de Palmares ao lado da força dos índios, pois o autor diz de peito aberto que queria essa herança afro-brasileira, que de certa forma, ainda nos dias atuais é discriminada, imagine num período recente de pós-abolição.

Mas ainda há um elemento que é fundamental, tanto para a constituição da nacionalidade brasileira, como para que seja possível, imaginá-la. Esse elemento é a língua portuguesa. Anderson (2008, p.84), ao falar sobre o que ele chamou de “pioneirismo crioulo”, diz que a língua não era um fator que diferenciava as colônias das metrópoles e, que ela nunca se colocou como uma questão nas lutas de

⁵⁹Cabe lembrar que as Conferências Cívicas de João Simões Lopes Neto foram proferidas nos anos de 1904 e 1906.

⁶⁰ Conferência Cívica de 1904.

libertação nacional. Nesse sentido, Anderson tem razão até em certo ponto, pois a língua da colônia era a mesma da metrópole. No entanto, a política portuguesa possuía grande preocupação de que o português fosse a única língua falada no Brasil, ou seja, a língua nacional. Como a política de miscigenação, a preocupação mais acentuada com a questão da língua se deu através das Reformas do Marquês de Pombal pois precisava-se que os índios falassem português. Claro que, tanto como a miscigenação, a unificação da língua se dava num sentido de unidade. Haviam no Brasil, várias línguas indígenas e africanas. Quanto as indígenas foram tomadas uma série de decisões para popularizar a língua portuguesa nas missões jesuíticas, como uma língua nacional. Não obstante, já as línguas africanas eram incentivadas a permanecerem, pois havia um certo medo de que os africanos, falando uma mesma língua pudessem se comunicar melhor e unir-se contra seus senhores. Desse modo, a implementação da língua portuguesa, como língua nacional para índios e brancos, explicitava uma política de unificação. Ao contrário, o incentivo para os africanos mantivessem suas línguas originárias, explicitava uma política de desagregação, pois uma possível unidade desses africanos representava uma ameaça para seu senhorio.

Mas para que isso fosse posto em prática, em 1759 o Rei D. José I de Portugal, renovou a Lei do Diretório de 1757 do Marquês de Pombal, que estabelecia o uso obrigatório da língua portuguesa nas comunidades rurais do interior, além de instaurar nas vilas a substituição da língua geral pela língua portuguesa, e também, que todas as crianças, índios, e outros que fossem capazes de receber instrução as fizessem na língua portuguesa exclusivamente, ficando desaprovado o uso de suas línguas originárias e igualmente, o uso da língua geral. Para Gauer (2001, p.201)

[...]:O fato é que parece pouco provável que sem as providências das leis de Pombal, uma única língua integrasse a colônia. Em que pese o Diretório ter sido abolido pela Carta Régia de 12.05.1798, o Brasil, embora tenha emprestado um considerável número de palavras de origem indígena e africana, uniu-se pela língua e pela história da cultura portuguesa. A superioridade da política portuguesa nesse sentido é indiscutível; ela foi superior às armas e à economia.

Assim, através das políticas pombalinas de miscigenação, para ocupação do território, e unificação da língua, fazendo do português a língua nacional, foi possível criar uma trama de diversidade unificada pelo território e pela língua. Aqui, mais uma vez, torna-se visível o fato de que os fatores naturais ou biológicos, como território e

língua, não são fatores determinantes para que se forme uma nação, mas dão subsídios fortes para que se possa imaginá-la como uma comunidade de significados partilhados. Mas, como expõe Anderson (2008, p.30) os nacionalismos são produtos culturais específicos, que dão legitimidade e possibilidades de imaginar a nação, portanto, devemos agora atentar para a literatura brasileira nacionalista, que como produto cultural específico dá subsídios para a formação da nacionalidade.

2.4 “A LITERATURA NACIONAL QUE OUTRA COISA É SENÃO A ALMA DA PÁTRIA?”⁶¹

Como pudemos perceber acima, reflexões e medidas acerca da nação e do nacionalismo brasileiros, vem desde o período colonial, quando o Brasil ainda não era uma nação. No entanto políticas de preservação e ocupação do território foram muito proveitosas, tanto para criar uma ideia de unidade, como para criar novos modos de cultura, costumes e etc., criando uma trama diversa porém unida por uma mesma língua, a portuguesa. Como vimos também, a Constituinte de 1823 (mesmo que tenha sido dissolvida) já estava refletindo sobre o que era ser brasileiro e, tentando levar em conta toda a nossa diversidade. Mas foi a unidade linguística que possibilitou que poetas e outros escritores brasileiros expressassem o essencial da nacionalidade brasileira.

Dentro da análise da unidade linguística, podemos pensar, por lado, a unidade portuguesa na América e, por outro, o Brasil enquanto Brasil. O Brasil foi fundado por um universalismo que não procurou purificar o território de elementos estranhos à cultura do colonizador, ao contrário, as diferenças foram incorporadas em uma composição que combinou o seu funcionamento. A unidade linguística não significou a transplantação de um idioma, até porque a essência da palavra é a relação entre a negação e a afirmação e, nesse sentido, a relação é alteridade, não resoluções de contradições. Por isso a linguagem é o lugar da ruptura que, ao se destruir, renasce: o renascer do português falado e escrito em Portugal e o português falado e escrito no Brasil. (GAUER, 2001, p. 202)

De acordo com Antônio Cândido (2013) no Brasil a vontade consciente de definir uma literatura independente, expressando ao seu modo “[...] os temas,

⁶¹Fragmento do Prefácio de *Sonhos D'Ouro* de José de Alencar, p.19. ALENCAR, José. *Sonhos D'Ouro*, 1872. Versão para e-book. EbooksBrasil.com. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/sonhosdoro.pdf> Acessado em 12 de outubro de 2012.

problemas e sentimentos da jovem Nação. [...]” (CANDIDO, 2013, p.312), foi ponto chave e serviu de base e marco inicial, para o nacionalismo do tipo romântico, muito apropriado ao seu tempo. Dessa forma, o nacionalismo literário só foi possível devido a dois fatores: a Independência política e o Romantismo. Graças à esse último a nossa literatura pôde se adequar ao período à qual tratava. Mas, nosso Romantismo se desenvolveu baseado nos exemplos de outros países de onde nos vinham “[...] influxo de civilização.” (CANDIDO, 2013, p.327). Por isso, é importante aqui, contemplarmos um pouco acerca do Movimento Romântico, de forma generalizada primeiramente e, a seguir o nosso romantismo brasileiro.

O Movimento Romântico, de acordo com Baumer (1990, vol.2, p.23), foi uma revolução e, ao mesmo tempo uma contra revolução; teria sido também, o primeiro grande protesto contra o "mundo moderno", ou seja, contra a civilização científico-racional que começara a formar-se no século XVII, e que assumira grandes proporções no século XVIII. Ainda, segundo Baumer

[...] Podemos afirmar que eram mais modernos do que pensavam, especialmente na sua exploração do lado oculto da vida, dos sonhos e do inconsciente e no fornecimento da base teórica para o nacionalismo moderno. Nestas, entre outras áreas, os românticos puseram em movimento, obviamente, ondas de pensamento que só viriam a ter grande impacto no século XX. (1990, vol.2, p.23)

Com essas afirmações de Baumer, podemos perceber que o Romantismo que, começou na Europa, como reação ao cientificismo e a racionalidade herdadas do Iluminismo, foi o responsável por lançar as bases para o pensamento nacionalista moderno. Ao focarem suas reflexões e produções artísticas nos indivíduos, no oculto, nos sonhos, nas tradições, ou seja, nas coisas que o cientificismo havia deixado de lado, os românticos revolucionaram toda uma maneira de pensar que ainda está, de certa forma, presente no mundo contemporâneo.

Ao refletirem sobre o indivíduo, chegaram a conclusão de ele desenvolveria melhor as suas potencialidades inseridas na comunidade corporativa e com a ajuda do Estado, que neste momento era representado como um guia cultural. Assim, a nação seria um grande indivíduo, claro que como os indivíduos, cada nação teria as suas características próprias, com isso, percebemos que o individualismo romântico expressava-se, politicamente, sobretudo na ideia de nação. Isso demonstra uma reação as tendências generalizantes e universalizantes do pensamento do século XVIII (BAUMER, 1990, vol.2, p.46).

Contudo, seria impossível manter as vantagens do universalismo e do equilíbrio clássico sem tolher, simultaneamente, a manifestação do espírito novo e da pátria nova.

[...]:Assim como a Ilustração favoreceu a aplicação social da poesia, voltando-a para uma visão construtiva do país, a independência desenvolveu nela, no romance e no teatro, o intuito patriótico, ligando-se deste modo os dois períodos, por sobre a fratura expressional, na mesma disposição profunda de dotar o Brasil de uma literatura equivalente às europeias, que exprimissem de maneira adequada a sua realidade própria ou como se dizia, uma 'literatura nacional'. (CANDIDO, 2013, p.327)

Por “literatura nacional”, conforme Candido (2013, p.327), entende-se nesse período de formação, muitas coisas. Para uns significava a celebração da pátria, para outros o Indianismo e, existiam ainda aqueles que, não sabiam exatamente o que isso significava, era algo indefinível, mas que de certa forma nos expressava. Ninguém sabia precisar exatamente o que tudo isso significava, no entanto, todos tinham a noção aproximada de que deveria expressar e abranger vários ou todos os temas considerados nacionais. Para isso, era preciso conciliar as nossas tradições duplas, ou seja, harmonizar as nossas tradições indígenas e portuguesas.

Efetivamente, a literatura foi tomada como uma parte importante, de um todo bem mais amplo, do processo de contribuição para a grandeza nacional. O Romantismo, nesse sentido, durante o seu período de atuação manteve sempre um senso de dever patriótico, o que levava os escritores desse movimento a acreditarem que suas obras eram contribuições para o progresso da nação, ao cantarem a sua terra. Assim tal geração, colocava no culto à ciência a mesma vontade e respeito para com a arte, “[...] tratava-se de construir uma vida intelectual na sua totalidade, para o progresso das Luzes e conseqüente grandeza da pátria.” (CANDIDO, 2013, p.329).

A Independência importa de maneira decisiva no desenvolvimento da ideia romântica, para a qual contribuiu pelo menos com três elementos que se podem considerar como redefinição de posições análogas do Arcadismo: (a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura *independente, diversa*, não apenas uma *literatura*, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca por modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional. (CANDIDO, 2013, p.329)

Assim podemos constatar que, a atividade intelectual além de mostrar o esclarecimento mental do país, contribuía de forma efetiva para a construção nacional. Nesse sentido, o *Indianismo* começou por buscar pelo específico brasileiro. Ao identificar o índio aos sentimentos nativistas parece expressar uma tendência popular, de folclore, no entanto, tal identificação, ao que tudo sugeri, se deu por meio da erudição destes escritores e foi conferida para o plano popular. Desde de a Independência já era possível perceber certo indianismo, seja pela apropriação de nomes e títulos indígenas, seja pela incorporação desse tipo social a pujança da nação. Diferente dos primeiros indianistas que pregavam as qualidades indígenas ao individualizá-la como o primeiro brasileiro e suas vantagens quanto ao trato e conhecimento da natureza, os românticos indianistas buscaram igualar o nativo ao conquistador português, dotando aquele que certo ar cavalheiresco e generoso. O Indianismo, desse modo, serviu para a construção do passado mítico e lendário da nação. “[...]:Lenda e história fundiram-se na poesia de Gonçalves Dias e mais ainda no Romance de Alencar, pelo esforço de suscitar um mundo poético digno europeu.” (CANDIDO, 2013, p.338).

O Romantismo brasileiro representou um capítulo do amplo processo de tomada da consciência nacional, compondo um aspecto do movimento de Independência. Assim, a autonomia na literatura representava romper mais um laço com Portugal e inaugurar um período de autonomia em amplos sentidos. Os românticos brasileiros queriam demonstrar que era possível ter uma literatura com tanta qualidade quanto a de seus antigos colonizadores, assim, buscavam com a qualidade clássica da escrita da língua portuguesa, representar temas locais, ou melhor, particularizar os grandes temas inserindo-os na tradição local, como se fossem próprios da tradição brasileira. “[...]:Assim, o espírito cavalheiresco é enxertado no aborígine, a ética e a cortesia do gentil-homem são trazidas para interpretar o seu comportamento. [...]” (CANDIDO, 2013, p.339). Nesse sentido, cabe destacar José de Alencar, um dos mais representativos românticos brasileiros e, além disso, citado por João Simões em suas conferências.

José de Alencar foi um dos principais autores que se preocupou de forma efetiva em fazer da literatura uma das bases do pensamento nacional, como podemos perceber no prefácio de *Sonhos d'ouro* (1872) (*apud* CHAVES, 1988, p.16):

[...] a literatura nacional outra coisa não é senão a alma da pátria, que

transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; cada dia se enriquece ao contato com outros povos e ao influxo da civilização.

Com isso, podemos notar que Alencar acreditava que a literatura era a "alma da pátria". Para ele esta literatura estava dividida em três fases: a primeira seria aquela constituída pelas lendas e mitos da terra selvagem, esta é chamada de *primitiva* e inclui os romances indianistas, como *Iracema* (1865). A segunda fase seria a *histórica*, onde estão presentes os laços entre o povo nativo e o "conquistador" em solo brasileiro, onde podemos encontrar, como exemplos, *As Minas de Prata* (vol.I,1865 - vol.II, 1866) e *O Guarani* (1857). Por fim, a última etapa iniciada com a Independência, prioriza a cor local e o resgate do passado, como o caso de *O Gaúcho* (1870). Dessa forma, Alencar criou todo um panorama para a nacionalidade que vem desde os tempos primitivos com os primeiros habitantes desta terra: os indígenas, suas lendas, mitos, hábitos e tradições; mais adiante a sua "interação" com o conquistador português e, também, algum tempo depois, com outros povos imigrantes. Por fim, dessa mistura toda resultaram os vários tipos regionais que formam a totalidade da nação.

A obra de Alencar se mostra fundamental nesse processo de imaginar a nação, pois ao preocupar-se com a literatura nacional cria um panorama da nossa nacionalidade. Além disso, podemos perceber sua forte influência nos escritores que virão a seguir, e, por que não dizer, em João Simões?

Portanto, a literatura nacional ao criar todo um panorama para a nacionalidade, forneceu múltiplos modelos para que se imaginasse a nacionalidade brasileira. Ela ofereceu, nosso passado mítico, ao trazer a figura do nativo, vivendo livremente no que virá a ser "a grande pátria brasileira", os primeiros brasileiros, nos primeiros tempos, ou seja, o tempo mítico, lendário. Depois passamos para a fase de interação com o conquistador português, ou como vimos antes, pelas políticas de miscigenação para garantir a unidade territorial e linguística. É neste período que há uma fusão dos hábitos nativos da colônia e metropolitanos, ou como dissemos antes, a adaptação do "mundo europeu" para o "mundo tropical". Não podemos esquecer, que o processo de miscigenação também englobou os africanos que aqui estavam na condição de escravos. Apesar de não ser uma prática incentivada, como foi no caso do indígena, ela aconteceu e, somou ao nosso modo ser muitos hábitos, cantos, palavras entre outras coisas, das múltiplas culturas africanas que chegaram

no Brasil.

Bem sucedidas essas fases, o Brasil ganhou dimensões enormes, com climas diferentes, diferentes processos de imigração, ou seja, conforme o país se expandia, se expandia com ele a marca principal, a diversidade, o cosmopolitismo, expresso nos mais variados tipos regionais, que são partes formadoras da nacionalidade. A literatura, ao preocupar-se por mapear esses processos históricos e sociais, criou uma base sólida, um produto cultural que, de certa forma, criou a fala da nação dita por ela própria.

3. AS CONFERÊNCIAS CÍVICAS E O LIVRO DE LEITURA *TERRA GAÚCHA*

Após perpassarmos pela trajetória de vida de João Simões, no primeiro capítulo, apreendemos como foi essa trajetória, suas obras, seus engajamentos. Isso foi essencial para que possamos compreender o que vem a seguir. Somam-se à isso as ideias que pudemos identificar, no segundo capítulo, sobre as concepções acerca do conceito de nação e sobre a nação brasileira. Todos esses aspectos são fundamentais para continuarmos a análise. O foco principal: as conferências cívicas proferidas pelo autor entre os anos de 1904 e 1906, e o livro de leitura projetado por ele já na primeira conferência constituem-se na temática que priorizamos.

Importante lembrar⁶², antes de seguirmos, que de acordo com Fischer (2013, p.221-222) a vida do autor divide-se em três momentos principais: O primeiro se passa entre seus vinte e quarenta anos, são os momentos compreendidos após ter passado uma temporada curta de estudos no Rio de Janeiro e o seu retorno à Pelotas em 1884, e vai até 1904. Esse é o ano que aparece claramente sua intenção do projeto de *Terra Gaúcha*⁶³. Durante esse primeiro período, encontramos o autor escrevendo para os jornais (poemas e artigos), no entanto, seu foco está no teatro. O segundo momento, é o que nos interessa de maneira especial, este inicia em 1904 e segue até por volta de 1910, ano em que publica seu primeiro livro *Cancioneiro Guasca*. Este é o período em que ele está engajado em seu projeto

⁶²Dizemos lembrar porque já transcorremos sobre a trajetória de vida de João Simões no primeiro capítulo desta dissertação. No entanto, acreditamos que lembrá-la, de forma sintética, nesse último capítulo, auxilia na compreensão da análise.

⁶³*Terra Gaúcha* é o livro de leitura que se constitui no foco deste capítulo.

pedagógico, refletindo sobre a escola e o processo de abasileiramento dos livros didáticos. É exatamente este período que veremos a seguir de forma detalhada. O seu último momento de vida, seus últimos seis anos, tendo em vista que ele faleceu em 1916, resultaram em sua obra maior: *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913). Devido às dimensões deste trabalho, ficarão estas últimas obras para análise, juntamente com o *Cancioneiro Guasca* (1910), para uma futura pesquisa.

3.1 AS CORRENTES DE PENSAMENTO E A INFLUÊNCIA DA GERAÇÃO⁶⁴ DE 1870

Ao analisarmos as *Conferências Cívicas* e o livro de leitura *Terra Gaúcha*, ambos de autoria de João Simões, constatamos que algumas de suas ideias tem matrizes num momento em que houve uma renovação intelectual no Brasil. Esse momento foi a década de 1870 e apesar de a essa altura o escritor ainda ser uma criança, as ideias foram ganhando forma e força e, chegaram até ele, auxiliando-o no desenvolvimento de suas ideias e trabalhos na primeira década do século XX, para nós de interesse crucial, quando desenvolveu suas conferências. É com esse objetivo que passemos agora a descrever o fenômeno que ficou conhecido por *bando de ideias novas* ou *geração de 1870*.

A década de 1870 pode ser tomada como um marco para a história das ideias no Brasil. Foi nesta década que algumas ideias como: positivismo, evolucionismo, materialismo e outras, corporificaram-se no nosso país. Este também foi o ano de fundação do Partido Republicano, por isso, também considerado o ano que antecipou a queda do Império. Com a chegada dessas ideias novas ao nosso país era preciso um novo modo de governo mais adequado às ideias de liberdade e também, mais atual no que se referia ao cientificismo.

Sobre essa renovação intelectual que ocorreu no Brasil nas últimas décadas do século XIX, Marçal Paredes (2007, p.243) aponta para o grande número de postulados teóricos-dogmáticos que foram incorporados pelo o que se chamou de *Geração de 70 luso-brasileira* e suas diferentes percepções em diferentes regiões brasileiras, das quais destaca a interface da intelectualidade gaúcha neste confronto filosófico do século XIX. O autor diz que

⁶⁴ O conceito de geração cria uma ideia de unidade de pensamento o que, de fato, não se concretiza nesse caso, como poderemos constatar no decorrer deste subcapítulo.

[...] a chegada do *bando de ideias novas* manifesta-se mais pela diversidade de teorias que por uma suposta uniformidade de ideias. O consenso existia apenas quanto ao que combater: o clericalismo, o ultramarinismo, o ecletismo, a metafísica, o escravismo, a filosofia espiritualista, o aristocratismo monárquico, o romantismo. Para além da unidade de frente ao “inimigo comum”, as águas dividir-se-iam em diferentes propostas políticas (monarquia-liberal/república, centralização/federalismo) e teórico-filosóficas (positivismo heterodoxo/ortodoxo, darwinismo/transformismo, etc.). [...] (PAREDES, 2007, p.243)

Conforme demonstrou Paredes, havia uma diversidade de ideias, o que não queria dizer que houvesse uniformidade no pensamento. No entanto, eram claras as ideias a se combater, nesse sentido, o romantismo⁶⁵ e o clericalismo estavam na linha de frente inimiga, e tal geração dedicou-se a combatê-las desde os primeiros tempos.

A geração pós-romântica exibiu uma notável disposição para o combate e a polêmica, interessada em operar uma atualização histórica da sociedade brasileira, em sentido pronunciadamente ocidentalizante, o que significou uma notável adesão aos signos e aos paradigmas da modernidade, que estava identificada com a Segunda Revolução Industrial, dando destaque à Ciência, admitida como principal nexos explicativo da realidade. A geração que pretendia realizar essa ação modernizadora no país dialogou e deixou-se impactar pela vida intelectual europeia daqueles anos, marcada por um momento decididamente antiespiritualista e antimetafísico, que se expressava, de maneira genérica, numa atitude anticlerical. (PEREIRA, 2008, p.57)

Sobressaíram, neste período, as influências do positivismo de Augusto Comte (1798-1857), do evolucionismo de Spencer (1820-1903) e do monismo de Haeckel (1834-1919) e através dos princípios que integravam as ciências naturais, o saber empírico e a mentalidade experimental mobilizaram um avassalador determinismo (PEREIRA, 2008, P.57).

Vale destacar o artigo inaugural de uma série de cinco artigos escritos por João Simões para o jornal *A Opinião Pública de Pelotas* no de 1913. A série tinha por objetivo discorrer sobre a vida dos cientistas Lamarck, Darwin e Haeckel. O artigo, assinado pelo pseudônimo de João do Sul⁶⁶ tem como título *Uma Trindade*

⁶⁵Vale lembrar que o Romantismo lançou as bases para a criação da nacionalidade brasileira, como vimos no capítulo anterior.

⁶⁶Vários foram os pseudônimos utilizados pelo autor, no entanto, Serafim Bemol e João do Sul são, talvez, os mais conhecidos. O primeiro por uma brilhante carreira como escritor para o teatro pelotense e, o segundo, como jornalista. Cabe destacar que tratamos de seus pseudônimos no primeiro capítulo desta dissertação.

Científica - Lamarck - Darwin - Haeckel. O autor começou o texto dizendo:

É uma trindade moderna. Os três nomes que estes homens representam deve a humanidade atual a maior gratidão possível, porque dos trabalhos dessas três mentalidades dependeram os progressos que, atualmente, beneficiam a atividade humana.

Lamarck, Darwin e Haeckel os dois primeiros mortos e o terceiro ainda vivo, representam, sucessivamente, a intelectualidade das três pátrias: a França, a Inglaterra e a Alemanha. A obra de cada um desses três homens honra as respectivas pátrias, tanto mais nos aparecem eles vítimas das perseguições as mais injustas... mas sempre aferrados à sua convicção científica, tendo em alta noção o amor e a verdade.

Recordar a vida desses três naturalistas é prestar à ciência mais uma prova de reconhecimento e a memória dos mesmos o preito da nossa gratidão. (LOPES NETO, 1981, p.82)

Apesar de não ser nossa intenção neste trabalho verificar esses artigos com mais afinco, é importante perceber e, com esse exemplo fica muito claro, a devoção e admiração que tinha o autor por esses cientistas e, logo, pela ciência. A ideia de trindade sugere uma referência à trindade cristã (pai, filho e espírito santo), no entanto, o autor faz referência à ela dizendo “é uma trindade moderna” e logo, o modernismo está atrelado ao cientificismo e, por conseguinte, à uma postura anticlerical. Também é importante destacar que a França, Inglaterra e Alemanha, “as pátrias” desses cientistas, vão aparecer como exemplo nas conferências do autor. Exemplos de pátrias modernas e evoluídas, que possuíam um espírito nacional desenvolvido com base na educação cívica. Além de verificarmos a presente e constante ideia de progresso, que já aparecia em suas conferências e que volta à tona nesses artigos ilustrando a ideia do progresso atrelado à ciência. Destacamos por último, que nesta série de artigos, realizados tempos depois de proferir suas conferências e projetar seu livro de leitura, João Simões demonstra um conhecimento bastante profundo sobre as ciências dominantes da época que, de acordo com Ângelo Moreira (1983, p.81), ultrapassava muito o nível comum da cultura geral.

Mas, voltando ao nosso assunto principal deste subcapítulo, destacamos que Sílvio Romero (1851-1914) foi um dos importantes nomes dessa geração de 1870 com esforço nacionalista. Romero buscava encontrar o íntimo da alma brasileira, seus vícios e virtudes. De acordo com Pereira (2008, p.59) é possível constatar nesse tipo de pensamento um forte resquício romântico que ele cobriu com uma acentuada camada cientificista. Para João Simões, Romero era uma de suas inspirações, como podemos ver em suas próprias palavras, propagadas na sua

conferência de 1906:

Srs. - O tema que me ocupa, não é meu: é vosso, é nosso, todos o conhecemos, todos, sobre ele temos trocados nossas aspirações pessoais. De inédito, de novo, de transcendente nada lhes ofereço; apenas observações e reparos coligidos na pouca prática da vida e na leitura mais ou menos atenta dos *livros que tem sido os meus inspiradores, nos escritores pátrios em que tenho haurido algum cabedal: Sílvio Romero*⁶⁷, Mello Moraes, Rodrigo Octávio, Varella, Manoel Bomfim e outros, mestres que muito respeito, e mais diretamente nos dois livros de ensinamento e de conforto: a “Educação Nacional” de José Veríssimo, e “Porque me ufano de meu país”, de Afonso Celso⁶⁸. (LOPES NETO, 1906, p.03-04)

Podemos notar também, que havia entre eles uma comunhão ideológica, como se pode constatar em um trecho da conferência de 1904 e repetida nas páginas 04 e 05 da publicação da conferência de 1906.

As virtudes e vícios de um país, não são senão os vícios e as virtudes de seus filhos. A pátria, essa, na sua figura ideal e amada paira acima dos nossos erros e das nossas paixões; e atacar a inópia dos que a constituem ainda é estremecê-la no filial desejo de a ver não só objeto do nosso amor, mas fonte do nosso orgulho, pira do nosso entusiasmo. (LOPES NETO, 2009⁶⁹, p.297)

As coincidências ideológicas entre Romero e João Simões vão um pouco além, ambos estiveram preocupados em responder, dadas as particularidades de cada um, os questionamentos em relação à construção de uma identidade nacional. Ambos também alertavam para a importância da construção de uma unidade nacional, tendo em vista o perigo de uma cisão do território nestes primeiros anos da

⁶⁷ Grifo nosso.

⁶⁸Na primeira conferência, datada do ano de 1904, aparecem apenas como inspiração esses dois últimos autores: José Veríssimo e Afonso Celso. Contudo, na segunda versão, em 1906, João Simões faz algumas modificações, entre elas, adiciona os demais autores citados acima. Destaque especial para Manoel Bomfim que, com seu livro *América Latina: Males de Origem* (1905) vai trazer uma interessante perspectiva pessimista em relação às nossas origens portuguesas. Veremos isso mais adiante neste capítulo. Para ver mais especificamente sobre esse tema ver: PAREDES, Marçal Menezes. A Ibéria como mal-de-origem: organicismo e tribunal da História em Manoel Bomfim. IN: PAREDES, Marçal; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo (Orgs). **História das Ideias: proposições, debates e perspectivas**. 1º ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.204-233.

⁶⁹Citamos aqui a publicação de 2009 da Conferência de 1904 pela facilidade de acesso, pois foi publicada na íntegra, diferente da de 1906 que possui um exemplar sob posse da Biblioteca Pública Pelotense ou nas mãos de colecionadores e outros. A Conferência de 1904 foi publicada originalmente nos anais da Biblioteca Pública Pelotense, mas só é possível acessá-la mediante a apresentação de um projeto de pesquisa e a aprovação deste mesmo pela diretoria da instituição. Para ver a conferência na íntegra: Eduardo; TAMBARA, Elomar. *Civismo e Educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*. Pelotas, v.13, n.27, p.279-292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu/asphe>>. Acesso: 12 de abril de 2014

República. Além disso, ambos preocuparam-se e dedicaram-se de forma especial ao folclore. Pereira (2008, p.60) aponta para uma intenção de João Simões em preencher uma suposta lacuna deixada por Romero nesta empreitada. Tentando encontrar “a cara nacional” Romero tendia a evitar caracterizações muito regionais, no entanto, assinalou diferentes tipos brasileiros mas não o gaúcho. Pereira (2008, p.60) expõe que João Simões pode ter pretendido preencher essa suposta lacuna, especialmente com o *Cancioneiro Guasca* (1910), no qual estão reunidas lendas e outros aspectos do folclore gaúcho, além de *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), publicados no mesmo período em que aparecem os artigos de Romero na *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Coincidências a parte, acreditamos que João Simões ao tentar compreender a nacionalidade brasileira, buscou nos tipos regionais uma ideia de unidade nacional e com isso encontrou o seu gaúcho literário. Podemos dizer que as matrizes de Blau Nunes, o grande gaúcho literário de João Simões e personagem principal de *Contos Gauchescos* (1912), além de protagonista da lenda *Salamanca do Jarau* na versão do autor em *Lendas do Sul* (1913), já apareciam no livro de leitura *Terra Gaúcha*. Assim, acreditamos que João Simões estava buscando “um olhar” do Brasil a partir do Sul e, não o contrário e, nem tentando colocar o gaúcho em um panorama superior. Na verdade, a questão era encontrar nos diversos tipos regionais os diferentes semblantes para uma unidade nacional. Além de atentar para o conhecimento da História como via para a educação cívica.

Até aqui, já observamos que João Simões compactuava com as principais ideias que vinham desde a década de 1870, com o *bando de ideias novas*. As ideias de evolucionismo, progresso e educação para a formação do caráter nacional. Positivismo e anticlericalismo também estão presentes em suas conferências.

Dessa forma, é importante ressaltar que diferente do que propunham alguns autores, não compactuamos com a ideia de que João Simões era um homem à frente de seu tempo, que estava refletindo sobre problemas que só viriam a tona mais tarde. Baseado em nosso referencial teórico e metodológico da História das Ideias, propomos a visão de que ele era um homem de seu tempo, ou melhor, um intelectual de seu tempo, pois o refletia baseado nas correntes de pensamento de sua época e realizava conferências e projetos na tentativa de solucionar alguns problemas percebidos por ele e, também, por esses intelectuais já citados anteriormente. Ao observarmos de perto toda a problemática, constatamos que

havia uma circularidade das ideias e mesmo João Simões estando em condições periféricas, pois residia em uma cidade (Pelotas) no interior de Rio Grande do Sul, que também era considerado um estado periférico, as ideias chegaram até ele e a partir dele e, de outros, foram levadas à outros públicos, criando certa circularidade, como veremos adiante. Quando dizemos periférico, queremos nos referir a uma situação que estava à margem das decisões do centro do poder.

No Rio Grande do Sul, a renovação intelectual foi bastante lenta. Conforme explica Paulo Pezat

[...] Salvo a ação de religiosos e protestantes (estes restritos às comunidades de origem germânica), a única ideologia difundida de forma organizada era a *maçonaria*⁷⁰, influente na província desde o início do século XIX e que exerceu um papel importante na Revolução Farroupilha ao contribuir para a difusão das ideias iluministas francesas e do ideário liberal (2007, p.32)

Havia no Rio Grande do Sul uma certa inércia ideológica, decorrente provavelmente da influência do catolicismo e do conservadorismo político que, a época, somavam-se à carência de instituições públicas (PEZAT, 2007, p.32). Todavia, após o decênio farroupilha novas instituições culturais começaram a surgir. Em 1846 foi criada a Biblioteca Rio-Grandense em Rio Grande, no ano de 1871 surgiu a Biblioteca Pública da Província de São Pedro em Porto Alegre e, em 1875, foi fundada em Pelotas a Biblioteca Pública Pelotense. Com esse cenário montado, as três principais cidades da época passaram a contar com bibliotecas que constituíram considerável acervo bibliográfico, o que contribuiu muito para a difusão da cultura letrada no Rio Grande do Sul.

Com isso, constatamos que Pelotas era uma das três cidades principais do Rio Grande do Sul. À vista disso, constatamos também que João Simões residia nela e circulava seus meios intelectuais, além de ser um intelectual atuante em várias atividades que buscavam o progresso cultural de sua cidade. Sua família detinha tradição e prestígio entre a comunidade pelotense, foi o seu avô, o Visconde da Graça que cedeu em 05 de março de 1876 o primeiro prédio para que se constituísse a Biblioteca pública Pelotense. Nessa época contavam com um acervo de 960 volumes. Em 1878 foi lançada a pedra fundamental para a construção de seu prédio próprio, inicialmente era um prédio de um pavimento apenas, contudo, em

⁷⁰Grifo nosso. Vale lembrar que João Simões foi membro da Maçonaria em Pelotas, atingindo o grau filosófico 17 na extinta Loja Rio Branco. Trataremos disso no decorrer do capítulo.

1911 começaram as obras de feitura do segundo pavimento, ficando pronto em 1913. A Biblioteca Pública está situada no perímetro central da cidade, ao lado da Prefeitura Municipal e, em frente à Praça Coronel Pedro Osório (LONER, 2010, p.33). Beatriz Loner, em seu verbete sobre a Biblioteca Pública Pelotense no Dicionário de História de Pelotas (2010, p.33), expõe que

[...] Durante o ano de 1878 inaugurou-se o curso de alfabetização, com aulas noturnas, que se manteve até o final do Império e pelas décadas iniciais da **República**⁷¹. Esse curso era voltado para as classes populares e nele estudaram vários trabalhadores nacionais, brancos ou negros, e imigrantes. Nessa época, em seu prédio eram realizados bailes e concertos, bem como reuniões de partidos políticos e eventos de interesse de toda a comunidade.

Assim, a Biblioteca Pública Pelotense era um espaço democrático, onde circulavam as mais diferentes pessoas, com os mais diversos interesses da comunidade. Além de ser um espaço para a ilustração da população, em seus diferentes graus, era um espaço para a difusão de ideias, como foi o caso de João Simões que proferiu suas conferências nesta casa, da qual, também foi diretor.

Em Pelotas, nessa época, encontrava-se Karl von Koseritz (1830-1890) que, além de Romero e outros citados nas conferências, pode-se dizer que influenciou João Simões. Koseritz teria ido para Pelotas no ano de 1851. Foi contemporâneo do autor na atuação na imprensa pelotense, além ter sido um entusiasta no Rio Grande do Sul no que tange a propagação das ideias científicas, como expõe Paredes:

A ação de Carlos von Koseritz, na divulgação das ideias científicas e evolucionistas no Rio Grande do Sul, foi muito importante. Suas atividades de crítica ao teologismo e a metafísica foram, entretanto, muito inspiradas no exemplo vindo da escola do Recife, em Pernambuco, liderada por Tobias Barreto, *na qual Silvio Romero teve papel fundamental*.⁷² Desde 1876, ao menos, Koseritz propagava o nome de seus companheiros do nordeste brasileiro, no manifesto de lançamento de seu jornal *Echo de Ultramar*, editado em Porto Alegre. (2007, p.244)

Interessante perceber como as ideias circulavam e se entrelaçavam. Vimos que Romero influenciou diretamente João Simões e, agora, notamos que Koseritz era um entusiasta das ideias propagadas pela escola do Recife na qual Romero foi de importância crucial. Com isso em vista, podemos afirmar o fortalecimento da ideia de que o autor era um herdeiro do ideário da geração de 1870, além das diversas

⁷¹Grifo da autora.

⁷²Grifo nosso.

ideologias que ficam muito claras na análise de seus textos propostos nesta pesquisa.

Como dissemos acima, a maçonaria também teve papel fundamental no Rio Grande do Sul na difusão das ideias iluministas francesas e dos ideais de liberdade, além disso, ela também travava uma luta anticlerical. Sendo o autor um maçom, cabe aqui perpassarmos por alguns pontos que contribuem para apreender aspectos de seu posicionamento político, filosófico e religioso, ou, anti-religioso. Segundo Pereira (2008, p.67) João Simões ingressou na Maçonaria em 27 de fevereiro de 1890 com o grau 3, alcançando o grau 17. Fazia parte da Loja Rio Branco, que foi fundada em 1881 e era conhecida na cidade por Loja dos Artistas.

A Loja *Rio Branco*⁷³ e demais lojas da cidade, possuíam certa preocupação no que dizia respeito à educação. Naquela época, a maioria das escolas da cidade eram católicas, como o *Gymnasio Gonzaga*⁷⁴, fundado por jesuítas em 1894, esta era a instituição de ensino mais renomada da cidade de Pelotas. Para apresentar uma alternativa de ensino laico primário e secundário, de boa qualidade à esse ensino cristão do *Gymnasio Gonzaga* foi que em 1902 a Maçonaria criou o *Gymnasio Pelotense*⁷⁵.

Com a Proclamação da República, deflagrou-se no Brasil o processo de laicização do ensino, o que resultou no acirramento das disputas entre a Maçonaria e a Igreja Católica pela primazia da educação, um campo estratégico para a propagação e inculcação de duas ideias. Foi, então, dentro desse contexto de efetiva atuação política e social e de disputa com a Igreja Católica, objetivando preservar e ampliar sua influência, que a Maçonaria de Pelotas criou o Gymnasio Pelotense. (AMARAL, 2002, p.14)

Interessante destacar que, o autor integrou a diretoria do Ginásio Pelotense, como podemos ler na notícia divulgada no jornal *Diário Popular* de Pelotas, na edição de 26 de dezembro de 1902:

No templo da Loja Antunes Ribas realizou-se anteontem a convocada reunião dos Maçons de todos os orientes, a ela comparecendo um grande

⁷³Em 1915 a Loja *Rio Branco* uniu-se com as Lojas *Honra e Humanidade* e *Lealdade*, formando as *Lojas Unidas*. Em 1923 essas Lojas fundiram-se formando a *Fraternidade n.03*. Cinco anos depois as Lojas de São Gabriel e Bagé, uniram-se à *Fraternidade n.03* e formaram a *Grande Loja do Rio Grande do Sul*.

⁷⁴Atual Colégio Gonzaga, ele é ainda uma importante instituição de ensino particular da cidade.

⁷⁵Hoje chama-se Colégio Pelotense, está sob administração do município de Pelotas e oferece ensino gratuito à população. Para ver mais sobre o Colégio Pelotense ver: AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense: entre a memória e a história 1902-2002**. - Pelotas: Educat, 2002.

número dos mesmos. Presidiu a assembléia o sr. Dr. Francisco Simões Lopes, venerável daquela Loja. Ao sr. Dr. Ramos foi delegado o encargo de expor os fins da reunião - *a criação de um colégio internato e externato e que, em tempo, satisfeitas as exigências da lei, será equiparado ao Ginásio Nacional*. A direção do estabelecimento caberá ao conhecido educacionista sr. Carlos A. Lacantini, que terá a coadjuvação dos drs. Francisco R. de Araújo, *Simões Lopes*⁷⁶ e Carlos Ramos [...]. (apud PEREIRA, 2008, p.65)

Com isso, constatamos que além dele estar ligado aos ideais maçônicos, como membro desta instituição, estava empenhado em propagar um ensino laico, moderno e de qualidade. Participavam dessas Lojas políticos, em sua maioria ligados ao Partido Republicano⁷⁷, intelectuais e jornalistas que professavam a efervescência teórica e filosófica que estava presente no país naquele período. Com uma multiplicidade de correntes como: evolucionismo, monismo, darwinismo, spencerismo e outros, que apresentavam-se sob o signo do positivismo (PEREIRA, 2008, p.73).

As ideias criadas pelo intelectual francês, Augusto Comte (1798-1857), no final do século XIX e início do século XX estavam em franca expansão, ganhando força no Rio Grande do Sul, tornando-se um aspecto característico de nossa história neste período. Pode-se dizer que a divulgação da doutrina positivista no Brasil se deu em duas fases: a primeira, direta, através dos brasileiros que estudaram com Augusto Comte na Escola Técnica de Paris; a segunda, indireta, marcada por trabalhos realizados no país a partir de 1850. O positivismo foi introduzido em nosso país vinculado às ciências físicas e matemáticas, na Escola Central e na Escola Militar do Rio de Janeiro (PAREDES, 2013, p.157). Foi, também influenciado por esses ideais que o autor refletiu e propagou suas conferências, e não ficou imune à esse ideário. Como demonstra Catroga (2005, p.102)

Auguste Comte limitou-se a sistematizar algo que os próprios revolucionários franceses (e todos os novos Estados-Nação) recorreram. Procurando substituir muitas formas e funções do velho ritualismo religioso, a exaltação do passado, que os “grandes homens” encarnavam, tornou-se instrumento essencial (assim como a historiografia propriamente dita) para a produção e reprodução de uma nova memória nacional, ilustrada por uma nova hagiografia, e lembrada de acordo com um novo calendário de festas cívicas⁷⁸.

Agora vejamos o que diz João Simões em sua conferência de 1904:

⁷⁶Grifos nossos.

⁷⁷Apesar de não ter exercido a carreira política João Simões era filiado ao Partido Republicano, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação.

⁷⁸Grifos nosso.

Não há talvez nesta sala, uma só pessoa de mais de 25 anos de idade, que não tenha, no colégio que frequentou - na roça ou nas cidades- que não tenha aprendido o - catecismo cristão. [...] Neste ponto o clericalismo, sagaz e previdente, soube inculcar - constantemente - a sua orientação no animo popular, especialmente, da mocidade. Pois bem - se a par do catecismo, como fonte de moral religiosa, nos tivessem inculcado juntamente o conhecimento pátrio, o valor do civismo, o apreço da solidariedade nacional, não tinha sido uma bela conquista, promissora, e frutificante até, na atualidade? [...] (LOPES NETO, 2009, p.319)

E, mais adiante continua focando:

Todo o ensino tem um fim: o da *história pátria* é dar-nos conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas e em comum vencidas, a marcha da *evolução dos nossos costumes*, das nossas leis e da *organização do progresso*, custosa, lenta, mas seguramente adquirido, a noção exata da solidariedade nacional, da disciplina cívica, da liberdade obediente e com ela, o *amor da pátria*⁷⁹. (LOPES NETO, 2009, p.320-321)

Notamos, a partir da citação de Catroga (2008), somada as citações referentes da Conferência de 1904⁸⁰, uma mesma linha de pensamento. A ideia de uma substituição do clericalismo por uma educação baseada na história da pátria, ou seja, laica, onde os grandes exemplos a serem seguidos seriam os grandes homens e feitos destes para a humanidade, como se pode verificar nas referências sobre à *Trindade Científica* no artigo mencionado acima. Somente a partir do conhecimento da História e da Geografia da pátria é que poderíamos evoluir, para em ordem progredir. Como diz o dito positivista estampado na bandeira brasileira, *Ordem e Progresso*. Tudo o que se considerava mais evoluído estava atrelado à ciência e, logo, era incompatível com as ideias clericais, por isso também, um esforço anticlerical para combater essas ideias ditas atrasadas e propagar essas outras, ditas modernas e evoluídas. A seguir, neste mesmo capítulo, trabalharemos diretamente sobre as conferências demonstrando, com mais afinco, as ideologias que pudemos notar neste subcapítulo. Vejamos agora que educação era a preocupação comum desta época e, também estava imbricada com essas ideologias que acabamos de ver.

⁷⁹Grifos nossos.

⁸⁰As partes citadas acima encontram-se igualmente na Conferência de 1906.

3.2 “SOMOS UMA AURORA. CHEGAREMOS NECESSARIAMENTE AO BRILHO E AO CALOR DO MEIO DIA!”⁸¹: A EDUCAÇÃO COMO MEIO PARA O PROGRESSO

Como já referido no capítulo anterior, a reflexão acerca do que viria a ser a nação brasileira e o “ser brasileiro” teve seus primeiros momentos após o processo de Independência em 1822. No ano seguinte, formou-se uma Assembleia Constituinte que pretendia, elaborar a primeira constituição brasileira, no entanto, a mesma foi dissolvida pela Imperador. Com isso, podemos afirmar que, já na Constituição de 1823, como vimos anteriormente, se pretendia refletir sobre os temas e problemas da nacionalidade brasileira. No entanto, foi nos primeiros anos da República que essas ideias foram ampliadas de forma significativa, tendo em vista a mudança de perspectiva do quadro social e político. Já havia sido abolida a escravidão e o Brasil visava caminhar para a modernidade, ou seja, deixar o seu passado colonial e escravocrata para trás e tornar-se uma nação nova e moderna. Dessa forma, o advento da República trouxe para o Brasil um desejo de progresso, tal desejo procedia das ideias de modernização e crescimento do país. Para alcançar este objetivo

[...]: O novo regime político levou os intelectuais a discutirem sobre a modernização e os “grandes temas nacionais” como o incentivo à industrialização e o combate ao analfabetismo generalizado, visto que a ignorância do povo era incompatível com o espírito de progresso da nação. (SILVA, 2010, p.29)

Para esses intelectuais, era preciso educar a população para a nova realidade brasileira. Somente a partir da educação seria possível um novo pensamento e, logo outra realidade. Ela mostrava-se como via para o progresso pois, somente um povo civilizado poderia alcançá-lo. A ideia de progresso vinha da Ilustração e significava andar para frente, progredir; à ela somou-se as ideias positivistas de Augusto Comte que acreditava na educação como via para o melhoramento humano, somente a partir dela é que o povo progrediria ao estado científico. Podemos ver o exemplo de José Veríssimo (1857-1916), que também

⁸¹Frase de João Simões em suas conferências de 1904 e 1906 ao referir-se ao Brasil como um país ainda jovem, “uma aurora”, que por meio da educação cívica progrediria até o “brilho e o calor do meio dia.”.

serviu de exemplo para João Simões em suas Conferências⁸², para ele a renovação espiritual da sociedade brasileira seria o ponto de partida para as mudanças tão desejadas. Para alcançar tais mudanças, ele acreditava na urgência de um projeto social a partir da educação física, moral e intelectual (CAVAZOTTI, 2003, p.10). Portanto, para Veríssimo

Não há país civilizado, não há nação livre, não há cultura, não há grandeza nacional, não há democracia, não há república - senão quando há um povo que tem consciência de sua força, dos seus deveres e dos seus direitos, em suma, que possui isso que o romano chamou de civismo e que nossas sociedades modernas chamamos de espírito público social. (apud CAVAZOTTI, 2003, p.10-11)

Segundo Cavazotti (2003, p.14 e 15), o projeto educacional, pensado por alguns intelectuais do período refletiam as lutas sociais, políticas e econômicas. Estas emergiram do interior das lutas republicanas do final do século XIX, que tinham por objetivo a inserção do Brasil na ordem econômica e política dos países modernos. Para compreender melhor, a autora propõe três pontos fundamentais, que aqui também nos auxiliam a captar essas lutas sociais, políticas e econômicas. O primeiro ponto proposto, é a disseminação do evolucionismo social “[...] que generaliza a objetividade dos princípios da ciência da natureza na interpretação de todos os campos da realidade”. O segundo ponto, diz respeito às questões políticas, que possuíam apelo na formação da nacionalidade brasileira alternando entre os discordantes princípios liberais da revolução americana e a rigidez propagada pelo positivismo para a formação moral do cidadão. O terceiro e último ponto, tange as “[...] tensões entre a liberdade de comércio e o protecionismo oficial ao nascimento de uma indústria nacional que objetivava competir, no mercado, com produtos de países capitalistas mais avançados.”.

A partir desse quadro exposto, podemos salientar que os dois primeiros pontos encontram-se nas referências de João Simões em suas conferências. A ideia de evolucionismo social e a formação da nacionalidade estão demasiado imbricadas, como era de praxe no discurso de intelectuais desse período e, que inclusive, influenciaram seu pensamento e serviram de guia para a elaboração de suas conferências como: José Veríssimo, Afonso Celso e, na conferência de 1906 somam-se outros nomes, cujos destaque, Manoel Bomfim.

⁸²Sobre esse tema trataremos na sequência.

João Simões estava consciente de que era preciso um novo modelo de educação e que, somente ela, poderia formar um Brasil forte e unido. Ele ressaltou em sua conferência de 1904 e repetiu o mesmo trecho em 1906 (2009, p.300) que a falta de unidade provinha da falta de educação cívica que representava o “arcabouço do grande corpo nacional”, no entanto, ainda representava uma “lastimável lacuna”. “A lacuna fundamental da nossa educação pública é a ausência de um ideal - e esse ideal lhe não podia ser dado senão animando-o de um espírito, o espírito do sentimento nacional.” (LOPES NETO, 2009, p.300). Para ele, a educação baseada na nossa realidade, ou seja, o estudo de nossa história, de nossa geografia, literatura e outros temas, poderiam formar um sentimento de unidade nacional, tornando assim, a nação mais forte e unida. João Simões ainda citou como exemplo a França:

Nenhum povo hoje pode ser grande, sem esse sentimento [nacional], nenhuma nação pode ser forte, sem nele apoiar-se. É ele o mais sólido elo da nacionalidade e o mais certo estímulo dos cidadãos. Vencida e mutilada, diminuída no seu território, fundamente ferida no seu orgulho, é para a educação cívica que se volta a França. Foi aí, nesse manancial inesgotável, que ela se revigorou e se reconstituiu com uma assombrosa rapidez e firmeza. (LOPES NETO, 2009, p.300)

A educação deveria trazer noções de civismo a partir do estudo da História e da Geografia pátria. A História traria os grandes homens e seus grandes feitos, como sistematizou Comte e, a Geografia mostraria nossas belezas naturais, rios extensos e seus afluentes e etc.. Tudo isso serviria para despertar o espírito nacional, despertar as crianças, ou seja, o futuro da nação, para o sentimento nacional. Mas para isso era preciso apreender a “alma da pátria”, compreender sua cultura, seus tipos mestiços, nossa diversidade e outros aspectos. Paredes (2011, p.204) afirma que

A construção das matrizes explicativas sobre a cultura brasileira demandou um intenso investimento de releituras da história nacional. Esse processo, realizado pelos intelectuais do final do século XIX e início do século XX mobilizou primordialmente três linhas de reflexão, a saber: i) a realização de um saldo histórico da experiência colonizadora portuguesa no país, investimento necessário à sustentação de ii) um processo de demarcação cultural nacional (com definição das características essenciais da brasilidade) e iii) a consubstancialização de uma escola de referência na qual o país teria um relacionamento potencialmente horizontal e positivo. [...] no caso brasileiro, o intuito demarcatório na nação passava - necessariamente - pela definição de uma lusitanidade a ser contratada, posto ser essa a alteridade primordial. Esses elementos estiveram presentes na discussão identitária brasileira, constando na maior parte das obras matriarcais que fundaram (e fundamentaram) a unidade da cultura no Brasil.

Essas obras matriarcais, das quais nos fala Paredes (2011), serviram de livre inspiração para João Simões e para muitos outros que refletiram a educação ou, a falta de educação cívica no Brasil neste período. Como já citamos acima, alguns autores e seus livros matriarcais serviram de inspiração para nosso autor, dois em especial: *Educação Nacional* (1890) de José Veríssimo e *Porque me ufano do Meu País* (1900), de Afonso Celso Junior.

São dois livros de educação cívica: um, severo no estudo das causas; o outro, sadio na promessa dos efeitos.

São dois belos livros de educação cívica - e bem de nós, se na escola e na vida prática, os tivéssemos sempre sob os olhos, se corrente fosse a leitura e a meditação deles, tão simples, tão leais, tão esperançosos.

Palavras e trechos, ideias e análise, conselho e desejos, de ambos colho e reproduzo. Do que ambos dizem e ensinam, é quase, aqui, uma leitura ampla, em voz alta. (LOPES NETO, 2009, 296).

Os ideais desse período em relação à educação estavam baseados na nossa falta de conhecimento no diz respeito a nossa própria história, geografia e cultura. No entanto, como um país recém saído da condição de colônia e império, algumas dessas noções precisavam ser ainda construídas. Muitos foram os caminhos para essa construção e para a criação de um ideal de nacionalidade. Como, também, foram diversas as ideologias que influenciaram esses caminhos. A República trouxe com ela um ideal de liberdade, de modernidade e de cientificismo. Ela tomou para si a questão da educação nacional, começando por laicizar o ensino, ou pelo menos, era esse o seu ideal. João Simões partilhava da ideia de Romero, por exemplo, de que deveríamos constatar os nossos defeitos e virtudes, mudarmos os primeiros e fortalecer os segundos. Para ele, cumpria a nós termos “[...] coragem de afrontar com a nossa situação e dizer lealmente e completamente a verdade.” (LOPES NETO, 2009, p.296).

Portanto, havia uma campanha nacionalista que buscava uma regeneração do povo a partir da educação. Com a Proclamação da República, o analfabetismo tornou-se algo a ser combatido, ou melhor, tornou-se a “questão nacional por excelência” (SILVA, 2010, p.42). A partir desse combate, nas grandes capitais iniciou-se reformas educacionais baseadas nas ideologias nacionalistas e progressistas do período. Outras bandeiras da campanha nacionalista eram direitos políticos como: o voto secreto, o serviço militar obrigatório e o combate, como vimos, ao analfabetismo.

Vejamos agora, como João Simões propôs esses temas e suas possíveis

soluções em suas conferências em 1904 e 1906 e, como ele tentou resolver a questão do ensino e da educação cívica em seu projeto de livro de leitura, que infelizmente, ficou incompleto, o interessante *Terra Gaúcha* (2013).

3.3 AS CONFERÊNCIAS CÍVICAS (1904-1906)

Nos anos de 1904 e 1906, consecutivamente, João Simões proferiu na Biblioteca Pública Pelotense as suas Conferências Cívicas, sendo a primeira intitulada “*Educação Cívica - Terra Gaúcha (Apresentação de um livro)*”. E a segunda, apenas *Educação Cívica*. O tal livro, chama-se, como mencionado no título da primeira conferência, *Terra Gaúcha*⁸³, e apesar de todo o esforço e boa intenção do autor, este somente foi publicado em 2013 após ser encontrado em uma mala⁸⁴.

Apesar de alguns autores ignorarem esse detalhe, as conferências não são iguais. A de 1904, por exemplo, cita apenas José Veríssimo e Afonso Celso Junior com seus respectivos livros, que já mencionamos, como exemplo e influência que deram um determinado ritmo à fala de nosso autor. Contudo, na conferência de 1906 João Simões ampliou sua lista de autores aos quais recorreu para elaborar sua fala. Constam nessa edição: “[...]Sílvia Romero, Mello de Moraes, Rodrigo Otávio, Varella, Manoel Bomfim e outros...[...] (LOPES NETO, 1906, p.03)”. Acreditamos que, somente esse pequeno detalhe, sem levar em conta partes que por ele foram tiradas e/ou acrescentadas de uma conferência para outra, já nos mostram perspectivas diferenciadas. Pois, se pegarmos somente o exemplo de Manoel

⁸³Há um único nome para dois livros de João Simões. Estamos nos referindo aqui a *Terra Gaúcha: Histórias da Infância* (2013), enquanto há também, *Terra Gaúcha: História Elementar do Rio Grande do Sul* (1955).

⁸⁴Após a morte de João Simões, sua viúva e filha ficaram em situação paupérrima, a solução encontrada por elas foi pôr à venda o acervo do autor. Porém, ninguém na cidade de Pelotas, onde correu o anúncio, manifestou interesse. Elas ficaram com o acervo e, com o passar do tempo, foram doando, como forma de agradecimento às pessoas que vinham oferecer ajuda e algum reconhecimento ao autor. Por esse motivo, ainda hoje, manuscritos, livros inéditos, documentos e etc., que pertenceram à João Simões encontram-se em mãos de particulares, o que dificulta muito as pesquisas que o tomam como tema. A mala citada acima, estava sob posse da família de Mozart Victor Russomano e foi comprada por Fausto José Leitão Domingues, que ao encontrar o manuscrito entrou em contato com o professor Luís Augusto Fischer que tão logo promoveu, com o incentivo do Ministério da Cultura, a publicação do mesmo em 2013.

Bomfim (1868-1932) e o seu livro *América Latina: Males de Origem* (1903), perceberemos uma perspectiva diferenciada dos outros autores, pois “:Esta obra congrega, a um só tempo, uma releitura da história brasileira, refletindo em particular sobre as relações com Portugal (sobretudo no período colonial) e instaura o entendimento do país no âmbito de uma escala regional maior - A América Latina.” (PAREDES, 2011, p.204). Para Bomfim as colônias latino-americanas haviam sofrido com a ação predatória da Ibéria e, todos os nossos vícios, já citados pelos outros autores, provinham dessa nossa origem, seriam nossos “males de origem”, como chamou o próprio autor. Esse pequeno adendo serve para alertar que as *Conferências Cívicas* de João Simões não foram observadas, não na maioria dos estudos, com a devida atenção e, menos ainda dentro da perspectiva que propomos, compreender a influência dessas ideias tão diferenciadas fazem toda a diferença para a compreensão em relação ao autor.

Cabe observarmos também um pequeno fato, na capa da Conferência de 1906 lemos:

Educação Cívica.

Conferência realizada na Biblioteca Pública de Pelotas, e repetida, à convite, em outra cidades.

Publicada sob o patrocínio das Sociedades União Gaúcha, de Pelotas - Centro Gaúcho, de Bagé - e Grêmio Gaúcho, de Porto Alegre. (LOPES NETO, 1906)

O que pretendemos com isso é lançar uma hipótese. Como já dissemos acima, João Simões era maçom, em 1915 a Loja *Rio Branco*, da qual fazia parte o autor, uniu-se com as Lojas *Honra e Humanidade e Lealdade*, formando as *Lojas Unidas*. No ano de 1923 essas Lojas fundiram-se formando a *Fraternidade n.03*. Cinco anos depois as Lojas de São Gabriel e Bagé, uniram-se à Fraternidade n.03 e formaram a *Grande Loja do Rio Grande do Sul*. Que possui sua sede em Porto Alegre. Pois bem, apesar dessas modificações terem acontecido anos depois, podemos supor que essas Lojas eram fortes e mantinham laços entre si. O que queremos supor aqui é que pode ter havido um esforço cívico dessas Lojas em fazerem um certo circuito com a temática da educação cívica promovida por João Simões. Com isso, podemos supor também que, ele não estaria sozinho nessa empreitada, pelo contrário, teria o possível apoio e interesse de divulgação dessas ideias por parte dessas Lojas. Para a comprovação dessa hipótese, precisaríamos de pesquisas mais aprofundadas nos acervos das ditas Lojas, no entanto, a política de “discrição” da Maçonaria dificultou-nos no levantamento desses dados. Por enquanto, vale refletirmos sobre essa

hipótese, e fica o questionamento para uma pesquisa futura.

Constatamos também, outro pequeno detalhe que reforça nossa hipótese de que João Simões ao preocupar-se com a nação, ou melhor dizendo, ao preocupar-se com a questão da identidade nacional encontrou o gaúcho, como tipo social regional formador da unidade nacional. Na conferência de 1906, diferente da de 1904, João Simões se apresenta fazendo uma longa descrição dos lugares, dentro do estado do Rio Grande do Sul, que percorreu. Se olharmos atentamente, perceberemos que trata-se da apresentação de Blau Nunes em *Contos Gauchescos*, publicado anos depois, em 1912. O reaproveitamento do texto pode ser simplesmente uma coincidência, contudo, refletindo sobre os ideais que mostraremos a seguir, veremos que assim como Romero, João Simões buscava a unidade nacional a partir da educação cívica, do conhecimento de nossa história e cultura para despertarmos o espírito nacional, matriz do impulso para o progresso.

Em ambas as conferências João Simões destacava a preocupação da falta de conhecimento pátrio no país. Já bem no início podemos notar que suas ideias estavam imbricadas com as de progresso, evolucionismo e cientificismo.

- Aos toques de avançar - do clarim do incitador do progresso, tem acudido pressurosos a esta tribuna, o talento, o preparo científico, a eloquência, a previsão, o exemplar salutar de homens de maior merecimento no nosso meio social; deste quartel-general do estudo, da perseverança e do altruísmo, têm partido para as várias linhas de combate a rotina, ao erro, ao obscurantismo, não os missionários da benemérita Cruz Vermelha, que acode ao gemido e a morte, mas os pregadores da benemérita Cruz Branca que ilumina a inteligência e modifica as almas. (LOPES NETO, 2009, p.294)

Com isso, podemos notar nessa espécie de metáfora, que o progresso estava chamando e, preocupados com isso, intelectuais, inclusive ele, buscavam em diferentes frentes combater “a rotina, o erro, o obscurantismo”. Esses intelectuais seriam uma espécie de missionários da Cruz Branca que levariam o conhecimento e modificariam as almas. Fica claro nesta afirmativa que, somente a ilustração e o conhecimento do povo o levariam ao verdadeiro progresso. Para isso, era preciso que se reconhecesse os erros e defeitos de nosso povo, para só assim corrigi-los e eliminá-los. Vale lembrar, mais uma vez que, João Simões refletiu e escreveu suas conferências com base nos livros de José Veríssimo e Afonso Celso, e em 1906, somou outros autores, dos quais, destacamos Manoel Bomfim. Ou seja, suas ideias sobre esses temas expostos na sua fala tinham origem em toda uma corrente de pensamento. Vejamos isso no próprio texto:

Celso Junior no formoso livro que referi, cariciosamente, impõe aos seus filhos - quero que consagreis sempre ilimitado amor à região que nasceste, servindo-a com dedicação absoluta, destinado-lhes o melhor da vossa inteligência, os primores de vosso sentimento, o mais fecundo da vossa atividade; dispostos a quaisquer sacrifícios inclusive o da vida! (LOPES NETO, 2009, p.297)

Além da citação direta à Celso Junior, identificamos outros aspectos como a ideia de sacrifício pela nação. Catroga (2008, p.101) ao tratar da nação francesa que, como vimos, serviu de exemplo ao autor, vai tratar da ideia de imortalidade, pois morrer pela pátria, sacrificar-se em amor à ela, seria uma garantia de imortalidade.

Simultaneamente, este trabalho de glorificação aparecia como uma prova ontológica de que, agindo-se de acordo com os ideais altruístas e patrióticos (mormente, aceitando-se o sacrifício maior: o “morrer pela Pátria”), a conquista da imortalidade não era uma quimera. (CATROGA, 2008, p.101).

Para o autor, como ele próprio demonstrou várias vezes em suas conferências, a pátria quer ser amada sem ressalvas, independente dos vícios e virtudes de seus filhos, ela deve estar em primeiro lugar e, tudo por ela devemos fazer, inclusive sacrificar-nos.

João Simões dedicou boa parte de suas conferências para demonstrar as vantagens que detinha o Brasil e o “ser brasileiro”. Frente a outras nações, sua animação era tamanha; expôs que ao terminar o século XIX, o Brasil já era a segunda potência do Novo Mundo, a primeira da América Latina e, sem medo, fez previsões para o futuro, expondo que quando a hegemonia se deslocasse da Europa para a América, o que, para ele, fatalmente aconteceria, seríamos o segundo ou o primeiro da orbe para ocuparmos esse lugar; para ele, o Brasil representava os serviços latinos no trabalho universal (LOPES NETO, 2009, p.298). Dedicou também algumas páginas para falar de nossa natureza, geografia e feitos do passado. Mas ao comparar o Brasil com outras nações mostrou uma inabalável confiança no futuro de nossa pátria.

O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que o Brasil é.
Qual o que em absoluto nos excede?
Nenhum, dadas as nossas circunstâncias faria mais do que fizemos.
Quando nos lançarem em rosto as grandezas alheias, consideremos as suas misérias.
Tem eles primores de arte?
Nós possuímos portentos naturais, sem dúvida melhores. Apresentam cultura mais fina?
Lá chegaremos, que para isso sobra-nos capacidade.
Vangloriam-se de rutilante passado?

Aguarda-nos deslumbrante porvir. Patenteiam maior armada?
 Vivemos mais tranquilos, mais fraternalmente. [...]
 A educação, o aperfeiçoamento hão de vir. Somos uma aurora. Chegaremos necessariamente ao brilho e ao calor do meio dia! (LOPES NETO, 2009, p.299)

Outra preocupação que o autor expôs foi a respeito do mau uso, ou uso desrespeitoso do hino e da bandeira. Para ele, o hino representava a voz da pátria, enquanto a bandeira, representava sua face. Conforme explica Catroga (2008, p.154) os símbolos nacionais, como o hino e a bandeira conferem uma simbologia de integração das contradições regionais e sociais de cada nação, eles representam uma nação una, indivisa e soberana. Por isso, a importância que o autor conferiu à esses símbolos no sentido de que, se respeitássemos esses símbolos tão sagrados que representam a nação, estaríamos de igual forma respeitando-a, cultuando-a. Mas sua crítica era incisiva, no caso do hino nacional, porque que era entoado em “barracas de cavalinhos” e, da bandeira, hasteada em “circo de touros” e “quiosques de loterias, em dia de sorte grande!”. João Simões suplicava que não compactuássemos mais com esses abusos para com os símbolos nacionais.

Como vimos no segundo capítulo, a miscigenação no Brasil foi incentivada desde os primeiros tempos, o que gerou um povo mestiço, com uma diversidade incrível de culturas. O autor também era partidário de que somos um povo mestiço, “Somos o produto da fusão de três dignas e valorosas raças, perfeitamente distintas: duas, selvagens, primitivas e simples e portanto descuidosas e indiferentes e outra, em rápido declínio, depois de uma gloriosa, brilhante e fugaz civilização. (LOPES NETO, 2009, p.303)”. Interessante reparar, certa busca nas origens de nossos “males”, como falou Bomfim. João Simões expõe que desde o início da colonização portuguesa no Brasil, os portugueses “experimentaram os sintomas da perversão moral” e, lembra ainda, que à época da colonização o povo português estava em decadência. Comparando um autor e outro comprovamos que a influência é clara:

A Ibéria que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murilo, Lope de Vega, Rivera... desaparece, involui, degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundaram a cultura moderna e dominam a natureza, ou aquelas que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade. (BOMFIM, apud, PAREDES, 2011, p.212)

As condições climáticas e geográficas também são levadas em conta para explicitar indolência do brasileiro, o clima era propício, sem adversidades da natureza. A mão-de-obra era escrava, da qual, segundo João Simões, nós

herdamos o desprezo pelo trabalho braçal. Quanto à escravidão ele propõe:

[...] não temos do que nos envergonhar [...]. No começo do século passado, admitia ainda a Inglaterra o tráfico humano, com o qual enriqueceu e cuja supressão dificilmente conseguiu. [...] O Brasil não amou ou defendeu o cativo: apenas o tolerava. Ultimado o triunfo da libertação, os novos homens incorporaram-se à população em perfeito pé de igualdade, a eles e aos seus descendentes desvendaram-se os vastos horizontes abertos a todos os habitantes do Brasil. (LOPES NETO, 2009, p.305)

As críticas à esses primeiros tempos de colonização e império são incisivas. A ideia do autor era demonstrar os vícios e qualidades do povo brasileiro para a partir daí buscar uma solução na educação cívica que, faria com que “brotasse” nos brasileiros um “espírito nacional” como nas nações, ditas por ele, evoluídas dessa época: Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. João Simões indignou-se ao falar que saímos de um sistema rígido de educação portuguesa e entramos para um sistema infeliz de deturpações de ideias francesas, onde tudo era permitido. Deixando de lado a autoridade dos pais e mestres que seriam demasiado valorizadas pelas nações citadas anteriormente como bons exemplos.

Para ele, acima de tudo “[...] faltou-nos educação pública, cívica, nativista.” (LOPES NETO, 2009, p.306). E criticou o fato de que quando o Brasil era uma simples colônia, mandava suas crianças para instruírem-se em Lisboa e Coimbra, que constituíam nossas capitais intelectuais, esse era um pensamento comum no Brasil enquanto colônia de Portugal. No entanto, o autor enfatizou que é na infância que se dá o período de formação do caráter nacional, por isso era tão importante que se recebesse na infância certos ensinamentos. Lembrando, como já expomos antes, que a educação era um meio de propagar as ideologias.

A crítica à monarquia e seu desleixo pelo Brasil é uma constante nas conferências, assim como a exaltação da República como um período que vinha pondo o Brasil no eixo das demais nações.

O sistema brasileiro republicano, baseava-se nas “ideias novas”, vindas, sobretudo da França. Dessa maneira, “[...] a moral social e cívica republicana iria exilar Deus da Escola, para nela fazer entrar o ideal (sacralizado) de Pátria e Nação” (CATROGA, 2008, p.100). Para isso, criou-se uma espécie de religião civil, onde a história fornecia subterfúgios para a criação de uma memória coletiva. Neste sentido, as festas cívicas serviam como uma espécie de culto, onde se era celebrado, em praça pública, os feitos de nosso passado, nossos símbolos, tradições e costumes. Além disso, há o complemento sentimental que as religiões

civis dão à racionalidade, que também justifica os alicerces do Estado-Nação e leva a uma sacralização da Nação e, sobretudo, da Pátria (CATROGA, 2008, p.113). Também acontece, nesse sentido, a instauração de feriados nacionais para a comemoração de grandes datas, como Independência (07 de setembro) e a Proclamação da República (15 de novembro). Nessas grandes datas, comemoram-se nas ruas com grandes desfiles cívicos de instituições e civis que tem por objetivo rememorar e homenagear nossos feitos e nossos heróis.

Estes foram alguns princípios defendidos por João Simões. Além disso, ele criticou a indiferença para com as nossas datas comemorativas que serviriam para exaltarmos a pátria e não simplesmente um dia sem trabalho, um feriado. Igualmente apavorante para ele, era o lastimável abandono dos usos e costumes tradicionais. “O desanimador resultado desses fatos, infelizmente incontestáveis, é a dolorosa verdade: nós ignoramos a nós mesmos! (LOPES NETO, 2009, p.310)”

Para ele, além da falta de um investimento na educação cívica para mudar esse “doloroso” quadro, pois somente a partir da educação cívica teríamos um povo mais informado, mais culto e mais respeitoso para com os temas nacionais. Faltavam profissionais para isso, não haviam historiadores brasileiros, literatos brasileiros ocupados com os nossos temas. Nem a imprensa se preocupava, segundo ele, salvo a política e as pequenas notícias, raramente se ocupavam do Brasil. Faltava-nos também uma revista que se ocupasse com os nossos temas.

[...] Não possuímos uma única revista, variada, popular, barata, que leve a todos os cantos do país os trabalhos dos seus escritores, de seus pensadores e artistas, das obras e construções no Brasil e por brasileiros feitas, nem dos seus homens, coisas e sucessos mais notáveis. (LOPES NETO, 2009, p.307)

Notamos com essas ideias, que João Simões gostaria que houvesse uma imprensa e até uma revista, variada, popular e barata que pudesse circular pelas várias camadas da sociedade tratando de temas do país, mostrando o trabalho de seus literatos, de seus artistas, dos seus pensadores, das obras públicas, das coisas do Brasil feitas por brasileiros. Assim, existiria uma circulação de ideias e de cultura nacional que faria da população mais bem informada, com um nível de ilustração maior e mais nacionalista, ao apreciar as coisas brasileiras.

Outro ponto interessante dessa conferência, vem lembrar o que vimos no segundo capítulo: a ideia cosmopolita de Voltaire de que a Pátria é onde se está e que aos poucos os ideais universalizantes nos transformariam em um único povo,

com uma única língua sob uma única pátria, tendo em vista que somos filhos da humanidade. Para João Simões, mentiam os que propagavam “os arautos do cosmopolitismo”.

Não é leal e sincero aquele que diz que a pátria é onde se está! Não! Feliz é aquele que só se aqueceu ao fogo dos seus lares, feliz aquele que cerra os olhos à luz, à luz do sol, sob o céu azul do céu do seu país. [...]
Não Creio, não creio e não comungo na utopia dos visionários do século, que pregam por uma só língua, numa só pátria universal. (LOPES NETO, 2009, p.313)

Depois de perceber e criticar os vícios brasileiros, ele passou a demonstrar algumas soluções. Para ele, desde os tempos que vivíamos separados em capitanias e podíamos manter contato apenas com a metrópole. Somando à isso a grandiosidade do território nacional gerou entre os brasileiros um sentimento muito mais regional do que nacional. Existe o baiano, o nordestino, o gaúcho, o carioca, mas o brasileiro é pouco reconhecido. Essa busca por uma unidade nacional, como já vimos, não era uma preocupação única do autor. Os intelectuais deste período (e por que não dizer ainda hoje?) estavam preocupados em responder quem é o brasileiro. Nossa multiculturalidade, produto das muitas etnias que formaram o Brasil, tornam uma complicada tarefa definir o povo brasileiro.

Para a resolução desses problemas expostos por João Simões, ele sugeriu que se empenhasse uma campanha nacionalista, o que de fato ocorreu nestes primeiros anos da república no Brasil. Já se percebia que haviam tensões entre as nações e que era preciso que tivéssemos instruções para nos defendermos. Lembramos que isto foi antes da primeira guerra mundial (1914-1918). Ele argumentou:

Quem quer que observe o que se passa neste momento na vida das nações há de chegar a conclusão de que não é uma época calma e de horizontes claros a que atravessamos. Na Europa, as velhas nacionalidades sentem-se mal nos seus limites e procuram expandir-se em outras terras onde contam encontrar remédios aos males que as afligem.

Os territórios desocupados já se distribuíram todos, de sorte que as nações fracas estão em perigo.

Na própria América, o desenvolvimento assombroso da União Americana do Norte com a vitória de sua política imperialista é, não há de negar, um pesadelo para as outras nações.

[...]

Há uma apreensão que é preciso que desapareça: a separação do território nacional em vários estados; mas sobre isso, não só há, por agora, sintomas sérios, como pesa também contra ela a tendência da evolução humana, que é para as grandes aglomerações. A Inglaterra, a Espanha, a Itália, a Alemanha são frisantes exemplos. (LOPES NETO, 2009, p.315)

A sua proposta foca no fim da divisão do Brasil em Estados. Mais uma vez constatamos que João Simões estava de acordo com os autores que lhe serviram de base, pois esses prezavam por uma unidade nacional. Mas, essa unidade só se daria a partir de nosso conhecimento e ilustração nacionalista. Somente um povo educado e civilizado evoluiria para o progresso! Para ele, as forças progressivas das nações se dão de baixo para cima, ou seja, a partir do povo. Seria a partir da soma dos esforços que produziríamos uma civilização e o progresso. A República, neste sentido, se constituiria como parte de nossa evolução histórica e, de acordo com a teoria positivista de Comte, “[...] a República representava a forma de governo correspondente à última fase da evolução da humanidade, marcada pelo espírito positivo e pelo cientificismo” (PAREDES, 2013, p.171). A história é feita a partir do povo e “para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece: é a educação, no mais largo sentido, na mais elevada acepção desta palavra.” (LOPES NETO, 2009, p.318).

Desta forma, baseado nas correntes de pensamento de sua época ele propôs uma reforma por meio da educação. Sugeriu, seguindo as correntes de pensamento de sua época, que o ensino pátrio fosse feito como um catecismo, colocando a pátria no lugar da igreja, como vimos acima. Com isso, a educação cívica seria uma espécie de embrião de uma religião civil. Para ele algumas mudanças drásticas, além da laicização do ensino, deviam ocorrer como: um melhor ensino de nossa história, a mudança do hábito de decorar datas, nomes e etc. Para uma aprendizagem efetiva dos conteúdos ministrados, a instrução também deveria dar-se como fonte do ideal de integração nacional. Por último, um livro de leitura adequado à nossa realidade, onde as crianças poderiam aprender nossa história, geografia, nossa cultura de maneira a identificarem-se com aquela realidade representada, absorvendo o sentimento de amor e dedicação à pátria, a família e aos mestres. Assim estariam inculcados os sentimentos de integração nacional já no ensino primário onde o livro de leitura é uma “mola real do ensino” (LOPES NETO, 2009, p.321).

Foi exatamente um livro de leitura que João Simões propôs. Para ele, uma das principais reformas que deveriam ser feitas naquele momento era no livro de leitura primário, um livro de leitura que fosse brasileiro, “[...] brasileiro pelo assunto, pelo espírito, pelos autores transladados, pelos poetas reproduzidos, pela história, pela tradição, pelo sentimento nacional que o anime e faça estimar” (LOPES NETO,

2009, p.323). Era preciso um espírito culto, que se daria através da educação intelectual e, um corpo robusto e sadio, que se daria através da educação física. Assim, corpo e mente em harmonia, formariam o brasileiro que honraria seus símbolos, sua pátria.

Sua ideia era criar um livro ao estilo do de Edmond D'amici - o *Cuore* (1886), que foi escrito

[...] após o Risorgimento, o processo de unificação italiana. *Cuore* obteve sucesso imediato em seu país de origem e poucos anos após sua publicação recebeu tradução para o português e edição brasileira, sendo amplamente adotado nas escolas do país e contribuindo de forma importante com o conjunto das produções literárias brasileiras para o uso escolar no início do século XX. (Netto, 2012, p.7).

Assim, inspirado pelo *Cuore* e aspirando uma unidade nacional, o autor criou o seu livro de leitura, explicitado como um projeto nessas conferências. Estima-se que entre os anos de uma conferência e outra ele tenha realizado a feitura do livro que ficou infelizmente incompleto, além de e que chegou até o público somente no ano de 2013. Contudo, antes de terminarmos nossas considerações sobre as conferências, convêm dizermos que ambas acabam de maneiras bem diferentes. Após expressar seus desejos de fazer um livro de leitura, na edição de 1904 ele finaliza com um verso de Camões que “[...] foi epopéia para Portugal, seja profecia para o Brasil, sempre, quando e onde: Cesse tudo o que musa antiga canta, Que outro valor, mais alto se levanta⁸⁵!” (LOPES NETO, 2009, P.326)”. Trazendo com esse verso, a ideia de evolução e progresso, num sentido que acabava o Brasil colônia e Império e, chegava esse novo tempo, a República. Com seus ideais de liberdade, democracia e ilustração. Já em 1906, ele falava em América Latina, em “asas do Condor”, que é o símbolo desta. Além de citar trechos inteiros de Manoel Bomfim⁸⁶.

⁸⁵Trata-se do Canto I parte 3 dos *Lusíadas*:

“Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cala-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram
Cesse tudo o que a musa antiga canta,
Que outro valor mais alto levanta.

⁸⁶Como o próprio autor referenciou em suas conferências, cujo trecho transcrevemos neste capítulo, por vezes, ele utiliza-se além das ideias, as palavras dos autores que o inspiraram e copiava trechos inteiros, como afirmou que faria, transformando as conferências em quase uma “leitura em voz alta” dessas obras.

Deixa a última parte para falar de seu livro, de forma bem mais contida, que da primeira vez, e termina

Ah! Utopia!

Utopia, sim, sejamos utopistas contanto que não esterilizemos o nosso ideal, contanto que trabalhemos!

Queiramos desde já o que será a glória de amanhã, uma pátria grande e feliz, na clemência do seu clima, no esplendor deste céu, inteligente, laboriosa e pacífica na comunhão social, meiga e fraternal na expansão natural da instintiva cordialidade, apartada dos egoísmos ferozes que aviltam outras civilizações.

Voltemo-nos para a ação fecunda. Demos à Vida toda a nossa atividade e ela nos levará para o progresso e para a vitória, tal como na floresta sombria a seiva leva as árvores para o alto, para o sol, para a luz... (LOPES NETO, 1906, p..20)

Portanto, pudemos ver que João Simões estava engajado com o projeto nacionalista de sua época e, com base nas correntes de pensamento e outros livros elaborou suas ideias e as proferiu para a população. Num sentido de conscientização de que precisávamos ser mais nacionalistas, precisávamos atentar para o espírito nacional. E sendo as crianças e os jovens o futuro da nação, era preciso despertar nelas esse sentimento, desde a escola, com uma boa educação moral e física. Assim teríamos cidadãos com a mente o corpo sãos, conforme as ideias da época. Para contribuir nessa campanha de nacionalização, além de proferir suas conferências em Pelotas e outras cidades do Rio Grande do Sul, João Simões elaborou um livro de leitura, como veremos a seguir.

3.4 *TERRA GAÚCHA*

Visando adaptar os livros de leitura à realidade do Rio Grande do Sul, João Simões elaborou o seu livro de leitura para o primário. Os livros de leitura da época pouco tinham a ver com a realidade do Estado, como o *Cuore*, que apesar de ser um bom livro, tratava da realidade italiana. Dessa maneira, nossas crianças não aprendiam sobre nossa história, a geografia local e etc., aprendiam sobre a Itália. Isso não gerava um sentimento de identificação e, logo, não despertava o espírito nacional. Sobre esse ponto específico, o autor sugeriu que fizéssemos “[...] como os outros povos da atualidade: sabem o mais que se pode saber deles próprios e depois procuram saber muito, dos outros.” (LOPES NETO, 1906, p.18).

Para ele, era preciso que a criança se identificasse com a realidade representada no livro, para despertar os sentimentos de amor à pátria. “Assim,

assim, se inculcam no eu infantil as primeiras ideias de país, da raça, da nacionalidade.” (LOPES NETO, 1906, p.18). Já dizia seu autor inspirador, José Veríssimo (apud, SILVA, 2010, p.42) [...]: Os primeiros livros devem conter contos e cantos populares e pequenas histórias em que reflitam a nossa vida e nossos costumes. Só assim interessarão à criança.

Foi exatamente esses aspectos que levou a cabo João Simões para criar o *Terra Gaúcha*. Dividido em duas partes tem como protagonista um menino, Maio⁸⁷, que escreve uma espécie de diário. A primeira parte chama-se *As Férias, na Estância* e a segunda, *O Estudo, no Colégio*. Constata-se que este era um livro para o ensino no Rio Grande do Sul, no entanto, não é um livro separatista ou regionalista, pois a ideia era de que cada criança soubesse de sua terra, partindo do seu estado para o restante do Brasil. Com isso, as múltiplas regionalidades estariam inseridas dentro de todo um plano nacional, criando uma espécie de consciência coletiva em relação ao conhecimento da pátria e gerando a unidade nacional, o que era o maior objetivo desses autores.

Portanto, cabe ressaltar mais uma vez que relegar o autor ao plano do regionalismo não é de todo correto, porque apesar de sempre, ou quase sempre, seu olhar partir do sul do Brasil, sua intenção é de unidade e não de separação! Mas voltemos ao livro de leitura de forma objetiva, tendo em vista que as motivações e percepções do autor já foram expostas neste capítulo ao tratarmos das conferências cívicas proferidas por ele.

Com isso, a primeira parte do livro, *As Férias, Na Estância*, começa por tratar da inauguração do Colégio Municipal na cidade do menino no dia 15 de novembro. A data é representativa, pois remete diretamente à Proclamação da República e, logo um novo tempo, de ensino laico sob a tutela do estado, e portanto, um Colégio Municipal. É a partir desse momento que nos livramos do jugo português, como vimos antes e, caminhamos para o progresso, sendo a República, que segundo as ideias de Comte, era o último estado positivo e cientificista. Interessante perceber a

⁸⁷Seguindo as ideias de autores indianistas, e daquela fase inicial da República que se começa a colocar nomes indígenas nas ruas e pessoas afim de lembrar nossa origem nativa, podemos notar nos nomes de algumas crianças, no livro de João Simões, esta perspectiva, como: as irmãs de Maio, que se chamam Ivoti e Araci, enquanto alguns colegas da escola chamam-se Aimoré, Peri entre outros.

fala do menino:

Como foi organizado o colégio, não sei. Lembro-me, sim, de ver meu pai muito entusiasmado e ativo, em *repetidas conferências*⁸⁸ com outros senhores, idosos e moços; havia em nossa casa frequentes reuniões, e nestas, longas discussões sobre ideias e planos expostos por diversos dos presentes. (LOPES NETO, 2013, p.11)

Assim, podemos constatar que o colégio já vinha sendo pensando por vários homens da sociedade, em conferências, como praticava o autor e, em reuniões, como as das lojas maçônicas. O intuito era criar uma escola laica e de ensino progressista na cidade de Pelotas, que veio a culminar no Ginásio Pelotense, hoje, Colégio Municipal Pelotense. Coincidências ou não, é interessante constatar o que o autor expõe à criança que estudaria com o livro: havia uma preocupação por parte de seus pais e outras pessoas da sociedade, manifestadas no sentido de criarem uma escola diferenciada.

Destacamos a presença, já neste período de elaboração da escola, do *Mestrinho*, um professor, muito sábio ao qual todos paravam para ouvir. Este professor vai se revelar ao longo do livro como alguém que ensinava de maneira diferenciada, sem fazer os meninos decorarem, solicitando as vezes para que os meninos fechem seus livros para que ele fale. Com isso, afirma o que já havia exposto nas conferências, a urgência de um ensino sem decorações no qual a criança realmente aprendesse.

O intendente da cidade também estava presente nessas reuniões e concluindo sua fala na reunião, este diz: “- Sim, meus senhores: a Pátria só é grande quando seus filhos sabem conhecê-la bem, amá-la muito e respeitá-la sempre! Sim: inauguraremos o Colégio Municipal. Marco dia 15 de novembro!” (LOPES NETO, 2013, p.15). Aqui fica explícita as motivações para a escolha da data.

Na sequência, o livro conta sobre a inauguração do Colégio Municipal, e o menino descreve uma festa cívica, com entusiasmo patriótico:

Houve muitos discursos; *quatro bandas de música tocaram ao mesmo tempo o hino nacional, e todos os assistentes logo se levantaram e deram muitos vivas, e muitos meninos também gritaram “Viva!”; até eu [Maio] gritei, apesar de não saber sobre o que era, só de entusiasmo, de ouvir a música do hino.*⁸⁹

⁸⁸Grifo nosso.

⁸⁹Grifo nosso. Interessante perceber que o menino ficou entusiasmado ao ouvir o hino, mas não sabia exatamente o porque daquele entusiasmo. Isso demonstra a falta de instrução cívica, que será desenvolvida no colégio.

No meio do ruído ouvia-se mesmo muito bem a voz fina da meninada. Por fim, veio o melhor da festa: foi uma farta distribuição de fitas, para as meninas, e de bandeirinhas, para os rapazes; tudo nas cores nacionais - verde e amarelo - e tudo bem feito e bonito. (LOPES NETO, 2013, p.16)

Após a inauguração da escola, ficou estabelecido que as aulas começariam em 07 de janeiro do ano seguinte. A partir disso, as crianças entrariam em um período de férias até as aulas começarem.

Maio vai passar suas férias na estância da família, com seus pais e suas irmãs. Nesta parte do livro, ele faz um apanhado das tradições gaúchas campeiras, como laçar, marcar o gado, domar cavalos e outras atividades. Fala da mãe e do pai e da importância de sempre respeitá-los, assim como aos mais velhos. Expõe sobre a nossa história nos primórdios, quando foram distribuídas as *Sesmarias*⁹⁰, depois, os *Tapumes*⁹¹ e o *Primeiro Rancho*⁹², este último em especial, revela a origem portuguesa do menino⁹³ e a importância dos portugueses para garantirem a paz no nosso território. Continua suas explanações sobre a Estância, o Gaúcho, o Monarca. Sobre as tradições e costumes do Rio Grande do Sul, o autor cita o *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* de Romaguera Correa, o qual se valeu ao longo do texto. A partir dos muitos textos que possuem essa primeira parte, ressaltamos que João Simões realizou um amplo levantamento de nossa cultura e costumes campeiros, valendo-se, como pano de fundo da história do Rio Grande do Sul. Assim, as crianças além de aprenderem sobre os usos e costumes campeiros, também aprenderiam sobre a história do Rio Grande do Sul e, como essa história se liga com a do Brasil, principalmente no diz respeito a garantia das fronteiras.

Destaco dessa primeira parte o livro o conto *Se eu fosse peão...* (2013, p.36-38), no qual o menino diz ao capataz da estância de seu pai, o seu Juca Polvadeira,

⁹⁰Na página 22 do referido livro, lê-se sobre o que é uma sesmaria e como se deu esse processo no Rio Grande do Sul.

⁹¹Título da estorinha que lê-se na página 24, do mesmo livro.

⁹²Traz nessa estorinha (p.24-26) o ideal mítico, heroico da formação do estado do Rio Grande do Sul e as lutas pelas fronteiras Brasileiras. O menino diz, que foi aí que surgiram os “primeiros brasileiros da minha família”. Foi por esse tempo, conforme conta o menino, que andava pelo Rio Grande do Sul Rafael Pinto Bandeira (1740-1795). Foi um militar brasileiro, nascido na cidade de Rio Grande, RS., e teve grande importância na definição do território sulino.

⁹³Lembre-se que João Simões também tem origem portuguesa, foi seu bisavô João Simões Lopes veio para o Rio Grande do Sul, onde constituiu uma Estância e gerou fortuna.

que gostaria de ser peão e sendo assim não precisaria ir pra escola. O capataz argumenta com o menino:

[...]Se todos pensarem assim, vai ser bonito: vamos andar como caranguejo, que caminha para trás! [...] agora imagine um pobre peão, coitado, que nasce, vive e morre numa vida de bicho bruto! Amigo: quem dera houvesse uma escola na porteira de cada estância Até eu, de barbas brancas e já duro dos miolos, até eu, voltava lá, para aprender de novo e mais. Não, amiguito! Não diga balandronas nem seja metediço, mas quero que você desbanque no estudo toda a gurizada do seu colégio. Estude mais que todas e saiba sempre mais que nenhuma. E se não bater com a alcatra na terra ingrata, aqui há de estar o gaúcho velho pra lhe perguntar se ainda quereria ser peão! Nem nunca mais fale nisto. Tome um chimarrão, amigo!

E o menino responde, envergonhado, que era brincadeira e ao final conclui: “O amigo Juca foi forte... Mais vale um amigo rude, sincero, do que o indulgente, por fraqueza. É mesmo como ele diz: estudar, estudar, estudar! Aprender, aprender, aprender!”. Aqui podemos perceber, a valorização do ensino, além da ideia da democratização do mesmo, quando o capataz diz que seria bom ter uma escola em cada porteira de estância. Ou seja, uma efetiva popularização do ensino, no campo e na cidade.

Para resumir essa primeira parte, ela trata de um passado ancestral, da formação do Estado, da importância das fronteiras, dos nossos usos e costumes campeiros, a respeitar os pais e os mais velhos. A cuidar da natureza, a ter cuidado também as más companhias. Além de apresentar na figura da Siá Mariana, uma negra que vive como agregada na estância, a figura da contadora de histórias. É ela quem conta aos meninos as lendas e histórias de fantasmas. Por exemplo, é na voz da Siá Mariana que vai aparecer pela primeira vez a lenda do Boitatá e do Negrinho do Pastoreio. Concluimos então, que nesta primeira parte a criança aprenderia coisas essenciais, como já dissemos acima, somados com a nossa história e nossos costumes campeiros, além dos mitos. Tudo isso criaria um corpo coeso, um discurso, uma memória coletiva a toda uma geração, que educada civicamente valorizaria e propagaria esses ensinamentos.

Também podemos constatar, nesta primeira parte que, João Simões apesar de falar tão bem do campo e das coisas do campo, não falava em tom pessimista em relação à modernidade. Ele a via, como pudemos perceber anteriormente, como parte do progresso. Com isso, reconheceu as maravilhas e tristezas do campo, mas acreditava que é preciso evoluir, e para isso se fazia necessário que se deixasse chegar a modernidade e o progresso. Também seria determinante que nos

conhecêssemos muito bem, para só assim pararmos de ser uns imitadores. A questão da imitação de hábitos e costumes alheios à nossa realidade é uma constante no livro. Assim como o uso de roupas pouco adequadas ao nosso clima, somente para parecermos mais com “outros”. Acreditamos que aqui refere-se a cópia de hábitos e vestimentas europeias.

Passemos agora à segunda parte *O Estudo, no Colégio*; esta parte, como já dissemos ficou inacabada. Dessa forma, a ideia do autor nesse segundo momento, quando as crianças vão para a escola, já conhecendo sua história e seus costumes regionais, é a ideia de integração, de unidade nacional. Agora que já conhecendo sobre a sua terra, era hora de aprender sobre os outros estados brasileiros.

No Colégio Municipal, as crianças aprendiam sobre a história e a geografia da pátria e existem mapas do Brasil expostos pela escola. As salas de aula levam os nomes de professores importantes para o ensino, formando uma espécie de panteão do ensino e, valorizando a figura do mestre, como sugeriu também nas suas falas anteriores. As crianças tem aula de educação física com o professor Schultz, o mestre de ginástica, obviamente de origem alemã, fazendo referência à Alemanha como um exemplo de nação onde as pessoas são fortes intelectual e fisicamente, as referências são claras na voz do professor, que diz “na minha terra...” diversas vezes, comparando-a com o Brasil, para citar exemplos aos seus alunos.

No entanto, o fato mais interessante dessa segunda parte, diz respeito à ideia maior do autor: a unidade nacional a partir do conhecimento pátrio de seus estados de origem e suas colaborações para a grandeza da pátria brasileira. Assim, acontece um fato interessante, na classe de Maio, há um menino de cada estado brasileiro. Visando a unidade nacional, João Simões, cada menino, a pedido do Mestrinho, ficava responsável por contar sobre as datas memoráveis de seu estado:

“Daqui em diante, nas suas datas memoráveis, cada Estado terá que contar aos outros alguma coisa de sua vida, dos seus costumes, fatos da sua história, das suas tristezas e das suas glórias. Portanto, cada um de vocês que representa aqui o seu Estado, por direito de nascimento, trate de pensar no que acabo de dizer e prepare-se para dar conta do recado. E aquele que não souber ao menos um sucesso da sua história, perde minha estima - o que é pouco mas dará uma triste nota de ingratidão, de egoísmo e até de covardia para o pedaço de terra abençoada, que viu nascer tão mau filho. Valeu? Cada um se obriga?”

- Sim, senhor! Valeu! Sim, senhor” - respondemos todos muito contentes e, ao mesmo tempo, sem avaliar o compromisso. [...] A primeira data pertence ao Lacerdinha. É dia 20 de janeiro, dia da fundação da cidade do Rio de Janeiro [...]

A partir da definição do Mestrinho, as crianças passam a se chamar

“senhores estados” e com o maior orgulho defendem essas posições. Cada menino acaba por ser chamado senhor estado do qual pertence, por exemplo, o Lacerdinha, o primeiro a falar, é o sr. estado do Rio de Janeiro.

Transparece nas páginas desse livro de leitura as indignações que o autor expôs em suas conferências e as vezes propõe soluções, com uma anedota do Mestrinho, que fala aos meninos sobre essas indignações e soluções. Por exemplo, ao passarem os meninos por uma sabatina, um dos professores exalta a importância de aprender e não de decorar. O Mestrinho destaca várias vezes que juntos os meninos são mais fortes, fortalecendo a ideia de unidade nacional. Também é destaque que a escola em que os meninos estão, diferente das demais, traz um ambiente onde os alunos são encorajados a pensarem por conta própria.

Crucial para esse livro e, logo para a resolução da nossa falta de educação cívica, é a importância que a pátria e os símbolos nacionais vão ter ao longo dessa segunda parte. São três capítulos destinados aos Hinos da Bandeira e Nacional. Os quais os meninos envergonham-se por não saberem cantar, mais uma vez fica clara a falta de educação cívica e, logo vem a resolução. Ao chegar em casa Maio procura o pai para falar do ocorrido, o mesmo toma para si a responsabilidade de aprender e ensinar os hinos. Assim, as “situações de sala de aula são levadas para a casa e o menino encontra em seus pais o apoio necessário para enfrentá-los ou entendê-los” (NETTO, 2012, p.27). Evidente é a ideia de que a escola e as famílias deviam estar igualmente engajadas no ensino e na valorização das coisas da pátria; fortalecendo os laços familiares e colaborando para o futuro da nação.

O autor também dedicou três capítulos à *Historinha de Portugal*, nos quais tratou das grandes navegações portuguesas, de Luís de Camões e *Os Lusíadas*⁹⁴, de Pedro Álvares Cabral e sua trajetória até o Brasil. Ligando a história de Portugal à história do Brasil, trazendo mais uma vez nossa origem lusa. Ao tratar das raças, como já mencionamos nas conferências, João Simões se mostra um entusiasta da miscigenação, no texto intitulado *Quatro Cabeças Juntas* (2013, p.181-183) o menino diz:

[...]

Passamos os braços pela cintura uns dos outros e juntamos lado a lado, o mais possível, os nossos rostos alegres.

Cada um é um tipo diferente.

O Tarumã Gonçalves é um caboclo; é um moreno carregado, de olhos e

⁹⁴Lembre-se que *Os Lusíadas* estão citados no final da Conferência de 1904.

cabelos pretos, dentadura forte; o [...] é claro, ruivo de olhos azuis, lábios finos; o [...] ⁹⁵ é moreno claro, de cabelos quase nada carapinhados, nariz pouco achatado, olhos grandes, pretos e aveludados. Eu, sou a figurinha que se sabe.

O mais calmo e mais pacato é o ruivo; firme no estudo, cuidadoso com os livros; o caboclo é muito franco, diz o que sente, quando sabe ensina com orgulho, quando não sabe pergunta sem acanhamento; é um mãos-rotas: basta algum colega gostar de algum objeto que lhe pertence e já ele vai dando-o de presente. O mulato é de feições mais delicadas e um pouco franzino; inteligente como poucos e vadiote, estuda a lição uma, duas vezes e pronto, sabe; e engraçado, astucioso, às vezes arranja brincadeira.

Em seguida, o pai chega para buscar o Maio no colégio e depara-se com a cena dos quatro meninos juntos, abraçados, fazendo caretas na frente do espelho como se estivessem tirando um foto. O pai diz ao menino que os quatro são diferentes no aspecto, no entanto, são iguais como *brasilese*⁹⁶, pelo coração e pelo sentimento. E completa dizendo que, um dia o *brasilês* há de ser um tipo completo, como se composto por cada um dos meninos. O menino pede para que o pai explique, neste trecho da explicação do pai notamos seu entusiasmo pela miscigenação:

[...] Suponhamos que tu, Maio, és a barra de ferro; o Tarumã uma barra de cobre; o [...] uma de prata; o [...] um de ouro. Bem; junte-se essas quatro barras de metal e faça-se fundir todas a um tempo, de forma que elas se misturem, se caldeiem, formando pela fusão um produto novo, composto dos quatro; este produto novo será uma barra de um metal que tem a um tempo a rijeza do ferro, a resistência do cobre, o brilho da prata, o valor do ouro. Cada metal separadamente tem o seu mérito próprio; a nossa barra tem um mérito quádruplo porque ela tem juntas em sua constituição as qualidades especiais de cada um. Entenderam? Quando no Brasil as gentes se ligarem internamente pelo sangue, como já está acontecendo, quando os descendentes de diversas raças formarem uma nova raça uniforme, o *brasilês* há de ser o primeiro povo da terra porque terá no seu corpo, na inteligência e no sangue as melhores qualidades de cada um dos outros povos; terá a resistência do português, o aprumo do espanhol, a vivacidade do francês, o pendor artístico do italiano, a calma do inglês e a tenacidade do alemão, e a vivacidade do africano, e a valentia e o amor à liberdade dos índios.

“o *brasilês*, meus rapazes, será a barra nova, o novo fruto, há de ser o maior povo do mundo. O seu dia há de chegar.

“Tudo depende de vocês e de todos os outros meninos que estão se criando. Estudem, estudem; amem o seu país.”

Finalizemos nossa análise com esse último trecho, aqui fica exposto os ideais de mudança que a sociedade brasileira tanto necessitava através da educação. Constatamos também a ideia de evolução, pois aqueles meninos que estão estudando e aprendendo a amar o nosso país é que constituirão, a partir da

⁹⁵Mesmo caso citado na nota anterior.

⁹⁶O autor uso o termo *brasilês*, ao invés de brasileiro.

instrução que estão recebendo, “a barra mais forte”. Então, a partir do melhor de cada povo que formou a nacionalidade brasileira, progrediríamos e nos tornaríamos “um novo fruto”, podendo chegar a sermos “o maior povo do mundo”.

Concluimos então, que João Simões demonstrou em suas conferências (1904-1906), baseado em autores citados, assim como nas correntes de pensamento de sua época, os problemas e as vantagens de sermos brasileiros. Contudo, não bastava somente enumerá-las, era preciso oferecer soluções ao alcance. Para isso, era preciso uma boa educação, laica e pública, baseada na história, geografia e cultura da pátria, formando assim, um aparato moral e cívico, que transformaria o povo em um povo forte, intelectualmente com base nesses ensinamentos e, forte fisicamente, com o auxílio de uma educação física. Somando à esses esforços a mistura do melhor de todas as raças que constituíram o nosso país, e aqui ele inclui “a vitalidade do africano, e a valentia e o amor à liberdade dos índios”, poderíamos no futuro, no auge de nosso progresso, formarmos “o maior povo do mundo”.

Importante salientar ainda que João Simões com o seu *Terra Gaúcha* propôs uma construção da nacionalidade, refletindo o Brasil a partir das suas múltiplas regiões. Com isso, ele pensou uma forma de afiliação social e textual, pois os textos refletem a cultura local como referência a ideia de pertencimento, esta estratégia complexa de identificação cultural é ponto chave para compreendermos que o autor visava unificar o “povo” à nação e os tornar sujeitos de uma série de características sociais e literárias. Como constatamos com a ideia de o livro abranger todos os estados brasileiros, com suas características próprias que seriam contadas pelos meninos que deles provinham, esses, também como fica evidente no texto, possuem características próprias. Essas características explicitas pelo autor em forma de texto visam geral uma identificação social e, a partir dela, uma unificação da nação a partir dos mais diversos tipos sociais, como fica evidente na parte, citada acima, em que o pai do menino fala do brasileiro.

É uma pena que o livro tenha ficado inacabado e somente chegaram até nós a apresentação do Rio de Janeiro e Mato Grosso, contudo, a ideia deste livro de leitura e, logo do autor, era a partir do conhecimento dos diversos tipos sociais e regiões do Brasil, despertar um sentimento de unidade, um ideal cívico, que uniria a nação. Portanto, vale mais uma vez ressaltar que relegar João Simões ao plano do regionalismo porque ele trata na maioria de suas obras da temática gauchesca é

deixar de lado toda uma reflexão do autor com base nas correntes de pensamento de sua época, é simplificar todo um circuito de ideias e, de certa forma, sacá-lo de seu período histórico. Porque ele não foi um homem à frente de seu tempo e sim um homem de seu tempo, um intelectual de seu tempo, refletindo e propondo soluções para os problemas de sua tão amada pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta pesquisa pudemos observar que João Simões sendo um herdeiro de estanceiros e charqueadores teve, desde muito cedo, um contato efetivo com o mundo rural, o qual descreveu com tamanha verossimilhança em *Terra Gaúcha*. Foi esse mesmo ambiente que proporcionou uma vida confortável para o autor que frequentava os meios mais intelectualizados de sua cidade, além de passar temporadas, sejam de estudo ou lazer, na capital nacional da época, o Rio de Janeiro. Certamente, lá pode ter contato com tudo o que havia de mais atual no país à sua época, no entanto, vale lembrar que Pelotas era umas das cidades mais importantes do Rio Grande do Sul e por ela passavam muitos espetáculos culturais e conferências, além da própria efervescência cultural da cidade, à qual o autor era um importante colaborador, seja escrevendo para o teatro, seja organizando eventos, como apresentamos no primeiro capítulo.

Outro fato de tamanha importância que observamos no texto, foi que João Simões era maçom e como tal possuía uma rede de relações, como foi possível notar ao analisarmos o caso do Colégio Pelotense e luta pela laicização do ensino. Também devemos atentar que maçonaria era uma das instituições mais organizadas da época, o que pode ter auxiliado João Simões na sua “batalha” pela educação cívica, tendo em vista a hipótese levantada na pesquisa de uma suposta campanha cívica “auxiliada” por essa instituição.

Com base nas referências teóricas sobre a nação e os nacionalismos, chegamos a conclusão que João Simões aproximava-se dos ideais de Rousseau no que diz respeito a religião civil, onde a pátria ocuparia o lugar de Deus e seria louvada em praça pública em grandes festas e paradas cívicas. Ao mesmo tempo, o autor abominava as ideias universalizantes de que a pátria é onde se está, pois todos somos filhos da humanidade, como professava Voltaire.

João Simões expôs em suas Conferências Cívicas as preocupações de sua época como a falta de uma educação voltada para os ensinamentos pátrios. Refletiu as ideias de toda uma gama de intelectuais contemporâneos à ele. Expôs, como Romero, nossos vícios e virtudes, buscou soluções para a melhora da situação da educação no Brasil, combatendo assim o analfabetismo e defendendo um ensino laico e democrático. Chamou pra si o dever de mudança e expôs o ideal de um livro

de leitura que fosse capaz de ser singelo, amado e querido pelas crianças que com ele estudasse, além de despertar em todos o amor pela pátria, “o espírito da nação”.

O livro de leitura *Terra Gaúcha*, é uma interessante e complexa forma narrativa elaborada pelo autor. A partir de suas criações características de tipos sociais ele buscava gerar identificação nas crianças, pois como José Veríssimo, acreditava que eram as crianças que deveriam ter, já nos primeiros anos de escolaridade, um ensino cívico que inculcasse em seus corações o amor pela pátria, porque as crianças seriam o futuro da nação. Dessa forma, João Simões criou seu menino Maio, um pequeno brasileiro que, assim como as demais crianças brasileiras, sofria com a falta de um ensino adequado, até que foi matriculado no novo colégio municipal de ensino laico e moderno, onde ele aprendeu sobre o seu país, ao invés de decorar lições e tinha aulas de educação física, pois além de uma mente sã, era preciso um corpo igualmente sã.

Baseado na história do Rio Grande do Sul, em seus costumes e tradições, João Simões destaca a terra do menino, a terra gaúcha, não num sentido separatista, bem pelo contrário, num sentido unitário, demonstrando que cada região brasileira e suas especificidades fazem parte da nação. Como vimos no segundo capítulo, recorrer a história e aos mitos para criar um passado mítico é comum no processo de criação de identidades e logo de imaginar a nação. Neste sentido, vale destacar que Lévi-Strauss (apud, GAUER, 2011, p.34) afirma que a identidade é algo abstrato e sem existência real, no entanto, é indispensável como ponto de referência.

Embora sejam entidades abstratas, as identidades - enquanto propriedades distintivas que diferenciam e especificam grupos sociais - precisam ser moldadas a partir de vivências cotidianas. Assim como a relação com os pais nos primeiros anos de vida é determinante na construção da identidade individual, as primeiras vivências e socializações culturais são cruciais para a construção de identidades sociais, sejam elas étnicas, religiosas, regionais ou nacionais. (OLIVEN, 1992, p.27)

Era exatamente assim que pensava João Simões, acreditava que suas narrativas podiam auxiliar para que se gerasse uma identificação e logo uma ideia de pertencimento a tal lugar.

Indo de encontro ao que coloca Walter Benjamin em seu texto *O Narrador* (1994, p.199), percebemos na figura de *Juca Picumã*, da primeira parte do livro de leitura, ou seja, do universo “quase mítico”, como aquele “camponês sedentário”, no sentido que passa a vida no campo e, por sua experiência, não raras são as vezes

que dá conselhos ao menino, assim como a figura do *Mestrinho*, da segunda parte do livro que, ao contrário, é representado como aquele que “viaja [e] tem sempre o que contar”. De uma forma, ou de outra, ambas as personagens do livro de leitura têm o objetivo de ensinar e aconselhar o menino e, por conseguinte, aos meninos que estudariam com o livro, pois a narrativa

[...] tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa forma de vida - de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. [...] (BENJAMIN, 1994, p.200)

Portanto, João Simões a partir de suas Conferências Cívicas e influenciado por uma gama de autores e suas respectivas correntes de pensamento propôs uma maneira narrativa de construção cultural visando a identificação e logo, o sentimento de pertencimento. Ele cria, através de seu livro de leitura, uma construção complexa de identificação que parte das regiões para abranger o todo nacional. Neste sentido, salientamos mais uma vez que relegar o autor ao plano do regionalismo é limitar o estudo sobre ele e suas obras. Essas primeiras apontam direções muito diferentes das que vem sendo repetidas ao longo dos anos. Cabe dizer, que não rejeitamos a ideia de ele ser uma regionalista, mas acreditamos que seu apreço pelas regiões se dava num sentido maior, de demonstrá-las como partes do todo nacional. De fato, essa nomenclatura, de regionalista, lhe foi dada por alguns estudiosos muitos anos depois de suas publicações, ou seja, foram outros que lhe relegaram esse título, o que não quer dizer que estas eram as pretensões reais do autor. Outrossim, mudar o foco em relação ao próprio autor, deixando de vê-lo apenas como um escritor regionalista e passando a vê-lo como um intelectual refletindo as problemáticas de seu tempo, amplia o olhar acerca desse autor que a cada estudo mostra uma nova face.

FONTES:**1.Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).**

Caixa 09:

- "*Ligeira contradicta a uma decisão do Conselho de Instrução Pública.*" (Carta de João Simões Lopes para o Conselho de Instrução Pública- manuscrito)

2.Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas)**2.1 Arquivo Histórico****2.2 Fundos: Família Simões Lopes. Série: João Simões Lopes Neto.**

- *Educação Cívica* – conferência proferida por João Simões Lopes Neto realizada na Biblioteca Pública de Pelotas e repetida, a convite, em outras cidades. Publicada sob o patrocínio das sociedades União Gaúcha, de Pelotas – Centro Gaúcho, de Bagé e Grêmio Gaúcho de Porto Alegre para distribuição gratuita. Pelotas, 1906

- *Álbum Simoniano* - álbum de recortes de jornais e outros, organizado por Francisca Meireles Lopes Simões Lopes. Sem data.

2.3 Hemeroteca

- A Opinião Pública - 1904 e 1906.
- Diário Popular - 1904 e 1906.

3. Museu Rocco Felipe – Loja Fraternidade (Pelotas)

- Certificado de grau de mestre da Loja Rio Branco, 28 de dezembro de 1890.

- Quadro de obreiros da Loja Unidas de Pelotas e data de 02 de outubro de 1915

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense: entre a memória e a história 1902-2002**. - Pelotas: Educat, 2002.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. I. Séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. **O Pensamento Europeu Moderno. Vol. II. Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia, Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasil, 1994, p.197-221.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos 1750-1880**. - Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2013.
- CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religiosidade civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. - Fortaleza: Edições NUDOC - Museu do Ceará, 2005.
- CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. O Projeto Republicano de Educação Nacional na Verão de José Veríssimo. - São Paulo: Annablume; Curitiba, 2003.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **História e literatura**. - Porto Alegre: Ed. Da universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROED, 1988.
- CHIAPPINI, Lígia. **No Entretanto dos Tempos. Literatura e História em João Simões Lopes Neto**. - São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1988.
- DINIZ, Carlos Francisco Sicca. **João Simões Lopes Neto, uma biografia**. Porto Alegre, RS: AGE/UCPEL, 2003.
- DUMONT, Louis. **O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna**. - Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- FISCHER, Luís Augusto. **Literatura Gaúcha**. - Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. - Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. - 52^o ed. - São Paulo: Global, 2013.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A Construção do Estado-Nação no Brasil. A contribuição dos egressos de Coimbra**. - Curitiba: Juruá, 2001.

_____. Violência e medo na fundação do Estado-Nação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol.1, n^o2, dezembro, 2001, pp.79-98. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil.

_____. Lembrança, Ressentimento e Luto: sobre a temporalidade da memória. In: GAUER, Ruth Maria Chittó, GAUER, Gabriel J. Chittó, SAVAREDA, Giovani Agostini. **Memória, Punição e Justiça: uma abordagem interdisciplinar**. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p.33-47.

_____. **Constituição e Cidadania**. - POrto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUTIERREZ, Ester. A Arquitetura Pelotense: charqueada e cidade. In: MAESTRI, Mário, ORTIZ, Helen (org). **Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil**. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. – (Coleção Malungo).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora – Rio de Janeiro, 11^a edição – 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____; RANGER, Terence O. **A Invenção das Tradições**. – [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de Bolso)

KOHN, Hans. **El Nacionalismo: su significado y su historia**. Buenos Aires: Paidós, [1955] 1996. p.10-126.

KÜNH, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. – 4. Ed. – Porto Alegre: leitura XXI, 2011.

LLOBERA, J. Nacionalismo político e cultural. In: LLOBERA, J. **O Deus da**

Modernidade: Oeiras: Celta Editora, 2000. p. 147-171.

LONER, Beatriz. Bibliotheca Pública. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mário Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010, pp.32-34.

LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos e Lendas do Sul**. Editora Globo. Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo. 2º edição. 4º reimpressão. Coleção Província. 1961.

_____. **Terra Gaúcha**. Organização de Luís Augusto Fischer. - Caxias do Sul, RS: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

_____. Uma Trindade Científica. IN: MOREIRA, Angelo Pires.

A Outra Face de J. Simões Lopes Neto. vol. 1. - Porto Alegre, RS: Martins Livreiro, 1983.

_____. Conferência: Educação Cívica (1904). IN: ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Civismo e Educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**. Pelotas, v.13, n.27, p.279-292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu/asphe>>. Acesso: 12 de abril de 2014.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opuência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Florianópolis, UFSC, 1993.

MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. **Simões Lopes Neto na intimidade**. – Porto Alegre: BELS, 1974.

MOREIRA, Ângelo Pires. **A Outra Face de J. Simões Lopes Neto**. 1º volume. Martins Livreiro – editor. Porto Alegre. 1983

NETTO, Heloísa Souza Pinto. **Terra Gaúcha e Cuore: um caso de intertextualidade**. Monografia (Licenciatura em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível: <<http://hdl.handle.net/10183/70629>> Acesso: 14 de junho de 2014.

PAREDES, Marçal Menezes. O Cientificismo no Rio Grande do Sul e sua interface em Portugal: um estudo de recepção e troca cultural no final do século XIX. **Ciência e Letras**, Porto Alegre, n.41, pp.241-254, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaeletras/publicacao.htm>> Acesso: 10 de maio de 2014.

_____. A Ibéria como mal-de-origem: organicismo e tribunal

da História em Manoel Bomfim. IN: PAREDES, Marçal; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo (Orgs). **História das Ideias: proposições, debates e perspectivas**. 1º ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, pp.204-233.

_____. **Configurações Luso-Brasileira. Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escala Identitárias (1870-1910)**. Novas Edições Acadêmicas, 2013.

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo: A Diversidade Cultural no Brasil-Nação**. - Petrópolis: Vozes, 1992.

PEREIRA, Luís Artur Borges. **Aspectos das Diversas Manifestações do Projeto Cívico-Pedagógico de João Simões Lopes Neto**. 257f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1715>> Acesso: 11 de outubro de 2013.

PEZAT, Paulo. Leituras e Interpretações de Auguste Comte. IN: BOEIRA, Nelson. GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930), vol.3, Tomo 2**. Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 29-78.

PINTO, Genivaldo Gonçalves. A Província na Guerra do Paraguai. IN: BOEIRA, Nelson., GOLIN, Tau (org). **Coleção Geral do História Rio Grande do Sul - Império II**. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol.2.

RENAN, Ernest. **“O que é uma nação?”** (Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882). In: CUNHA, Manuel Ferreira da (org.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. Guimarães: Opnia Omnia, 2011, p.29-44.

REVERBEL, Carlos. **Um Capitão da Guarda Nacional, vida e obra de J. Simões Lopes Neto**. – Universidade de Caxias do Sul, Martins Livreiro, 1981.

_____, _____, LAITANO, Cláudia. **Arca de Blau, memórias**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Lembrança de Simões Lopes Neto**. – Pelotas, RS, 2010.

SILVA, Karla Goulart. **Os Nacionalismos nos Livros de Leitura da Primeira República (1889-1930)**. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

TAMBARA, Eleomar, ARRIADA, Eduardo. Civismo e Educação na Primeira República – João Simões Lopes Neto. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v.13, n.27, p.279-292, jan/abr 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu/asphe>. Consultado em 12 de abril de 2014.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. -4^o ed.- Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG:PUC-Minas, 2013.